

UM GOVERNO DÉBIL E A FORÇA DA DEMOCRACIA

Editorial

V CONGRESSO



C.G.T.P.-INTERSINDICAL



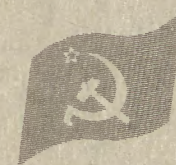
... porque é nossa a vitória final!

Em foco

PCP

Plenários, reuniões, encontros e assembleias marcam em todo o País a intensa vida democrática das organizações do PCP, intimamente ligadas à luta política e social e aos problemas do povo português.

Nas páginas que esta edição do Avante! dedica às actividades do Partido, para além de algumas assembleias de âmbito concelhio, como as de **Cantanhede** (Coimbra) ou de **Torres Novas** (Santarém), salientamos dois acontecimentos de grande significado para o trabalho dos comunistas nas **Beiras**: a 15 de Junho reunirá na Covilhã a 1.ª Assembleia da Organização Regional da Beira Interior (ORBI) e no dia 14 decorrerá em Viseu a 1.ª Assembleia da Organização Distrital do PCP. Em ambas as iniciativas participará o secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal.



Neste início do Verão de 1986, o esclarecimento, o convívio e a iniciativa das organizações criam espaços de animação popular em todas as zonas do País. Já no próximo fim-de-semana teremos grandes festas populares em Aveiro, Marinha Grande e Viana do Castelo. Noutras regiões, como o Porto, Almada, Braga e Grândola, por exemplo, desenvolvem-se esforços de implantação e preparação de iniciativas bem conhecidas: **O Porto em Festa**, a **Festa da Amizade**, a **Festa da Alegria**, a **Festa da Fraternidade**.

Um Governo débil e a força da democracia

Encerradas que foram as portas do Coliseu dos Recreios sobre os trabalhos do XIII Congresso Nacional do PSD, a veneranda comunicação social ao serviço do Governo desencadeou a previsível operação: Cavaco Silva triunfante, Cavaco Silva sólido, Cavaco Silva de pedra e cal.

A cuidadosa costura a que se entregaram os dirigentes do PSD para tornearem as dificuldades internas e as contradições que a ninguém passaram despercebidas foi apresentada como índice de uma unanimidade realmente inexistente que o Primeiro-Ministro reuniria dentro do seu partido e, em banal operação propagandística, de tal inexistente realidade se pretendeu concluir outra mais inexistente ainda: Cavaco Silva sólido no PSD corresponde a um solidíssimo Cavaco Silva como Primeiro-Ministro à frente de um igualmente sólido Executivo.

Cavaco Silva deixou bem claro ao PSD que lhe é indispensável o apoio partidário e que o aprofundar de fracturas internas no PSD assumiria na conjuntura consequências desastrosas. Sobre os seus opositores internos, Cavaco fez impender a responsabilidade de poderem comprometer, a contra ele desenterrarem os machados de guerra, a sobrevivência do seu Executivo — e a operação resultou.

É esta a postura de um Primeiro-Ministro que se apresenta face ao seu partido forte de um apoio popular criado pela política do Governo que dirige? Ou, bem pelo contrário, o que Cavaco Silva vem dizer ao PSD é que as críticas internas não devem vir a lume porque o apoio do PSD é essencial ao Governo, *porque todos os outros lhe faltam*? No Coliseu dos Recreios esteve um político que disse aos seus críticos e adversários internos «você calem-se porque, se falta o apoio interno, é a derrocada do nosso edifício».

Na verdade, as roupagens da propaganda e da gritaria da imprensa da direita ou da RTP não conseguem esconder as evidentes fragilidades, as evidentes debilidades do Governo minoritário do PSD/Cavaco Silva.

É desde logo uma evidência que um Governo minoritário, um Governo com apoio minoritário ao nível da Assembleia da República, apresenta congénitos elementos de debilidade. Logo à partida, tal Governo não contou com o apoio popular expresso em votos que lhe permitisse uma maioria Parlamentar. A falta de votos parlamentares em cada debate na Assembleia traduz também a falta de votos populares nas eleições. O Governo Cavaco Silva é minoritário no Parlamento pela tão óbvia quanto significativa razão de que o é também ao nível do povo português.

Depois, o que resulta da própria acção governativa?

Ao longo dos seis meses que leva de governação, o Executivo PSD não resolveu um único dos problemas que se propôs resolver, um só dos grandes problemas que se colocam ao povo português.

A demagogia não é suficiente para esconder que as

ridículas medidas contra os salários em atraso em nada minoraram a dramática situação de dezenas e dezenas de milhares de famílias portuguesas e, bem pelo contrário, aquilo a que se tem assistido é à transformação de trabalhadores com salários em atraso em trabalhadores desempregados através do criminoso fomento de falências no interesse directo do patronato e do capital.

O desemprego não cessa igualmente de aumentar, a par e passo com o alastramento dos contratos a prazo.

Problemas sociais gravíssimos como os criados pelo aumento das rendas ou pela política de saúde têm conhecido desenvolvimentos em tudo contrários aos interesses das populações.

Apesar da favorável situação criada pela desvalorização do dólar e a descida do preço do petróleo, não se assiste a qualquer relançamento significativo das actividades produtivas ou a qualquer esforço de minorar as consequências sociais de uma década de política de direita virada contra o povo.

Face ao sector nacionalizado, a acção do Executivo Cavaco tem-se caracterizado por um evidente agravar da ofensiva, prosseguindo o degradar das potencialidades produtivas das empresas do sector empresarial do Estado, ao mesmo tempo que se intensifica a entrega ao capital privado das fatias rentáveis separadas por sucessivos desmantelamentos em curso (como é o caso da Petroquímica) ou anunciados (como é o caso da EDP) ou em preparação (como é o caso da Quimigal).

No campo agrícola em geral e no da Reforma Agrária em particular igualmente a actuação governativa se caracteriza pelo prosseguimento e intensificação de uma ofensiva que beneficia o grande capital e gravemente afecta não só os pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais, como compromete toda a actividade produtiva dos campos em prejuízo evidente do País e da sua população.

Os miríficos fundos da CEE com os quais se pretendeu ao longo de meses escamotear os desastrosos resultados de uma integração ruínosa para Portugal acabam a transformar-se numa sucessão de escândalos, divididos entre mentiras e inexistências, em operações que comprometem o equilíbrio financeiro de dezenas e dezenas de autarquias, ao mesmo tempo que quotidianamente se concretizam os nocivos resultados da sujeição da economia portuguesa à política da Europa dos monopólios.

No campo diplomático e de política externa, o servilismo governamental face à política de agressão e de terrorismo de Estado da Administração Reagan, os inqualificáveis actos de hostilidade para com nações progressistas, com destaque para o apoio aos bandos da Renamo e da Unita, colocam a actuação de Cavaco Silva nos antípodas não só dos interesses nacionais como do puro brio nacional e patriótico do povo português.

É evidentemente débil um Governo que não resolve nenhum problema nacional e os agrava todos.

E tal debilidade reflecte-se ainda no inevitável

resultado que tal situação determina: a diminuição da sua base de apoio político e social.

Os piedosos esforços de tapar com «sondagens de opinião» as crescentes críticas à política de Cavaco Silva não ocultam a realidade de que o caudal de protestos se avoluma com vozes até há pouco dele afastadas.

O recente caso dos atuneiros espanhóis é apenas mais um dos desastres da actuação do Governo a mobilizarem contra ele sr tinham vindo a definir posições de, pelo menos, aceitação face ao Executivo. Na verdade, não é só entre os trabalhadores ou sectores mais desprotegidos da população que surgem as críticas. Industriais e comerciantes, agricultores, quadros técnicos, médicos, professores, responsáveis autárquicos de sectores políticos próximos do Governo, etc., etc., afirmam com crescente veemência o seu desacordo.

A vesga subserviência face ao imperialismo desperta protestos mesmo entre sectores militares, naturalmente sensíveis não só ao enfeudamento da política de defesa nacional aos interesses do imperialismo como à inqualificável passividade com que o Governo aceita transformar as Forças Armadas portuguesas no depósito de sucata dos exércitos americano e da OTAN.

A esses factores de debilidade soma-se uma oposição consequente à política governamental, uma oposição que procura forjar as condições de uma alternativa.

Também aqui a debilidade do Governo é uma evidência.

Na verdade, os esforços da direita para silenciar o protesto popular contra a sua política têm falhado estrondosamente. Não se garante a paz social, movendo uma guerra constante aos trabalhadores e os números apresentados no Congresso da CGTP-IN falam por si.

A luta da classe operária e dos trabalhadores têm-se somado — reflexo natural da perda de apoio social do Governo — acções e protestos de outros sectores, como os jovens médicos e mesmo organizações patronais.

Sob o ponto de vista institucional, igualmente Cavaco Silva tem defrontado na aplicação do seu projecto anticonstitucional o próprio funcionamento do regime constitucional. A actuação dos tribunais constitui de tal facto um exemplo evidente, com destaque para o inqualificável conflito gerado pelo Governo ao não aplicar as três centenas de acórdãos do STA favoráveis aos trabalhadores da Reforma Agrária.

Finalmente, na própria Assembleia da República tem sido possível traduzir em actos políticos concretos a oposição maioritária à política do Governo minoritário.

As decisões parlamentares que têm contribuído para barrar o caminho a algumas das medidas mais gravosas projectadas pelo Governo — e as correcções introduzidas no Orçamento do Estado constituem apenas um dos exemplos — traduzem ao nível da Assembleia uma

Resumo

27

Terça-feira

Numa sessão solene comemorativa do aniversário da Constituição, o vice-presidente do Tribunal Constitucional, Dr. José Magalhães Godinho, afirma que as críticas dirigidas à Lei Fundamental «mais parecem resultar do intuito de a subverter do que de a melhorar». ■ A CEE decide autorizar 70 atuneiros espanhóis a pescarem em águas portuguesas aumentando para mais do dobro o máximo de licenças acordado entre Portugal e a Espanha. ■ A Comissão Permanente do MURPI afirma em comunicado que o poder de compra dos pensionistas, de 1977 até final de 1985, sofreu «uma redução acumulada superior a 70%». ■ Os estudantes dos Institutos Superiores de Engenharia de Lisboa e Porto paralisam em protesto contra a indefinição institucional em que se mantêm as suas escolas. ■ O jornal «Japan Times» denuncia a existência de instruções proibindo a informação da opinião pública sobre as avarias nas centrais nucleares naquele país.

28

Quarta-feira

Dez trabalhadores da Marinha Grande partem de bicicleta com destino à sede da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, para aí denunciarem as



Pelo direito ao trabalho

violações dos direitos dos cerca de 3000 trabalhadores cometidas pelo Governo de Cavaco Silva e pelos outros que o antecederam. ■ Os trabalhadores da Covina concentram-se junto às instalações do IPE para exigirem uma reunião com a gerência daquele organismo para análise da grave situação da empresa. ■ A administração Reagan anuncia que deixará de respeitar os acordos SALT II sobre a limitação das armas estratégicas assinado com a URSS em 1979. ■ O primeiro vice-primeiro-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Yuli Vorontsov, afirma, na sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a crise económica africana, que o continente africano enfrenta a «pilhagem neocolonialista» do Ocidente mas também as suas políticas agressivas e intervenções armadas.

29

Quinta-feira

Principia em Lisboa, sob o lema «Trabalho e Progresso, Democracia e Paz», o V Congresso da CGTP-IN com a participação de 1221 delegados em representação de 252 organizações sindicais e 75 delegações estrangeiras convidadas. ■ Realiza-se em Colónia (RFA), o 6.º Congresso Internacional dos Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear que debate a proposta de uma moratória das

experiências nucleares, com o «a mais prometedora estratégia para o desarmamento». Neste Congresso participa uma delegação da Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear. ■ Gás radioactivo escapa-se da mais antiga central nuclear da Grã-Bretanha, a «Calder Hall», em funcionamento desde 1956. ■ A polícia sul-africana assassina quatro cidadãos negros durante manifestações contra o *apartheid* realizadas nos subúrbios de diversas cidades daquele país.

30

Sexta-feira

O Ministério da Agricultura e Pescas reconhece em comunicado a existência de irregularidades na aplicação da Lei de Bases da Reforma Agrária. ■ Os proprietários da empresa de alta costura «Produção Moda-Confeccções, Lda.» encerram-na e colocam no desemprego 58 trabalhadores. ■ Quatro pessoas morrem carbonizadas no incêndio de uma barraca no Bairro da Chutaria, Idanha, concelho de Sintra. ■ Na sequência da apresentação do filme de propaganda do «Estado Novo» — «Revolução de Maio» — o Conselho de Comunicação Social recomenda à RTP que «todas as obras com carácter de propaganda política sejam projectadas com o enquadramento devidamente esclarecido». ■ A embaixada de Angola em Lisboa denuncia, em comunicado, que as incursões do exército sul-africano em território angolano «têm vindo a incrementar-se» durante o mês de Maio. ■ A Dinamarca decide suspender as relações comerciais com a África do Sul, em protesto contra a política de *apartheid* seguida por aquele país.

31

Sábado



Termina o V Congresso da CGTP-IN, com a aprovação do programa de acção global e a plataforma reivindicativa e a eleição do novo Conselho Nacional. ■ Num debate realizado em Loures por iniciativa da Câmara Municipal, os autarcas do concelho exigem novos critérios para a atribuição de verbas às juntas de freguesia, bem como o reforço do alargamento das suas competências. ■ O governo da URSS, em resposta à decisão da Casa Branca de não respeitar os acordos SALT II, afirma em comunicado que «não vai observar com indiferença o modo como os Estados Unidos sabotam os acordos concluídos no domínio da limitação dos armamentos estratégicos ofensivos». ■ As autoridades da RFA, responsáveis pela central nuclear de Hamm, na Renânia do Norte, atribuíram ao desastre de Tchernobyl o aumento dos níveis de radioactividade registados em consequência de um acidente naquela central alemã. ■ Inicia-se na Cidade do México o Campeonato do Mundo de Futebol.

1

Domingo

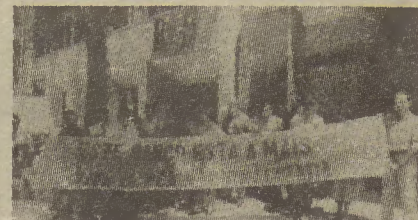
Dia Mundial da Criança: «Ainda há crianças que não têm casa», alerta a Comissão Coordenadora Nacional dos Pio-

neiros. ■ No termo do XIII Congresso do PSD, Cavaco e Silva reafirma a chantagem sobre os partidos e instituições democráticas e agita o espantinho do anti-comunismo apelando aos «partidos democráticos» para não se deixarem «instrumentalizar pelo PCP». ■ Reúne a Direcção Nacional da JCP: o Governo revela «incapacidade» para solucionar o desemprego juvenil, «principal problema da juventude». ■ O «Pravda» anuncia que a URSS propôs aos EUA a redução das suas forças nucleares estratégicas se a administração Reagan não se retirar do tratado de 1972 contra os mísseis antibalísticos e reforçarem este acordo. ■ Realiza-se em Paris uma manifestação juvenil internacional contra o *apartheid* e pela libertação de Nelson Mandela, organizada pelo Movimento da Juventude Comunista Francesa, o ANC e a FMJD. Participa nesta manifestação uma delegação da JCP.

2

Segunda-feira

As ORT's do sector bancário protestam contra a abertura em Lisboa de uma dele-



Viva a Banca Nacionalizada

gação do banco privado «Comércio e Indústria» que beneficiou de financiamentos da banca nacionalizada. ■ Grande afluência de inquilinos à Associação dos Inquilinos Lisbonenses depois de receberem cartas dos senhorios a fixarem os novos montantes das rendas de casa, na maior parte dos casos acima dos limites fixados pela Lei 46/85, aprovada na AR com os votos do PS, PSD e CDS. ■ Os terroristas da Renamo abrem uma representação oficial na África do Sul. ■ A Editorial Caminho denuncia a retenção, pelo Governo, de 16 mil contos do subsídio de papel e considera-a «ilegal, arbitrária e atentatória da liberdade de imprensa». ■ O governo dos EUA recusa-se a comentar a recente proposta da URSS sobre a redução das forças nucleares convencionais, feita em Genebra.

3

Terça-feira

Trabalhadores bancários concentram-se frente à sede do Banco Nacional Ultramarino em Lisboa e exigem a substituição do Conselho de Gestão daquele banco e do governador do Banco de Portugal, considerado «homem suspeito de envolvimento em escuras negociações». ■ O Sindicato da Construção, Mármore e Madeira denuncia que duas empresas do sector da construção civil pagam salários em atraso com cheques sem cobertura. ■ Na África do Sul, o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (SACTU), a Frente Democrática Unida (UDF) e o Comité de Crise da Educação Nacional convocam uma greve geral para o dia 16 de Julho, décimo aniversário dos massacres do Soweto. ■ Acidente na central nuclear de Three Mile Island nos EUA. ■ Na sua estreia no Mundial de Futebol, Portugal vence a Inglaterra por 1-0.

realidade nacional expressa no descontentamento, mas também na luta.

A convergência conjuntural que tem sido possível encontrar entre as forças democráticas nas votações de S. Bento constitui um passo positivo no sentido de uma clara evidência institucional: existem no actual quadro parlamentar e político alternativas para o Governo Cavaco Silva.

Tratando-se de um passo positivo, é contudo necessário constatar também que no selo do PS e do PRD — como assinalou Álvaro Cunhal no seu discurso publicado no último número do «Avante!» — se manifestam hesitações e tendências que não favorecem a necessária convergência democrática que proporcione alternativa que a realidade nacional exige.

Naturalmente, nestas hesitações residem as esperanças de Cavaco Silva que se desdobra em namoros e ameaças de credibilidade cada vez mais reduzida. O Primeiro-Ministro acaba, no evidente nervosismo que cada vez mais caracteriza as suas intervenções, a denunciar este sintoma útil da debilidade do seu Governo: a sua sobrevivência depende tão-só das hesitações da oposição.

Não causa estranheza que as gaguejantes diatribes do líder do PSD contra a oposição se centrem num anticomunismo a que seria elogio chamar primário. Cavaco não pode implorar aos partidos democráticos que não façam o que o povo exige: diz-lhes que não façam o que o PCP defende. O que será uma forma curiosa de afirmar que o PCP defende o que o povo exige!

De que assim é têm os comunistas clara noção. Uma noção que quotidianamente se expressa não apenas na sua activa participação na luta contra a política do Governo, mas também no exaltante trabalho de reforço do Partido a que, em todo o País, se assiste.

As páginas do «Avante!» dão todas as semanas uma imagem que fica bem aquém da realidade da intensa actividade das organizações do PCP com vista ao alargamento da sua acção de massas, mas também do desenvolvimento orgânico, político e ideológico. Reuniões, assembleias, iniciativas as mais variadas sucedem-se de Norte a Sul confirmando o papel imprescindível do PCP na solução dos problemas nacionais.

Poucos meses passados, depois de a sua acção ter sido determinante para a derrota da ameaça fascizante contida na candidatura de Freitas do Amaral, os comunistas demonstram a sua clara consciência de que o reforço do PCP é do interesse não só dos próprios comunistas, mas da classe operária e de todos os trabalhadores, do povo português, do regime democrático e do futuro do País.

Cavaco Silva tem razões para se mostrar cada vez mais nervoso quando fala. A debilidade do seu Governo acrescentam-se passos importantes na construção da alternativa.

Avante!
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soeiro Pereira Gomes -
1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
«Editorial Avante! SARL»
Sede Social: Av. Santos Dumont, 57, 3.º
1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcargova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Março: 34 424

Em defesa de uma banca honesta Bancários concentram-se em Lisboa

Entre as lutas sindicais desta semana, ainda no rescaldo do V Congresso da CGTP (ver «Em Foco»), destacam-se as concentrações dos bancários em Lisboa, na segunda e terça-feira, o prosseguimento da luta dos vidreiros na Marinha Grande e na Covina, as movimentações dos médicos depois da greve da semana passada, a greve também no sector postal de Braga dos CTT, as paralisações na Equimetal (Barreiro) e um plenário de rua organizado em frente ao Ministério da Saúde pelos trabalhadores do sector, filiados no Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

No seguimento da luta dos médicos mais jovens, os trabalhadores da saúde prevêm por seu turno o recurso à paralisação. Uma das razões para adoptar essa forma de luta é, segundo o sindicato (SFPSA), «a total ausência de diálogo da parte da ministra», Leonor Belezza, perante as reivindicações que lhe foram apresentadas.

90 por cento de adesão em Braga

Fontes sindicais afirmavam entretanto que a greve de quatro horas na parte da manhã, nos dias 27 e 28 de Maio findo nos CTT de Braga, contou com uma adesão da ordem dos 90 por cento. A acção sindical teve em vista contrariar a degradação dos serviços que se deve à falta de pessoal no balcão e na distribuição de correspondência; levar o conselho de gerência a preencher as vagas existentes em vez de recorrer sistematicamente à contratação de trabalhadores a prazo; contra o recurso sistemático e abusivo ao trabalho extraordinário e contra a imposição de ritmos desumanos de traba-

A área postal bracarense abrange todos os concelhos do distrito e os concelhos de Ribeira de Pena, Mondim de Basto e Santo Tirso.

Contra o encerramento de bancos e venda de balcões da banca nacionalizada

As duas concentrações de bancários em Lisboa foram convocadas pelas organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) a fim de protestar contra a situação económico-financeira da banca nacionalizada — «a pior dos últimos dez anos».

Num esclarecimento à população sobre a abertura de bancos da privada, os trabalhadores concentrados em frente à delegação aberta há dias em Lisboa pelo recém-constituído Banco do Comércio e Indústria (BCI) afirmam que «a quase simultaneidade das intenções do Governo Cavaco/PSD de fechar balcões nacionalizados e a abertura de mais este banco privado mostra,

● Greve nos CTT em Braga teve expressiva adesão

ocupar, mas sim em critérios políticos e de protecção aos grandes capitalistas».

Na outra concentração realizada anteontem em frente ao Banco Nacional Ultramarino foi aprovada uma moção onde se afirma que a abertura de bancos privados e outras medidas tomadas contra o sector pelo Governo põem em risco «postos de trabalho de milhares de trabalhadores bancários».

O documento refere ainda «o alastrar da corrupção, inclusive ao nível de gestores de que é exemplo a situação vivida no Banco Nacional Ultramarino».

A moção, que não adianta pormenores sobre a corrupção, sublinha no entanto a exigência feita ao Governo de substituir o conselho de gestão do BNU e o governador do Banco de Portugal, Tavares Moreira.

Segundo as ORTs da banca nacionalizada, que organizaram as concentrações em Lisboa, o Governo deve substituir também «todos os restantes membros de conselhos de gestão que não estejam com a banca nacionalizada».

Reclamam as ORTs que esses gestores sejam substituídos por «homens honestos, compe-

tentes e capazes de recuperar a banca da situação a que chegou e não por tráfugas, como os que estiveram na banca nacionalizada com o objectivo de criarem condições para a instalação dos seus bancos privados, para onde já foram».

A célula do PCP no BNU protestava entretanto contra a proibição de entrada nas instalações de um membro da comissão de trabalhadores, Daniel Figueiras Barradas, lugar de que tomou posse em 15 de Janeiro findo. A proibição aplicada pelos gestores do BNU atinge um trabalhador legal e democraticamente eleito

para o exercício de funções representativas que, em 1981, na sua qualidade de membro da CT, comunicou a esta organização de trabalhadores «as graves irregularidades que vinham sendo praticadas na gestão da agência» do BNU na Baixa da Banheira.

Os trabalhadores perguntam com razão a quem interessa encobrir actos corruptos, e sublinham que «o colega Barradas agiu como membro de uma sub-CT e no cumprimento dos direitos e deveres consignados no ACTV» (Acordo Colectivo de Trabalho Vertical).



lho, com giros sobrecarregados e balcões com bichas constantes e finalmente contra o encerramento de estações a meio tempo.

com flagrante evidência, que essa abertura não se fundamenta em quaisquer critérios de necessidade para o sistema bancário ou de espaço comercial a



Por aqui se cozinham novos molhos desnacionalizados

João Aniceto
O quarto
Planeta



FICÇÃO CIENTÍFICA

Pelo autor de «Os Caminhos Nunca Acabam»
Prémio Editorial Caminho de Ficção Científica 1982

CAMINHO DE BOLSO



Assembleia da República

E as crianças, senhores deputados?

Na terça-feira da semana passada, durante o período de antes da Ordem do Dia, três temas ocuparam a atenção do plenário. Conforme se esperava, até porque a questão era candente, a chamada «revolta de Saltillo» esteve em foco, tanto por parte do PSD, como do PRD e MDP. E se o futebol é rei, por que não falar dele? E talvez este debate, onde a voz de Manuel Alegre procurou pôr um pouco de água na fervura, chamando a atenção para a necessidade de haver diálogo, tenha relegado para segundo plano os dois outros temas tratados.

O primeiro, trazido a plenário pelo deputado Lopes Cardoso e depois retomado pelo deputado renovador Roberto Amaral, prendia-se com o facto de o brigadeiro Pizarat Correia ter sido preterido na promoção a general. O segundo, abordado pela deputada comunista Odete Santos, foi uma breve reflexão sobre as crianças portuguesas violentadas física e psiquicamente, reflexão tanto mais justificável porque era para breve o Dia Mundial da Criança.

E se, no plenário, o grosso das atenções foram para o futebol, invertamos, aqui, nesta crónica, a importância dos assuntos debatidos, dando a primazia às crianças para que elas mais tarde não venham a acusar — e com razão — de que as atenções estavam viradas apenas para a bola.

Recordou Odete Santos dois debates recentes naquela sala o da Lei dos Salários em Atraso e o regime do aumento das rendas de casa, que permitiram abordar os níveis graves de pobreza a que chegou quase metade da população portuguesa. Debates que incomodaram pela brutalidade do quadro desenhado — como realçou Odete Santos — mas a incomodidade sentida com o roçar da fome pelas paredes desta Assembleia torna-se sem dúvida sofrimento intolerável se atentarmos nas crianças que ainda mesmo em gestação se preparam para receber como herança a situação de pobreza.

Sofrem antes de nascer

A estatística é fria e nada nos diz se esta criança tem mais

fome do que aquela. Na estatística surge apenas o número de crianças sem alimentação, sem habitação, sem vestuário, sem estudos. Mas na maior parte dos casos — e disso também a estatística nos fala — os problemas surgem muito antes da criança ter nascido, como recordou a deputada comunista: as carências alimentares da mãe, o deficiente acompanhamento médico da gravidez e do parto, as condições inadequadas de trabalho da mãe trabalhadora. Aqui se contraria a ideia tão divulgada de que o sofrimento só surge quando do nascimento — começa, sim, logo após ser gerado um novo ser.

E Odete Santos divulgou alguns números: O pequeno-almoço é desconhecido para 3 por cento das crianças com 10 ou menos anos de idade; em 39 por cento dos casos as crianças pobres não recebem qualquer suplemento alimentar na escola, elevando-se esta percentagem para 59 por cento nos centros urbanos; 39 por cento das crianças dos 5 aos 14 anos vivem em casa sem água canalizada, 26 por cento em casas sem esgotos, 22 por cento em casas sem instalações sanitárias.

E se o insucesso escolar está intimamente ligado a esta situação de fome e más condições habitacionais (recorde-se os relatos dos professores que denunciavam casos de inanição de crianças ou desmaios por falta de alimentação) também não se pode desligar do insucesso escolar o recrudescimento do trabalho infantil, que motivou já preocupação entre a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

E quanto a trabalho infantil,

segundo referiu Odete Santos, os dados estatísticos do último recenseamento, em 1981, indicam que 17 por cento das crianças dos 12 aos 14 anos já exerciam uma actividade económica, como já sucedera com os seus pais. E a interrogação não deixa de se colocar: se isto era em 1981, qual a percentagem actual, tendo em conta que as condições de vida se agravaram substancialmente nos últimos anos e que o desemprego ainda no primeiro trimestre deste ano voltou a aumentar?

São questões que não preocupam o Governo Cavaco Silva, mas perante as quais os comunistas não fecham os olhos. Quando lutam por uma lei de salários em atraso justa, contra a lei das rendas de casa que só beneficia os grandes detentores de imóveis ou pretendem alargar o âmbito do subsídio das rendas de casa, estão também a pensar nas novas gerações. Mas infelizmente há quem faça pender a balança para o lado contrário.

Pizarat Correia

Foi frontal, Lopes Cardoso, ao anunciar que iria entregar um requerimento ao Presidente da Assembleia da República no sentido de o Parlamento ser esclarecido sobre as razões que levaram o brigadeiro Pizarat Correia a ser preterido na promoção a general.

Salientou o deputado socialista: Este facto que poderia constituir um acontecimento normal e natural na vida da instituição militar reveste-se, quer se queira quer não, de significado político que não pode ser ignorado.

E por duas razões que adiantou: não só porque se trata de um oficial cuja folha de serviços atesta das suas invulgaes qualidades, mas porque se trata também de um oficial que desempenhou no processo que conduziu à restauração do regime democrático e à sua consolidação um papel de primeiro plano.

Recordou, talvez para os que naquela sala não estão interessados nos esclarecimentos que eventualmente venham a ser prestados, que se hoje aqui es-

tamos, se foi possível ao povo português eleger uma Assembleia Constituinte, se foi possível aos deputados então eleitos aprovarem a Constituição, se foi possível a transferência de todos os poderes para os órgãos de soberania legítimos pela vontade popular, alguma coisa — e não pouco — se deve também ao brigadeiro Pizarat Correia.

Adiantou que, por tudo isto, não podem permanecer quaisquer dúvidas sobre as razões da deliberação e que a opinião pública deve ser cabalmente esclarecida, por isso mesmo se inquirindo existirem ou não razões profissionais que impeçam a sua promoção.

Futebol

Da selecção portuguesa se falou abundantemente nesse dia. As manchetes dos jornais eram metodramáticas e sensacionalistas. Talvez por isso mesmo, o deputado do PSD, Adriano Pinto, surgiu «off-side» a considerar a posição da selecção portuguesa como uma cena nada digna dos profissionais de futebol ao serviço da selecção nacional, para além de ter brandido algumas ameaças. Mas Manuel Alegre estava atento à jogada e chamou a atenção para a necessidade de haver diálogo, sem se condenar à partida.

Contudo, o assunto não ficaria por aqui e António Feu, do PRD, também viria a fazer uma jogada de ataque, porque de uma representação nacional se trata, não podemos esquecer, de modo algum, que neste caso, embora no âmbito desportivo, é o nome do nosso país que no México se encontra representado». Por seu turno, João Corregedor da Fonseca, do MDP, numa marcação de canto anunciava ter apresentado um requerimento à Mesa da AR solicitando diversos esclarecimentos, nomeadamente, quais as receitas de publicidade recebidas ou a receber pela Federação Portuguesa de Futebol?

E o assunto não voltou ao Parlamento porque, entretanto, em Saltillo, o conflito estava aparentemente sanado.

O subsídio

Você, que recebeu num destes dias uma carta do senhorio a informá-lo que a renda que se segue não tem nada a ver com a anterior, sabe, pelo menos, que o aumento que assim lhe entra pelo orçamento adentro não é uma pura invenção do proprietário da sua casa mas, também, o aproveitamento de uma decisão do Governo de Cavaco Silva. Claro que sabe isso — aliás a única coisa que você ignora é como se vai desembulhar disso.

A sua inquietação esquece, entretanto, um pormenor: o Governo existe, porque pensa — é uma evidência cartesiana — e pensa logo em si, ó leitor de casa às costas! Atento, ele ordena que lhe aumentem a renda mas promete-lhe, desde já, um subsídio. Já ouviu falar, certamente. Trata-se de um Subsídio de Renda (nem mais nem menos e referenciado a maiúsculas), «criado tendo em conta a dimensão e a situação económico-financeira das famílias e a renda actualizada a pagar», segundo a especiosa formulação do legislador.

Ora é aqui que começa o desanuviamento da sua recém-chegada preocupação. O único trabalho, nesta primeira fase, consiste em estabelecer três coisas simples: a dimensão, a situação e a actualização. As duas primeiras referem-se ao agregado e a terceira à renda, não a propriamente dita, só a aumentada (como decerto já percebeu), mas se esbarrou numa identificação inversa, não se preocupe: o Governo (como também se salvaguarda) irá «tendo em conta».

Após isto — e «se está nas condições previstas para a obtenção do Subsídio de Renda» (dúvida que configura a única superficialidade do legislador, neste notável edifício legal), só tem que se dirigir ao Centro Regional de Segurança Social para fazer o seu requerimento durante os meses de Junho, Julho e Agosto, em impresso próprio. Nesta operação apenas tem que descobrir onde é esse Centro, viajar um pouco na sequência da informação de que não é ali e — finalmente lá (exactamente lá) — apresentar:

- «1.º — Identificação do agregado familiar (BI e/ou Cédulas Pessoais);
- «2.º — Carta do Senhorio com indicação da nova renda;
- «3.º — Último recibo da renda de casa;
- «4.º — Declaração dos seus rendimentos de trabalho e subsídios».

Nesta segunda fase o seu trabalho está suplementarmente facilitado pelo facto de tudo se processar em «impresso próprio». Além disso — e não tão irrelevante como isso — dispõe de três-meses-três para as diligências necessárias.

Ouçamos agora o Governo, em reprodução integral do documento informativo oficial que temos vindo a citar, e que se encontra profusamente distribuído (a quatro cores e numa atraente composição figurativa de uma casinha com telhado e tudo) pelas Juntas de Freguesia do País:

«Subsídio de Renda — Como e Quando Recebê-lo? — Fez, portanto, o seu requerimento. Apresentou toda a documentação necessária. Agora, receberá por vale de correio ou por transferência bancária no 3.º mês de cada trimestre o seu subsídio de renda».

Ora assim se faz prova que você — que certamente «fez, portanto, o seu requerimento» — já andava para aí a esbracejar sem razão. Esquecendo-se que o Governo existe, mesnó depois de você ser dolorosamente confrontado com essa existência. Esquecendo-se que o Governo, vela neste País de marinheiros à beira-mar plantado. Esquecendo-se (é com ternura que o dizemos) que, afinal, uma boa «cavacada» na mão é sempre melhor que todos os subsídios a voar — mesmo os de pedra e cal, como os do caso vertente.

Entretanto, se se esquecer de pagar a renda com o aumento que o senhorio diz e o Governo permitiu, o mais que lhe pode acontecer é ir para o olho da rua, a fazer companhia ao subsídio.

O grande explicador de decretos-lei

O Governo Cavaco Silva, talvez por influência do secretário de Estado, Durão Barroso — figura grada no insignificante MRPP — pretende ser agora o grande (educador) explicador dos decretos-lei.

Só assim se pode entender o diploma apresentado à Assembleia da República e que se intitula «Projecto de Proposta de Lei que interpreta o artigo 1.º do Decreto-Lei 407-A/75».

Sobre esta estranha questão falou no passado dia 27 de Maio a deputada comunista Margarida Tengarrinha. De recordar que o referido diploma de 1975 é a lei de nacionalização, de carácter global, dos perímetros de aproveitamento hidroagrícolas,

segundo as palavras da deputada.

Adiantando que o Grupo Parlamentar do PCP pedira a impugnação desta proposta de lei, pela sua evidente inconstitucionalidade e pela má-fé na pretensa interpretação do artigo em causa, Margarida Tengarrinha frisou que é um absurdo pretender amputar os prédios rústicos nacionalizados das suas partes constitutivas, cuja complementaridade é indissociável.

Pretende o Governo explicar a expressão «no todo ou em parte» para a partir daí, desnacionalizar, que é o que verdadeiramente pretende. Mas, esclare-

cendo o explicador, declarou a deputada:

O Decreto-Lei 407-A/75 diz no seu artigo 1.º: «São nacionalizados os prédios rústicos beneficiados, no todo ou em parte, pelos aproveitamentos hidroagrícolas...» (e segue-se a enumeração destes). Isto quer dizer que o que é objecto de nacionalização é o prédio rústico, desde que seja beneficiado, total ou parcialmente, pelos aproveitamentos hidroagrícolas. Não há confusões!

Pretende o Governo com esta medida desnacionalizar as terras que não são de regadio para que as referidas parcelas passem a ter, em muitos casos, pontuação muito abaixo da pon-

tuação espropriável e voltem à mão dos agrários, sem que o MAP tenha de fazer aquelas tráfices a que nos habituou e que agora estão mais difíceis devido à Comissão de Inquérito da AR.

E, como todas as iniciativas deste Governo, traz um presente envenenado — recorde-se a promessa de baixar o preço do leite se a AR não tocasse no preço dos combustíveis.

Boa marosca esta se não se conhecessem já as artimanhas de que este Governo é capaz. Mas que esteja atento, não vá a Assembleia aprovar um projecto de lei que demita os Governos-que, no todo ou em parte, prejudiquem o povo português.

Assembleia da República

Finanças Locais

Cinco eram os diplomas e todos foram aprovados

E, finalmente, as Finanças Locais. Vão poder respirar um pouco as autarquias, sujeitas até agora ao que o Governo central lhes dava, como se de uma esmola se tratasse, tudo porque a primitiva lei das finanças locais foi de tal modo adulterada e alterada que nada restou do articulado positivo no aspecto de autonomia financeira. Mas a situação vai enfim alterar-se. Talvez os resultados ainda não se façam sentir este ano, mas a partir do próximo Orçamento a gestão das câmaras municipais já sabem com o que podem contar.

E porquê esta alteração? Pela simples razão de se ter realizado na Assembleia da República, na terça-feira última, a discussão de cinco diplomas (quatro projectos de lei, respectivamente do PCP, PS, PRD e CDS e uma proposta do Governo) visando regulamentar as verbas necessárias à gestão dos municípios.

Refere o preâmbulo do projecto da lei do PCP que a **garantia da autonomia financeira enquanto componente da autonomia local e a justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias são princípios assegurados no artigo 240.º da Constituição da República.**

Ainda no que diz respeito à autonomia financeira das autarquias defende o diploma comunista que esta mesma é consa-

grada, definindo-se concretamente os poderes dos municípios e salvaguardando-se os interesses dos municípios; define-se um novo conjunto de receitas municipais de acordo com critérios de justiça e racionalidade; é alterado o regime de liquidação e cobrança, com a consagração de critérios objectivos de informação relativamente às origens das receitas dispondo-se também que não haverá lugar a encargos de cobranças.

Mas não fica por aqui o diploma do PCP. São definidos critérios justos e objectivos para a distribuição pelos municípios do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), garantindo-se a todos os municípios de acordo com critérios equilibrados a repartição adequada das verbas, acabando-se de vez com os critérios ar-

bitrários; são estabelecidos parâmetros globais de acesso ao crédito público com juros bonificados e sem dependência de aprovação tutelar; são reforçados os poderes e meios das freguesias, consagrando-se o princípio de garantia mínima de financiamento, definindo-se que a participação das freguesias nas receitas municipais não pode ser inferior a 20 por cento das verbas provenientes do FEF e destinadas pelos municípios a despesas correntes.

Estes alguns dos pontos defendidos pelo projecto do PCP, que se insere num conjunto de projectos de lei apresentados por este partido e relacionados com o Poder Local e as regiões administrativas.

Consenso

Os diplomas em apreço mereceram consenso da Assembleia da República que os aprovou na generalidade, baixando agora os quatro projectos e a proposta à respectiva Comissão para a elaboração de um texto único.

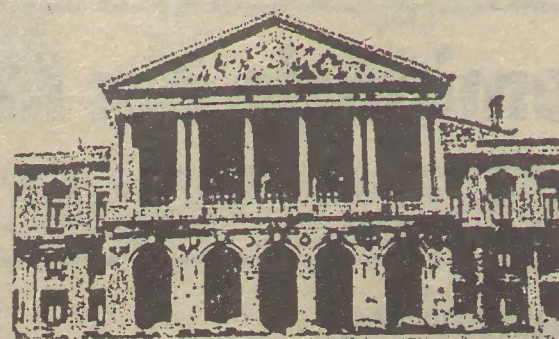
Questões pontuais relacionadas com a obtenção de verbas foram praticamente os pontos

mais controversos durante a discussão dos diplomas e que certamente serão ultrapassados na elaboração do texto final.

Pela bancada comunista, foi o deputado João Amaral que defendeu o projecto apresentado pelo seu Grupo Parlamentar. Na intervenção que fez sobre a matéria diria que nos **cinco projectos em debate não há coincidência suficiente para desprezar divergências ou as considerar irrelevantes.**

E acrescentou: **Há divergências de fundo. Mas — e isso é que é importante neste momento — não há divergências insanáveis, ou seja, não há divergências que possam resistir a um trabalho aprofundado em sede de especialidade que equacione os objectivos, discuta os critérios e teste os resultados.**

Referindo ser este o principal desafio, o do trabalho sério e profundo na especialidade, João Amaral passou depois a expor algumas questões pertinentes, nomeadamente as relacionadas com os municípios do interior, face ao litoral desenvolvido. Refutando a opinião de que o dinheiro investido no interior do País é em pura perda João



Amaral levantou a interrogação se pelo contrário as autarquias do interior não tenderão a ser, cada vez mais, o motor de um processo de desenvolvimento e de fixação de populações para quem o litoral desenvolvido não tem alternativa.

Mais adiante e falando do que resultaria do privilegiamento dos impostos cobrados localmente, que alguns projectos prevêm, deu exemplo concludente:

Basta comparar um único município — o de Lisboa — com o conjunto dos nove distritos com maior projecção no interior (Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja).

Reportando-nos aos valores da cobrança em 1981 dos impostos considerados, constata-se que na contribuição industrial, Lisboa-cidade recolheu 44 por cento do total da cobrança do Continente, contra 5,5 por cento daqueles nove distritos.

No profissional, a relação é de 51 por cento para a cidade de Lisboa e 4,3 por cento para

aqueles distritos. No complementar, é de 31 por cento contra 6,3 por cento. Na sisa, é de 16 por cento contra 5 por cento. No imposto sobre sucessões e doações é de 54,6 por cento contra 6,9 por cento.

Na soma destes impostos, as cidades de Lisboa e do Porto arrecadaram 52,8 por cento da cobrança do Continente e aqueles nove distritos não ultrapassam nesse conjunto os 5,67 por cento.

A terminar salientou que não cabe apelar aos municípios para que se empenhem na produção de receitas próprias, já que, à partida, só o poderão fazer precisamente os municípios com intensa actividade económica e a derrama, agravada, seria um novo factor de desigualdade entre os municípios, como já o é de desigualdade entre os cidadãos.

Por isso, acrescentou, a autonomia e independência dos municípios há-de garantir-se na fixação legal de um mínimo percentual para o valor do FEF, no seu robustecimento, na transparência de critérios.

Património cultural

Nem tudo é como dantes, na cidade de Abrantes

Na «notável vila de Abrantes» estiveram os invasores franceses, ávidos do saque fácil, já que o País não o tiveram. Mas há dúvidas que tenham feito tanto estrago nos monumentos históricos como os que hoje se sucedem, em parte por incúria da autarquia, em parte pelo desprezo que o poder central vota a estas coisas de preservação do património nacional, em parte, ainda, pelo vandalismo de certas pessoas que, tal como os invasores franceses roubam quadros e relíquias em proveito dos coleccionadores particulares aquém e além mar.

Vem o assunto a propósito de uma visita da Comissão de Cultura da Assembleia da República proposta pelo deputado comunista Álvaro Brasileiro, em seguimento a um projecto de lei apresentado pelo deputado do PRD, Francisco Fernandes, que visa a protecção do património cultural de Abrantes.

Em todos os monumentos visitados há motivos de reparo e preocupação pelo seu futuro. A degradação instalou-se sem ser contrariada, os benefícios modernizantes constituem autênticas aberrações de pôr os cabelos em pé. Começamos pelo Convento de São Domingos, construído em 1527.

A sua vetusta idade era-lhe devido outro respeito. Desocupado pela tropa há cerca de 20 anos nem assim escapou da degradação acelerada. O travejamento do claustro está podre e em riscos de cair, o telhado precisa de ser reparado para que a chuva não entre, retocada a pedraria, pintada a fachada, e mais o que aqui não se enumera para que volte a ter dignidade de um monumento nacional

O judo como confissão

Mais recentemente, a Câmara cedeu a um clube de judo, gratuitamente, uma parte das instalações do convento. E logo surgiu, berrante, um toldo amarelo a dizer que ali se pratica sauna, massagens e apoia o campismo. Não contentes os responsáveis do clube abriram uma porta, bem moderna a condizer com os cinturões dos judocas.

Neste caso, a culpa é da Câmara que não procurou preservar o património, ainda que tivesse cedido as instalações gratuitamente podendo por seu turno impôr como condição a beneficiação das instalações usadas, dentro da traça original.

Mais adiante, na Igreja da Misericórdia vamos encontrar o resultado do vandalismo a que uma protecção menos cuidada dos tesouros nacionais pode dar origem. De uma tela da Virgem e do Menino resta um farrapo que o ladrão, na pressa, deixou ficar e a moldura presa à parede.

Nesta mesma igreja estão vários quadros dos famosos mestres do Sardoal, avaliados em milhares de contos cada um. Só a sua existência justificava um sistema de segurança eficaz. Aqui, a culpa é do poder central. Se aquelas obras de arte forem contrabandeadas para o estrangeiro quem as vai recuperar, sabendo que se somem nos meandros dos coleccionadores particulares?

Ao pó há-de voltar

Passemos agora às Igrejas de S. João Baptista e de S. Vicente.

Na primeira, construída em 1629, decidiram os responsáveis religiosos fazer uns guarda-ventos em vidro a substituir as portas originais de madeira. Singular ideia esta que destoa com toda a decoração do interior. E aqui mesmo se assiste a um espectáculo confrangedor, que é verem-se os nichos vazios de imagens porque mãos impias as roubaram.

Igualmente grave o facto de as colunas dos altares, feitas de um calcário que não aguentou o tempo, se estarem a desfazer em pó. Simplesmente, hoje, a tecnologia permite preservar e impedir a destruição da pedra. Para isso não é preciso um milagre, basta apenas empenhamento.

Mas neste templo muitas coisas há a reparar como seja o ca-

deiral, o órgão e restaurar pinturas que já viram melhores dias.

No segundo templo, construído em 1590, os problemas são idênticos, embora mais agravados. As colunas dos altares dedicados aos santos mais parecem farinha acabada de sair da mó, os nichos vazios são mais do que os cheios, também o cadeiral e o órgão precisam de reparação e o padre perante os furtos verificados não teve outra solução senão pôr os relicários em sítio alto, onde não chegassem as mãos profanas de quem só acredita nos bens materiais, principalmente se é um rico colecionador a pagar.

Nada escapa

Às mãos ávidas dos que procuram coisas antigas nada escapa, acção facilitada pela incúria que o Governo tem demonstrado perante a preservação de protecção do nosso património nacional.

Nesta igreja, também um dos quadros foi roubado. Bastou a ausência, por poucos minutos, da mulher que ali fazia a limpeza para que a tela fosse cortada da moldura e nunca mais tivesse sido vista.

Este pequeno texto peca pelo muito que haveria a dizer e não o faz. Porque o património nacional são também as habitações antigas de Abrantes, onde uma fúria modernizadora leva a substituir as portas por caxilarias de alumínio, onde os azulejos típi-

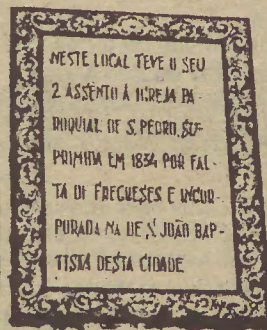
cos são destruídos, onde as próprias casas são demolidas para darem lugar a caixotes habitacionais sem qualquer respeito pela volumetria ou a traça arquitectónica. Em resumo, uma variante das «casas à la maison, com janelas à la fenêtre» que inundaram o Norte do País.

Muito mais haveria a dizer. Recordemos apenas um facto que poderá servir de exemplo para o futuro. Em Abrantes,

numa fachada de um prédio, um painél de azulejos recorda aos transeuntes que ali existiu uma igreja que fechou por falta de assistência.

Esperemos que não seja preciso fazer uma lápide à entrada da cidade e enumerar os monumentos que ali existiram e se perderam por falta de interesse em preservar o passado que é de todos nós.

E se um «post-scriptum» nos é permitido, imaginemos o que se passa por esse país fora e recordemos também o trabalho que a nível de restauro e protecção do património (e quase sempre a situação financeira não é das mais favoráveis) tem sido feito pelas autarquias da APU.



Esperemos que uma placa deste tipo não venha a ser precisa para recordar que os muitos monumentos de Abrantes desapareceram por falta de interesse das entidades responsáveis

PCP

O desenvolvimento do Baixo Mondego

Seminário em Montemor-o-Velho

O Desenvolvimento do Baixo Mondego é tema para um seminário que decorrerá no pró-

ximo dia 22 em Montemor-o-Velho, por iniciativa do PCP.

«Contribuir decisivamente

para o levantamento e estudo da situação económica e social da região e apontar as saídas justas e necessárias para o seu desenvolvimento» é objectivo deste seminário, que abrangerá «três grandes áreas de debate»: o Projecto do Mondego e o desenvolvimento agrícola; o desenvolvimento industrial, o porto comercial e as pescas; o Poder Local democrático, como factor de desenvolvimento geral da região.

Aberto a todos os membros do PCP e a todos os que individual ou colectivamente estão interessados no desenvolvimento da nossa região, o semi-

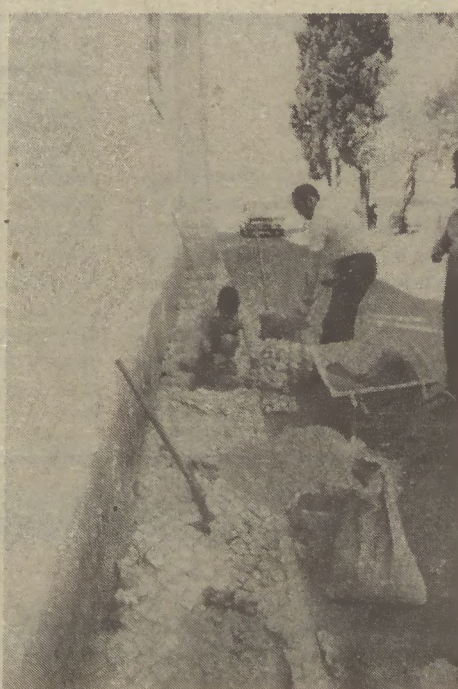
nário, iniciativa considerada pelo Organismo do Baixo Mondego do PCP como de «elevada importância política», funcionará com o seguinte horário:

9 horas e 30: Sessão plenária de abertura do Teatro Esther de Carvalho; 10 e 30: Início do funcionamento das 3 secções (que decorrerão em colectividades de Montemor-o-Velho); 13 horas: Almoço (assegurado pela organização mediante inscrições prévias); 14 e 30: Debate nas secções; 17 horas: Sessão plenária final de encerramento, com apresentação das conclusões de cada secção e gerais do Seminário - Intervenção política; 19 horas: Final previsto.

Amadora no Alto da Ajuda

Em edições anteriores já referimos exemplos significativos de trabalho e de iniciativa em torno da Festa do Avante! deste ano, nomeadamente dos comunistas do Porto e de Setúbal. Hoje ficamos pela Amadora. No próximo domingo, dia 8, vai realizar-se uma jornada concelhia de trabalho voluntário no Alto da Ajuda. As inscrições funcionam nos CTs da Brandoa, Damaia e Amadora. Para além de bons momentos de confraternização, a jornada de domingo incluirá uma sardinhada. Não faltes!

Poder Local



Jornada de trabalho voluntário

Que os putos brinquem mais

Desde o passado fim-de-semana, os putos têm mais e melhores locais para brincarem. Não só por ter sido o Dia Mundial da Criança mas, essencialmente, graças aos cuidados de muitos moradores de diversas freguesias lisboetas que meteram mãos à obra, por iniciativa das suas juntas de freguesia.

Trata-se, como já perceberam, de uma jornada de trabalho voluntário que decorreu nas freguesias APU de São Miguel, Santo Estevão, Ajuda, Alcântara, Beato, Marvila, Ameixoeira e Charneca e ainda — também por proposta da APU — na freguesia dos Prazeres.

Uma jornada onde foram dadas 1160 horas de trabalho que tiveram como principal destinatário as crianças. Em Santo Estevão, Alcântara, Beato, Marvila e nos Prazeres colocaram-se brinquedos, arranjaram-se e melhoraram-se os parques infantis existentes.

Forma de se comemorar o Dia Mundial da Criança. De se tornar mais atraente o dia-a-dia dos nossos gaiatos, participaram nesta jornada de trabalho 206 pessoas, estando as obras de maior vulto nas freguesias de Marvila e Ameixoeira, onde se asfaltou a rua Nova Brasília e a estrada que desde o ano passado liga o Alto do Chapelheiro à Calçada de Carriche.

Esta última obra reveste-se de um significado muito especial para os habitantes do Alto do Chapelheiro. Um bairro que há apenas um ano se encontrava praticamente isolado mas que graças à boa colaboração existente entre a junta de freguesia e a comissão de moradores hoje é de mais fácil acesso.

Quem meteu mãos à obra? O ano passado tal como agora — antes para abrir a estrada, hoje para a asfaltar — foi a população, que assim tomou em suas mãos a resolução de um problema que dizia respeito a todos e, como ficou provado este fim-de-semana, a cada um deles.

Ainda na Ameixoeira, e em colaboração com a paróquia, po-

pulares calcetaram passeios. Arranjou-se ainda a praca da parte velha da freguesia e limpam-se lixeiras na Estrada Militar.

Em São Miguel, populares procederam à pintura de bancos de jardim, limpam o chafariz e fizeram, juntamente com as crianças, um mural alusivo ao Ano Internacional da Paz.

Na freguesia de Santo Estevão, além do arranjo do parque infantil, foi pintada uma placa toponímica e na Ajuda colocaram-se brinquedos no parque infantil do Casalinho, pintou-se um abrigo para passageiros, também neste bairro, e foram colocados bancos de jardim na freguesia.

Em Alcântara colocaram-se novos brinquedos nos parques infantis da rua Leão de Oliveira e da Comissão de Moradores e no Beato limpou-se e melhorou-se o parque infantil e a zona verde existentes na rua Prof. Mira Fernandes e colocou-se areia no parque infantil da Quinta do Ourives.

Em Marvila — e como se vê a lista já vai longa — pintou-se o parque infantil da rua Dr. Esteves de Vasconcelos, na zona velha

da freguesia, e na Charneca construiu-se um murete no parque infantil da Quinta do Louro e pintaram-se vários abrigos para passageiros.

Finalmente, na freguesia dos Prazeres — a única desta lista que não é gerida pela Aliança Povo Unido — a população, com a colaboração da junta de freguesia, arranjou e pintou o parque infantil da rua Posidónio da Silva.

Tratou-se, como se constata pela listagem que apresentámos, de uma jornada de trabalho essencialmente dirigida para as crianças. Uma jornada de trabalho que não terá tido à primeira vista resultados espectaculares; mas importante, principalmente se tivermos em conta que as juntas de freguesia ainda não têm o seu orçamento e que, consequentemente, trabalham com duodécimos.

De qualquer forma, aqui fica a promessa e desde já o convite. Ainda este ano, as juntas de freguesia APU e a população vão sair uma vez mais para a rua, pás e picaretas na mão que os problemas são de todos e são todos quem os têm de resolver.

Um debate vivo
Encontro do Sector
de Artes e Letras
da ORL do PCP

• A. Cunhal participou na iniciativa

Realizou-se no último domingo, dia 1 de Junho, um encontro do sector de Artes e Letras da ORL do PCP, que se centrou fundamentalmente nos problemas da participação dos intelectuais comunistas na frente cultural, na luta ideológica, na democratização da cultura e seu entrosamento com os problemas de Portugal e do mundo contemporâneo.

O debate desenvolveu-se informalmente com grande participação e confronto de ideias, abordando aspectos do funcionamento do Partido, do trabalho unitário, da intervenção nos meios de comunicação social, em espaços culturais, no movimento associativo e nas autarquias.

O encontro teve a participação do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, que sublinhou a importância que esses problemas assumem no Partido, na sequência das prioridades de luta definidas no XI Congresso e no documento do CC de Fevereiro último.

O debate foi extremamente vivo, interligando as questões socio-profissionais dos diversos sectores das artes e letras com as da colonização cultural, da identidade cultural e de formas organizativas que respondam às exigências individuais dos trabalhadores das áreas culturais e às do trabalho colectivo.

No Encontro foi feito apelo à reflexão, ao estudo e ao debate colectivo dos militantes do sector sobre estas questões, como condição para uma sua qualificada contribuição para a definição do conteúdo, dos temas, dos objectivos, das formas e prioridades da acção cultural do Partido, nomeadamente dos escritores e artistas numa linha de desenvolvimento, actualização, aprofundamento e revitalização das orientações de fundo definidas nas I/II Assembleias de Artes e Letras e na I Assembleia do Sector Intelectual da ORL.

Conservação do património

Visita de estudo
à Polónia

A convite do Partido Operário Unificado Polaco, visitou a Polónia, de 20 a 26 de Maio, um grupo de estudo do Partido Comunista Português sobre conservação do património cultural e artístico, composto por: Lino Paulo, membro da Comissão Concelhia de Sintra e vereador da Câmara Municipal de Sintra; Ricardo Fernandes Tomás de Araújo Figueiredo, membro da direcção do Sector Intelectual do Porto e da Assembleia Municipal do Porto; Nigel Carlos Randsley Pena, membro da Comissão Concelhia de Mértola e da Assembleia Municipal de Mértola.

Durante a sua estadia na Polónia, o grupo de estudo do PCP cumpriu um vasto programa em Varsóvia e Cracóvia, tendo visitado designadamente empresas de recuperação de monumentos e centros históricos e verificado o excelente trabalho de recuperação ali desenvolvido. Foram-lhe proporcionados numerosos encontros com responsáveis do trabalho artístico e cultural e com dirigentes do POUP a vários níveis.

Esta visita insere-se no âmbito das relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o POUP.

Seminário na Áustria

• PCP representado

Realizou-se em Viena, capital da Áustria, um Seminário organizado conjuntamente pelo Comité Central do Partido Comunista da Áustria e pela Revista Internacional, sobre os novos movimentos sociais. Estiveram representados os seguintes partidos: PC da Áustria, Partido Suíço do Trabalho, Partido Comunista da Bélgica, Partido Comunista da Dinamarca, Partido da Esquerda-Os Comunistas da Suécia, Partido Comunista Alemão e o Partido Comunista Português, através do camarada Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

A Venda

**DEMOCRACIA
DESENVOLVIMENTO
DO PAÍS**

Encontro do PCP sobre problemas de emigração

**DEFESA
DOS EMIGRANTES**

PCP

REGULAMENTO

1.º Festival da Canção Juvenil



Artigo 1.º

A Comissão Nacional da Festa do «Avante!», as Organizações Regionais do PCP e a Juventude Comunista Portuguesa organizam, no quadro da realização da 11.ª Festa do «Avante!» (4, 5 e 6 de Setembro de 1986), o 1.º Festival de Canção Juvenil da Festa do «Avante!».

Artigo 2.º

Poderão concorrer ao Festival de Canção Juvenil da Festa do «Avante!» (FCJFA) jovens portugueses com idade até 30 anos, não inscritos no Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos ou no Sindicato dos Músicos e que não tenham discos editados por editoras comerciais.

Artigo 3.º

O Festival incluirá duas categorias: solistas e conjuntos. Entende-se por solista o concorrente que se apresente sozinho em palco ou apenas com um músico acompanhante; todos os concorrentes que se apresentem com um número superior de elementos não considerados conjuntos.

Artigo 4.º

Cada concorrente (solista ou conjunto) increver-se-á com uma canção de tema livre que será por ele interpretada em português.

Artigo 5.º

Não é obrigatório que as letras e músicas das canções referidas no artigo anterior sejam da autoria do concorrente. No caso de o não serem terão contudo de obedecer aos seguintes requisitos:

- 1.º A música terá de ser original e da autoria de pessoa com idade não superior a 30 anos, não inscrita no Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos ou no Sindicato dos Músicos e que não tenha discos editados por editoras comerciais;
- 2.º A letra poderá ser original, tendo nestas circunstâncias que ser da autoria de pessoa com idade não superior a 30 anos, não inscrita no Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos, no Sindicato dos Músicos, na Sociedade Portuguesa de Autores ou na Associação Portuguesa de Escritores, se não for inédita terá que estar publicada em livro editado pelo menos seis meses antes da data deste regulamento.
- 3.º Na sua apresentação nos Festivais os concorrentes não poderão utilizar qualquer forma de *play back*

Artigo 6.º

O FCJFA decorrerá em duas fases: a primeira constituída por festivais locais organizados por organizações locais do PCP, da JCP ou outras entidades que se queiram associar à iniciativa, e uma segunda, final, a decorrer na Festa do «Avante!» de 1986.

Artigo 7.º

Os concorrentes ao FCJFA candidatam-se à atribuição de sete prémios nacionais a serem distribuídos pelo júri do Festival Nacional nos moldes estabelecidos por este regulamento.

São os seguintes os prémios:

- a) Grande Prémio do Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» (conjuntos), constituído, à escolha do premiado, por equipamento de amplificação sonora ou instrumentos musicais no mesmo valor total de 150 000\$00;
- b) Segundo prémio (conjuntos) nas mesmas condições do anterior e no valor de 80 000\$00;
- c) Grande Prémio do FCJFA (solistas) constituído, à escolha do premiado, por equipamento de amplificação no valor de 100 000\$00 ou um ou vários instrumentos musicais no mesmo valor total;
- d) Segundo prémio (solistas) nas mesmas condições do anterior e no valor de 50 000\$00;
- e) Prémio para a melhor música constituído por um instrumento musical à escolha do premiado no valor de 80 000\$00;
- f) Prémio para a melhor letra original constituído por uma máquina de escrever no valor de 25 000\$00;
- g) Prémio para o melhor intérprete constituído por livros e discos adquiridos nas Livrarias CDL no valor de 25 000\$00.

§ 1.º Os Grandes Prémios e os Segundos serão atribuídos em função da qualidade global da apresentação (música, letra, interpretação, apresentação em público, etc.). Serão sempre atribuídos nominalmente ao concorrente.

§ 2.º O prémio à melhor música original é atribuído ao respectivo autor.

§ 3.º O prémio à melhor letra original será atribuído ao respectivo autor.

§ 4.º O prémio ao melhor intérprete será atribuído ao concorrente indicado pelo Júri Nacional.

§ 5.º O Júri Nacional poderá decidir pela não atribuição de qualquer dos prémios previstos nas alíneas e), f) e g) se entender que os trabalhos não o justificam.

§ 6.º Todos os concorrentes ao 1.º FCJFA receberão uma EP para a Festa do «Avante!» de 1986, que lhes será entregue no decorrer dos espectáculos referidos no Art.º 12.º.

Festivais Locais

Artigo 8.º

Poderão concorrer aos festivais locais todos os jovens que se encontrem nas condições estabelecidas nos Art.ºs 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do presente regulamento.

Contactar os participantes interessados, desenvolver uma boa divulgação deste regulamento, procurar desde já marcar as datas dos festivais regionais e constituir os respectivos júris são tarefas de primeiro plano. Ao trabalho!

Artigo 9.º

As entidades organizadoras citadas no artigo 1.º trabalharão para que se realize um festival num maior número de distritos, cujos vencedores participarão no Festival Nacional.

§ Único — Em cada Distrito e Região Autónoma poderão realizar-se festivais preparatórios dos distritos. A realizarem-se estes festivais preparatórios, neles deverão ser apurados vencedores que participarão no Festival Distrital mediante a constituição de júris em moldes idênticos ao previsto nos artigos 13.º, 14.º, 15.º e 16.º.

Artigo 10.º

Qualquer entidade que se queira associar ao Festival e promover festivais locais ou preparatórios deverá contactar as entidades organizadoras citadas no Art.º 1, a fim de coordenar a realização. Independentemente da entidade organizadora, qualquer festival local ou preparatório que se integre no FCJFA terá de respeitar o estabelecido no presente regulamento.

Artigo 11.º

A inscrição dos concorrentes aos festivais locais far-se-á junto da entidade organizadora, dentro dos prazos por esta fixados, mediante um boletim de que constarão obrigatoriamente: Identidade completa do concorrente incluindo: nome; data de nascimento; local de nascimento; estado; profissão; local de residência; e também: título da canção com que concorre; identificação dos autores da música e da letra no caso de não ser o próprio concorrente com os mesmos elementos requeridos para o concorrente.

Artigo 12.º

Todos os concorrentes inscritos para um festival local participarão no espectáculo que constitui esse festival promovido e organizado pela organização junto de quem foi feita a inscrição.

§ — O espectáculo decorrerá obrigatoriamente num recinto público em moldes e data a definir pela entidade organizadora.

Artigo 13.º

A entidade organizadora promoverá a constituição de um júri para o respectivo festival local. O júri será constituído nos moldes que a entidade organizadora entender mais convenientes e adequados segundo as características e possibilidades locais.

§ Único — A entidade organizadora terá obrigatoriamente que divulgar com antecedência e nomeadamente aos concorrentes a modalidade de júri por que optou e seus moldes de funcionamento.

Artigo 14.º

O júri procederá à sua votação no espectáculo referido e depois de ouvidos todos os concorrentes.

Artigo 15.º

A cada um dos elementos do júri será entregue, antes das apresentações, dois boletins: um contendo os nomes de todos

os concorrentes solistas e outro contendo os nomes de todos os concorrentes conjuntos (no caso de haver concorrentes nas duas modalidades). No final da audição de todos os concorrentes, os membros do júri lançarão os boletins preenchidos dentro de uma urna. Cada elemento do júri classificará cada um dos concorrentes em cada uma das categorias segundo uma escala de 0 a 10 — correspondendo o 10 à melhor classificação.

O apresentador do espectáculo procederá depois à leitura dos boletins um a um e concorrente a concorrente, inscrevendo as pontuações num quadro instalado no palco.

Artigo 16.º

O concorrente que obtiver pontuação mais elevada em cada uma das modalidades ficará apurado para a segunda fase — Festival Nacional — do FCJFA.

§ 1.º Se só houver concorrentes numa das modalidades (solistas ou conjuntos) será apurado apenas um.

§ 2.º A entidade organizadora do festival local pode estabelecer prémios específicos para os classificados e concorrentes ao festival por si organizado.

Artigo 17.º

Para formalizarem a sua presença na segunda fase do FCJFA os concorrentes apurados em cada um dos festivais locais terão de, no prazo de quinze dias após a realização deste, fazer entrega à entidade organizadora local de um envelope contendo:

- a) Uma ficha de inscrição idêntica à preenchida para o festival local;
- b) Dois exemplares dactilografados da letra da canção;
- c) Uma cassete gravada pelo concorrente interpretando a respectiva canção;
- d) Fichas de identificação dos eventuais autores da letra e da música no caso de não serem o concorrente.

Artigo 18.º

A entidade organizadora de cada um dos festivais locais procederá, no prazo de três dias após o fim do período de quinze dias estabelecido no Art.º 17.º ao envio dos envelopes dos concorrentes para a Comissão Central da Festa do «Avante!».

Artigo 19.º

As entidades organizadoras locais podem decidir sobre todos os problemas que se coloquem (incluindo a elaboração de regulamentos próprios desde que estes não contradigam o estabelecido neste Regulamento Geral). Os casos duvidosos deverão ser decididos após consulta à Comissão Executiva da Festa do «Avante!».

Festival nacional

Artigo 20.º

O Festival Nacional decorrerá na Festa do «Avante!» de 1986 num dos seus palcos.

Artigo 21.º

Para o Festival Nacional será constituído, a convite da Comissão Executiva da Festa do «Avante!», um júri de 25 elementos que se procurará seja amplamente representativo e qualificado sob o ponto de vista artístico, técnico, social e político.

§ Único — Do júri nacional fará obrigatoriamente parte um membro da Comissão Executiva da Festa do «Avante!».

Artigo 22.º

O júri nacional reunirá uma primeira vez, a convocação da Comissão Executiva da Festa do «Avante!», e decidirá colectivamente do seu funcionamento com vista à definição da votação, tendo em conta os seguintes princípios:

- a) Após a audição e selecção dos concorrentes finais o júri nacional deverá decidir sobre a atribuição dos prémios previstos nas alíneas e) e f) do Artigo 7.º;
- b) para atribuição dos prémios previstos nas alíneas a), b), c), d) e g) do mesmo artigo, a votação far-se-á durante o próprio espectáculo.

§ Único — O Júri Nacional e a Comissão de Espectáculos da Festa do «Avante!» decidirão da hora, local e funcionamento do festival final. Os resultados deste serão publicados no número do «Avante!» seguinte à realização da Festa de 1986.

PCP

Viseu

Tudo a postos!

Proceder a uma análise crítica da actividade dos comunistas e do Partido no nosso distrito nos últimos 12 anos de regime democrático e referir os condicionaisismos políticos, económicos e sociais em que se desenvolve esta actividade são dois dos objectivos da 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Viseu do PCP, marcada para 14 deste mês (sábado), e na qual também participará o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

A Assembleia culminará uma intensa fase preparatória que tem vindo a decorrer nos diversos pontos do distrito através de reuniões, encontros, plenários e assembleias — algumas de âmbito concelhio —, em que os militantes comunistas discutem e enriquecem o projecto de resolução política e elegem os 115 delegados que lá representarão todas as organizações do Partido no distrito, constituído por 24 concelhos e 372 freguesias.

Tendo como lema «reforçar o PCP, defender a democracia, pelo progresso do distrito», a 1.ª Assembleia, aguardada com natural expectativa, irá também «definir, com base nos traços da situação política actual e com base nas conclusões do X Congresso e do XI Congresso (Extraordinário) do PCP, as tarefas fundamentais que se colocam às organizações do Partido no dis-

trito» e «elegir pela primeira vez o organismo dirigente do trabalho do Partido no distrito: a Co-

Representando um importante passo no reforço do trabalho do Partido nesta região, a Assembleia da Organização Distrital de Viseu é hoje possível pela conjugação de determinadas condições orgânicas e políticas: crescimento e consolidação do Partido no distrito, desenvolvimento dos seus quadros, intensificação da sua actividade e influência, entre outras. Estas condições não são ainda, certamente, as óptimas. Mas seria idealismo pensar-se que as condições perfectas algumas vez estariam reunidas e, sobretudo, entender-se que só quando elas se verificassem é que deveria ter lugar a Assembleia.

(Do projecto de resolução política)

missão Distrital de Viseu do PCP».

Os comunistas de Viseu avançam para a sua 1.ª Assembleia também com o objectivo de im-

pulsionar a luta pelo melhoramento das condições de vida e de trabalho das camadas mais desfavorecidas da população, pela defesa das liberdades, da democracia e de outras conquistas de Abril, pela superação dos factores de atraso e secundarização do distrito no contexto do desenvolvimento nacional e pelo reforço do entendimento e unidade entre sectores e forças democráticas locais.

Conferência de Imprensa e sessão-festa

Para além dos trabalhos da Assembleia, que reunirá centena e meia de convidados, a organização do Partido preparou para dia 14 duas outras iniciativas em que também participará o camarada Álvaro Cunhal.

No local da Assembleia, a Escola Secundária Alves Martins, haverá ao fim da tarde uma conferência de imprensa e mais tarde, cerca das 21 horas, uma sessão-festa para divulgação das principais conclusões da Assembleia e intervenção do secretário-geral do Partido sobre a situação política, com período reservado a perguntas e respostas.

O grupo de música popular «Trigal» encerrará esta sessão-festa.

Olivais Festa da Liberdade no dia 28

É já no próximo dia 28 que o Vale do Silêncio retomará a animação e o colorido da Festa da Liberdade, um convívio com tradições, promovido pelos comunistas dos Olivais, em Lisboa.

Contando pela primeira vez com um programa cultural, a prolongar-se pela noite fora, a Festa da Liberdade terá em funcionamento permanente um bar com petiscos da época, uma banca com as últimas novidades em livro e um «sai-sempre».

Carlos Costa, da Comissão Política e do secretariado do Comité Central, será um dos participantes no comício da Festa marcado para as 17 e 30 horas.

Torres Novas: o reforço do PCP e da sua ligação ao povo nos horizontes da 3.ª Assembleia

«A Assembleia deve analisar a situação interna do Partido e apontar soluções no sentido de serem ultrapassadas deficiências e insuficiências que se manifestam no nosso trabalho» — sublinha a Comissão Concelhia de Torres Novas, do PCP, ao divulgar a realização, a 8 de Julho próximo, da 3.ª Assembleia da organização do Partido neste concelho do distrito de Santarém.

Ao reunir «o órgão máximo do Partido», os comunistas torrejano apontam como objectivo fundamental o reforço do Partido e o melhoramento da sua ligação às massas, e lembram que a Associação «não pode ser encarada como mais uma qualquer iniciativa».

Referindo a necessidade de

ampliar o conhecimento e participação dos comunistas na resolução dos problemas do concelho, nomeadamente ao nível dos trabalhadores e da população, a Concelhia do PCP adianta que «é importante apetrechar os diversos órgãos e os militantes do Partido com uma orientação correcta que lhes permita intervir

abertamente nos seus locais de trabalho e residência na resolução das situações concretas em todas as frentes».

Depois de sublinhar que «é indispensável pôr a funcionar todas as células de empresa e ultrapassar as dificuldades» que se registam nesses órgãos fundamentais do Partido, a Comissão Concelhia avança um breve apontamento sobre a situação nas freguesias, nas autarquias, na informação e propaganda, e nos fundos:

Freguesias — Há actualmente organização nas freguesias de Riachos, Ribeira, Bro-

Arganil: 1.ª Assembleia a 13 de Julho

Foi marcada para 13 de Julho próximo a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Arganil, no distrito de Coimbra.

A decisão foi tomada em reunião recente da Comissão Con-

celhia do Partido, na qual foram analisados diferentes aspectos da situação nas 18 freguesias. Outra decisão tomada aponta para um encontro dos partidos democráticos com organização no concelho: além do PCP, o PS

e o PRD.

As imposições da Câmara Municipal na colocação de sinais de trânsito na vila de Arganil, «provocando alterações de fundo no sistema de trânsito existente», assunto que nem sequer foi levado à Assembleia Municipal, são vivamente condenadas pela Concelhia do PCP que salienta: «Não foi dado aos municípios a possibilidade de apresentarem as suas opiniões e propostas com vista a, passado um período experimental, melhorar as alterações necessárias no trânsito da vila».

Os comunistas de Arganil, segundo as conclusões da reunião da Concelhia, estão solidários com os moradores do Bairro de Abrunhos e exigem que «a Câmara Municipal dê entrada e análise o abaixo-assinado que os moradores daquele bairro já entregaram na Câmara».

Beira Interior 1.ª Assembleia no Cine-Centro da Covilhã

Marcada par o próximo dia 15 na cidade da Covilhã, a 1.ª Assembleia da Organização Regional da Beira Interior (ORBI) do PCP continua a movimentar nos distritos de Castelo Branco e Guarda uma intensa acção preparatória, com reuniões e plenários de militantes. A discussão do documento-base apresentado pela Direcção Regional e a eleição dos delegados contam-se, naturalmente, entre os objectivos dessas iniciativas.

A 1.ª Assembleia da ORBI começa às 9 horas, no Cine-Centro da Covilhã.

Célula da Guérin

O balanço da actividade desde 1981 e a eleição do novo secretariado foram pontos destacados da recente Assembleia da célula dos trabalhadores comunistas da Guérin, realizada no CT da Duque de Loulé, em Lisboa.

Para além das questões orgânicas da vida da célula, os participantes nesta 3.ª Assembleia analisaram a situação da empresa, cujos trabalhadores exigem a sua dinamização e relançamento. A grave situação que atravessa, como se concluiu, não se pode ultrapassar levando à prática os objectivos da administração.

O novo secretariado da célula é integrado por 7 elementos.

Cantanhede

A Escola Primária Conde Ferreira vai acolher no próximo dia 10 a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Cantanhede, no distrito de Coimbra.

A apresentação do relatório de actividades, o debate em torno das perspectivas de trabalho e a eleição da Comissão Concelhia serão momentos em destaque no decorrer da Assembleia, que tem início previsto para as 10 horas. Um almoço de confraternização no novo Centro de Trabalho do Partido em Cantanhede encerrará da melhor maneira esta 1.ª Assembleia.

Minho

Da realidade à demagogia

• Direcção Regional do PCP dá uma panorâmica da situação económica e social

A realidade política, social e económica no Minho nega totalmente a campanha de propaganda e demagogia governamental sobre o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo, sobre o desenvolvimento económico e a estabilidade político-social.

Mas, podemos ir ainda mais longe:

O Governo de Cavaco Silva, mantendo e prosseguindo, no fundamental, a política de anteriores governos, não só não tem resolvido nenhum dos graves problemas que se vêm arrastando há anos no Minho, como os está agravando de forma nunca vista, incluindo aqueles que os deputados do PSD pela região (círculos de Viana do Castelo e Braga) e o próprio Primeiro Ministro se comprometeram a solucionar durante a campanha eleitoral.

Exemplos concretos que demonstrem esta situação? Infelizmente, não faltam. Reunida recentemente, a Direcção Regional do Minho (DORM) do PCP, ao analisar «a situação política, económica e social da região», mostra claramente esses exemplos, referindo os diferentes sectores da actividade industrial e comercial, a lavoura e as pescas, e alguns aspectos da situação actual entre os trabalhadores, os jovens, as mulheres e os reformados, para além de outros sectores.

São exemplos para meditar.

Encerramentos e falências

Nos diferentes sectores da actividade industrial e comercial da região, em vez do tão propagado desenvolvimento, que a conjuntura económica internacional poderia favorecer, assistimos à recessão no progresso industrial, com dezenas de encerramentos e falências, bem como as crescentes dificuldades económicas das pequenas e médias empresas, situação para a qual vem contribuindo, de modo crescente, o preço a ser pago pela nossa região para a adesão de Portugal à CEE.

No sector têxtil, a par das dificuldades existentes, crescem as preocupações derivadas dos acordos assinados com a CEE, com a possibilidade de perda de importantes mercados tradicionais e com a liberalização pela CEE das exportações para a Europa de têxteis de países terceiros concorrendo com os produtos portugueses.

Nas cutelarias, são as discriminações espanholas às nossas exportações.

Na metalomecânica, fortemente subsidiária da construção civil, sofrem-se as consequências da crise deste sector.

A crise da construção civil mantém-se: só no concelho de Braga são mais de 5000 habitações por colocar, no mercado privado, para venda ou arrendamento, por falta de poder de compra.

Na indústria de carnes, as tentativas governamentais de entrega de todo o abate de gado à IZICAR, ameaçam precipitar o encerramento de mais de uma dezena de pequenas e médias empresas.

A extinção pelo Governo da EPPI-Empresa Pública de Parques Industriais, que o PCP chamou a ratificação na Assembleia da República, dificultaria também a situação de algumas dezenas de pequenas e médias empresas, ocupando cerca de 2000 postos de trabalho nos 2 Parques da região (Celeirós e S. João de Ponte).

Accentuam-se as dificuldades dos pequenos e médios comerciantes da região, com a diminuição de vendas resultante da baixa do poder de compra, com a concorrência e facilidades concedidas ao grande comércio, com o «mercado negro», com o aumento dos preços, agravados pela aplicação do IVA. A juntar a tudo isto, é a proliferação da economia paralela, das indústrias clandestinas, do trabalho «negro», da especulação e do contrabando, da circulação de produtos sem padrões mínimos de qualidade.

Os escândalos do vinho e da batata... e a CEE

Quanto à pequena e média produção agrícola, representando mais de 90% da propriedade agrícola no Minho, está ameaçada, como nunca, na sua existência, pelo conjunto de medidas já tomadas e a serem postas em prática pelo Governo de Cavaco e Silva na base dos compromissos assumidos por Portugal com a CEE. Só assim se podem interpretar medidas desastrosas

como: a importação de 10 000 pipas de vinho, quando há problemas de escoamento da produção nacional; autorização de importação de batata a 18\$50/Kg (quando a J. N. Frutas acabara de intervir no escoamento da batata dos agricultores comprando a 12\$000/Kg e vendendo a 15\$000); importação de várias toneladas de couve-flor, de tomate, laranjas, tangerinas, peras e pessegos, 4000 toneladas de carne de porco, várias toneladas de ovos, queijo, pintos e galinhas. Ao mesmo tempo, o Governo baixa os preços do milho no produtor, provocando já o encerramento da sua produção em várias propriedades da região. Apegos por todos os lados a ajuda financeira da CEE a projectos agrícolas, mas os pequenos agricultores que se deslocam às delegações do MAP para informações não têm qualquer resposta sobre a forma de acesso aos fundos. Retoma a velha teoria do emparcelamento, de que os agricultores do minho guardam tão má memória dos tempos do fascismo, tendo como objectivo o alargamento à força das propriedades dos grandes agricultores à custa dos pequenos agricultores. Prossegue a ofensiva para tentar, com a co-actividade dos deputados da direita na Assembleia da República, a retirada da posse secular dos baldios das mãos dos povos.

Promove o alastramento do plantio de eucaliptos em áreas de interesse agrícola (caso de terrenos junto ao Monte de Faro/Esposende). Continua a ofensiva para o encerramento das feiras e para o impedimento da circulação de gado.

Quanto às pescas, largas dezenas de pescadores da região terão os seus postos de trabalho ameaçados pela rescisão do acordo com o Canadá para a pesca do bacalhau. Continua a ser adiada a tomada de medidas para a formação profissional, com a instalação de uma Escola de Pescas. Enquanto a nossa ZEE é invadida pelos arrastões espanhóis, o acesso dos operadores portugueses na ZEE da CEE é comprometido pelo atraso tecnológico e pelo tipo de espécies recolhidas.

Os trabalhadores são os mais atingidos com a política de direita do Governo minoritário de Cavaco e Silva. Continuando a receber os mais baixos salários médios do País, a propaganda governamental visando fazer crer

que o seu nível de vida tem melhorado não tem correspondência na realidade. Só no Minho, e segundo dados sindicais, são cerca de 10 000 os trabalhadores com salários e subsídios em atraso, são largas dezenas de milhares de desempregados (dos quais apenas pouco mais de 5000 recebendo subsídio no dis-

trito de Braga), aumentam os atentados aos direitos e liberdades sindicais, o desrespeito pela Constituição e pela legislação laboral e das CT's e pelas próprias decisões dos tribunais (é o caso escandaloso e violador dos mais elementares direitos humanos que constitui o facto de um delegado sindical da Riopelle estar fora da empresa há 4 anos, apesar de decisões judiciais sucessivas para a sua reintegração).

Aumentam os contratos a prazo e outras formas de trabalho precário, agrava-se o recurso imoral ao trabalho de mão-de-obra infantil, aumenta o trabalho «negro» e clandestino.

Só em 73 empresas da economia subterrânea, das centenas existentes, e de acordo com dados sindicais, trabalham alguns milhares, sobretudo crianças e menores, no distrito de Braga. Ao mesmo tempo, a política governamental, de facilidades para o patronato exprime-se, quer no acumular das suas dívidas à Segurança Social (atingindo já mais de 6 milhões de contos, sem contar os juros, no distrito de Braga) quer na incapacidade e falta de eficácia escandalosa dos organismos do Estado (caso da Inspecção do Trabalho).

60% dos desempregados são mulheres

Os jovens, que têm sido alvo privilegiado da propaganda governamental e da direita, continuam a ver os seus problemas essenciais de emprego, de ensino, de habitação, por resolver. Os propagueados projectos de lei governamentais destinados a solucionar os problemas de desemprego juvenil, são exemplos típicos de como a orquestrada «montanha» de propaganda pariu um «rato».

Enquanto no distrito de Braga devem existir 17 000 jovens desempregados, o projecto que isenta de impostos os empregadores de jovens até aos 25 anos significou a inscrição de apenas 30 empresas propondo-se criar 60 postos de trabalho e, quanto ao projecto de apoio aos jovens com profissões independentes, apenas se inscreveram 130 e só 57 foram considerados como possíveis beneficiários.

Agrava-se também a situação das mulheres (60% dos desempregados), vítimas maiores da economia subterrânea e do trabalho «negro», discriminadas no acesso ao emprego e nos salários, sofrendo mais as consequências da falta de estruturas de apoio à família.

Quanto aos reformados, a demagogia governamental sobre a isenção do imposto de capitais nos depósitos a prazo de reformados (que beneficia reduzida minoria) não esconde que a questão fundamental de aumentos dignos nas pensões e reformas para todos continua por resolver.

aveiro festa-86

8 DE JUNHO RECENTO DAS FÉRIAS

COMÍCIO - ESPECTÁCULOS - EXPOSIÇÕES

QUEREMOSSE - BAR - SORTEIOS - ANIMAÇÃO

VIDEO - CINEMA - MANHÃ INFANTIL

11.30 h - QUARTETO DE ANTONIO PINHO VARGAS

15.30 h - MARIA GUINOT

21.30 h - RÁDIO MACAU

15.30 h - CARLOS CUNHA

Entrada - 200 00

MANHÃ INFANTIL - 16.30 h - (Entrada Livre)

com Jogos/Actividades/Fantoches e Pálpitos

Colaboração do Centro Cultural do Grémio Operário de Coimbra

PCP 3

aveiro festa-86

8 DE JUNHO RECENTO DAS FÉRIAS

COMÍCIO - ESPECTÁCULOS - EXPOSIÇÕES

QUEREMOSSE - BAR - SORTEIOS - ANIMAÇÃO

VIDEO - CINEMA - MANHÃ INFANTIL

11.30 h - QUARTETO DE ANTONIO PINHO VARGAS

15.30 h - MARIA GUINOT

21.30 h - RÁDIO MACAU

15.30 h - CARLOS CUNHA

Entrada - 200 00

MANHÃ INFANTIL - 16.30 h - (Entrada Livre)

com Jogos/Actividades/Fantoches e Pálpitos

Colaboração do Centro Cultural do Grémio Operário de Coimbra

CARLOS BRITO

AVANÇAR NA COMUNICAÇÃO

DOSE DO PCP

CD AVEIRO DO PCP

COMÍCIO

Almada Objectivos da célula da CM/S. Municipalizados

Reunida recentemente nas instalações da Academia Almadense, a 5.ª Assembleia da Célula dos trabalhadores comunistas da CM e Serviços Municipalizados de Almada aprovou, como referimos na última semana, um plano de objectivos para o presente ano, de que destacamos as seguintes orientações:

- Reforçar a Organização, procedendo a uma reestruturação de sectores/núcleos mais consentâneos com a realidade, colocando-os a reunir de forma regular.
- Trabalhar para que haja uma ligação constante entre o Executivo/Secretariado e deste, a todos os membros da Célula e até a todos os Trabalhadores do Município.
- Criar e pôr a funcionar a SIP,

- trazendo a esta um membro de cada sector.
- Fazer sair, ainda este ano, o Boletim da Célula.
- Criar e pôr a funcionar a Comissão de Fundos.
- Attingir ou ultrapassar a venda de 90 Avantes e 50 Militantes.
- Trabalhar para atingir a meta de Orçamento proposta para 1986.
- Trabalhar para chegar ao fim

Santiago do Cacém O balanço da actividade

«Em cada 12 eleitores do concelho há um membro do PCP», revela o relatório aprovado na 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Santiago do Cacém, realizada há dias naquela vila do distrito de Setúbal com a participação de 144 delegados e 30 convidados.

Um ambiente de confiança e de empenhamento envolveu de princípio a fim a reunião máxima dos comunistas de Santiago do Cacém, que fizeram o balanço da sua actividade desde a 2.ª Assembleia (Outubro de 1983), nas 10 freguesias que constituem o concelho.

Apresentado pela Comissão Concelhia cessante, o relatório, aprovado por unanimidade, está dividido em seis capítulos fundamentais: caracterização socio-económica, luta dos trabalha-

dores, organização dos trabalhadores e das populações, Poder Local democrático, batalhas eleitorais, e o Partido.

Também por unanimidade e aclamação foi aprovada a constituição da nova Comissão Concelhia do Partido, de que fazem parte 32 camaradas.

A intervenção de encerramento desta Assembleia coube ao camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

PCP

Administração pública

À vista a «competência» do Governo Cavaco...

O Organismo de Direcção da Organização da Função Pública da ORL do PCP afirma, em comunicado que «o Governo Cavaco Silva, apesar de minoritário, (...) persiste no objectivo de introduzir no aparelho de Estado as modificações necessárias ao regresso a um regime antidemocrático».

Segundo aquele organismo do PCP, a política do Governo PSD acentua a degradação dos departamentos vocacionados para orientar, intervir e coordenar a actividade produtiva da economia, assim como daqueles responsáveis por promover e tutelar acções de benefícios sociais, ao mesmo tempo que dedica a «melhor atenção» ao Ministério das Finanças no que concerne a contribuições e impostos.

Em contraste com a imagem de «eficácia» e «competência» que o Governo vende nos órgãos de comunicação social que

manipula, com destaque para a RTP, a situação existente na Administração Pública prova o contrário.

A indefinição que reina em diversos serviços quanto às suas competências, a paralisação de departamentos por falta de meios humanos e/ou financeiros, a existência de serviços à «beira da ruptura funcional» por inadequação de estruturas e meios, os atrasos no andamento de processos motivados pela excessiva burocratização dos serviços, são dados que desmentem a «competência» de Cavaco e dos seus ministros.

O Organismo de Direcção da Organização da Função Pública da ORL denuncia a existência de um clima generalizado de «falta de respeito pelo direito ao trabalho, à justa remuneração, a um vínculo estável à Administração Pública, à legítima progressão na carreira e ao direito a con-

dições de trabalho dignas». A título de exemplo, são referidos, no comunicado, casos de afastamento de quadros dirigentes por razões político-partidárias e o despedimento de «muitas centenas» de tafeiros que garantiam o regular funcionamento dos serviços.

Outro traço da política do Governo de Cavaco é a «transferência de dinheiros públicos para o sector privado».

Em conclusão, o Organismo de Direcção da Organização da Função Pública da ORL do PCP considera que a gestão do Governo PSD/Cavaco Silva é a «continuação da política de gestão do sistema capitalista seguida pelos governos nos últimos 10 anos». É necessária, por isso, a sua substituição por um Governo democrático que «organize a administração pública e tenha por objectivo pô-la ao serviço dos interesses dos portugueses».

Terra

MAP apronta inquérito e prossegue ilegalidades

Insistindo na prática de irregularidades e fraudes contra a Reforma Agrária — actos que estão a ser objecto de investigação por parte de uma Comissão de Inquérito nomeada pela Assembleia da República — o Governo do PSD dirigido por Cavaco Silva continua a desrespeitar impunemente a lei, comportamento que está a suscitar uma crescente onda de protesto junto de vários sectores e forças sociais.

Pese embora o reconhecimento público do Ministério da Agricultura de irregularidades por parte de técnicos dos seus serviços através de um comunicado divulgado na passada semana, a verdade é que o Governo retomou o processo de usurpação de terras à Reforma Agrária tendo para o efeito notificado diversas UCP's/Cooperativas do distrito de Évora para a abertura de novos processos de «reservas», processos estes que de acordo com um comunicado do Secretariado das UCP's/Cooperativas do Distrito de Évora estão «organizados com base nas mais escandalosas ilegalidades».

É o caso, por exemplo, do processo referente ao agrário **Joaquim Manuel Murteira Grave** — agrário que segundo o Secretariado é «amigo pessoal do ministro Álvaro Barreto e em casa de quem este dormiu quando se deslocou recentemente a Évora» — o qual, com a mãe, recebeu em 20 de Fevereiro de 1979, 1174,7 hectares e 157 272 pontos na herdade da **Galeana**, em Mourão, reserva esta que está aliás entre os 326 acórdãos anulatórios do STA nunca executados pelo Governo.

Mas o escândalo maior resulta do facto de o ministro Álvaro Barreto ter agora autorizado

uma falsa doação que o agrário forjou a favor dos filhos de todo o seu antigo latifúndio, fraude que está na base da reabertura de um novo processo pelo qual são atribuídas nada mais nada menos do que **cinco** reservas.

De acordo com o Secretariado de Évora, a concretizar-se este processo, tal significaria a reposição da totalidade do antigo latifúndio do agrário e ganadeiro Murteira Grave, com a atribuição de seis reservas num total de 3105 hectares e mais de 400 mil pontos.

Mas como se isto não chegasse, e dado que as reservas de propriedade atingiram todos os limites possíveis e ainda ficavam alguns hectares de fora, o MAP propõe atribuir ao agrário mais 300 hectares a título de «direito de exploração».

«É o cúmulo que ultrapassa quase tudo quanto tem sido feito até aqui — sublinha aquela organização da Reforma Agrária — e que representa um aprofundamento de inúmeras outras ilegalidades que estão a ser investigadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito».

Depois de reafirmar a exigência de demissão do ministro Álvaro Barreto dado que está «pessoalmente implicado e atolado em tantas ilegalidades», a estrutura das unidades de produção da Reforma Agrária exige o termo imediato da guerra contra as UCP's/Cooperativas, reclamando ao mesmo tempo da Assembleia e do Presidente da República uma intervenção pronta que ponha fim «às escandalosas atitudes do MAP e do Governo que configuram, ao mesmo tempo, uma provocação e afrontamento à investigação parlamentar».

Festa da Amizade

Quem passa no Laranjeiro já notou que há movimento e trabalho no recinto da Festa da Amizade, cuja actividade preparatória ao nível da implantação já começou em 29 de Maio, com as jornadas de trabalho voluntário promovidas pelas organizações do Partido no concelho de Almada.

Agora até 4, 5 e 6 de Julho, todos os fins-de-semana serão oportunidades para ajudar a construir o maior acontecimento político-cultural daquele concelho da Margem Sul do Tejo.

Entretanto, até ao próximo dia 25 decorre o prazo para a entre-

ga dos trabalhos concorrentes aos III Jogos Florais da Festa da Amizade nas modalidades de **poesia e prosa**, nas categorias de «juvenil» (até aos 18 anos) e «adulto».

Os trabalhos deverão, directa ou indirectamente, pôr em relevo as grandes ideias do progresso da Humanidade, da Paz e da Amizade e entre os povos, a força da democracia e do socialismo na condução do Mundo a favor da libertação do Homem.

O regulamento está em distribuição nos Centros de Trabalho do PCP (Almada), podendo ser pedidos esclarecimentos pelos telefones 275 27 77 e 275 39 39.



Zita Seabra na Gafanha da Nazaré

A recolha de informação directa sobre os problemas que actualmente afectam a pesca longínqua e a indústria de tratamento de pescado esteve na origem de uma recente deslocação de Zita Seabra, suplente da Comissão Política do Partido e deputada eleita pelo círculo de Aveiro, à freguesia da Gafanha da Nazaré, no concelho de Ílhavo.

Os problemas já mencionados resultam da adesão à CEE, do conflito com o Canadá (que impede a pesca na sua zona económica exclusiva e o acesso dos barcos portugueses a portos canadianos), das taxas em vigor para a importação de bacalhau salgado verde e salgado seco, e ainda do processo de extinção da Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau.

Constata-se que a situação de muitas empresas se degrada rapidamente verificando-se a existência de muitos barcos parados, de desemprego entre as trabalhadoras da secagem de bacalhau sendo grande a preocupação pelo futuro de milhares de pessoas que dependem da actividade do sector.

A deputada Zita Seabra, que foi acompanhada por António Salavessa, da Comissão Distrital de Aveiro do PCP e por José Alberto Loureiro, membro da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, eleito pela APU, visitou a empresa **João dos Santos Pires, Lda.** que se dedica à secagem de bacalhau, tendo reunido com elementos da administração. A visita seguinte foi à **EPA (Empresa de Pesca de Aveiro)** que se dedica à pesca longínqua, à secagem de bacalhau, ao congelamento e à conserva de peixe, tendo reunido com elementos da administração e com representantes dos trabalhadores.

Após reunião com a direcção da empresa **Testas e Cunha,**

Lda. (pesca longínqua, arrasto costeiro e secagem de bacalhau), Zita Seabra dirigiu-se à sede da Junta de Freguesia onde se encontrou com três dos seus elementos, entre os quais o presidente. Nesta reunião ficou bem clara a importância que a actividade piscatória e de tratamento do pescado assume na freguesia da Gafanha da Nazaré, pelo que a sua crise a não ser atalhada terá consequências nefastas no desenvolvimento local e na vida da população. Saliente-se a propósito que recentemente foi designada uma Comissão na Assembleia de Freguesia para acompanhar o evoluir destes problemas e tentar promover a sua resolução.

Os elementos da Junta de Freguesia aproveitaram a presença de Zita Seabra para lhe transmitirem alguns dos problemas da freguesia, designadamente o atraso na instalação de uma Repartição de Finanças e a falta de instalações para o novo posto médico.

Importamos o que temos

O Governo Cavaco Silva «enveredou por uma política de importação de produtos agrícolas em que somos autosuficientes ou francamente excedentários».

Esta política, sublinha em comunicado a Direcção da Organização Regional do Minho do PCP, ameaça a subsistência e mesmo a existência dos agricultores minhotos, uma vez que, com as importações, vêem-se impossibilitados de escoar os seus produtos.

Neste âmbito, a importação de 10 mil pipas de vinho quando há problemas de escoamento, a au-

torização para se importar a batata a 18\$50 o quilo logo a seguir à Junta Nacional das Frutas ter intervido no seu escoamento e comprando-a aos nossos agricultores a 12 e a 15 escudos e a importação de várias toneladas de couve-flor, de tomate, laranjas, tangerinas, peras e pêssigos e de outra quantidade de toneladas de carne de porco, de ovos, de queijo, pintos e galinhas, torna-se extremamente gravosa para os interesses dos agricultores portugueses, o que leva a DORM a afirmar que «o Governo não se importa com o que importa».

A esta atitude governamental, ainda se junta «o retomar da velha teoria do emparcelamento, de que os agricultores do Minho guardam tão ma memória tempos do fascismo e que tem como objectivo o alargamento à força das propriedades dos grandes agricultores à custa dos mais pequenos» e a tentativa de ser retirado das mãos dos povos o direito à posse dos baldios.

«Estas situações — afirma a DORM — causam grandes prejuízos à produção e à economia nacional, pelo que encontrarão a oposição viva dos agricultores do Minho».

Camaradas Falecidos

Arnaldo Costa Rodrigues

Muito considerado e estimado na zona onde vivia, faleceu o camarada Arnaldo Costa Rodrigues, reformado, militante na organização da freguesia da vila da Trofa, em Santo Tirso.

Carlos Alberto R. Branca

Faleceu recentemente o camarada Carlos Alberto R. Bran-

ca, velho comunista, membro da organização de freguesia de Leça da Palmeira.

Dedicado à luta dos trabalhadores e do Partido, o camarada granjeava a simpatia e confiança dos trabalhadores de Leça.

Maria Francisca

Natural da freguesia de S.ª Margarida da Serra, no concelho de Grândola, faleceu recentemente a nossa camarada Maria

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do Avante! apresenta sentidas condolências.

Nacional

Marchas da Paz em Lisboa e Beja

Seguindo a orientação traçada pela Assembleia Portuguesa do Ano Internacional da Paz, que se realizou na capital no passado dia 12 de Abril, Lisboa e Beja vão ser palco, nos dias 21 e 15, respectivamente, de dois pontos altos da movimentação gerada no nosso país em torno do Ano Internacional da Paz.

Estando cientes de que, como afirmou o secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, na Assembleia Geral da ONU que se realizou em Novembro de 1984, «cada indivíduo tem um interesse pessoal no desarmamento» que «na era nuclear as decisões que afectam a guerra e a paz não podem ser deixadas aos estrategas militares nem sequer aos governos» e que «elas são da responsabilidade de todos os homens e mulheres do Mundo», dezenas de estruturas dos mais variados sectores decidiram promover Marchas da Paz nestas duas cidades como «forma de pressão para levar à negociação de uma plataforma de entendimento».

Em Beja, já no próximo dia 15, e porque o sentido da Paz é estarmos «unidos contra a opressão, contra a fome e contra a guerra e contra toda a espécie de desigualdade e discriminação», realiza-se um desfile concentrado nas ruas desta cidade alentejana que tem à sua porta uma base alemã e que se situa próximo do local para onde está prevista a instalação de uma Estação de Rastreio de Mísseis norte-americana. «Uma tal eventualidade — afirmam os organizadores — transformaria a bela planície alentejana numa base estratégica agressiva e ao mesmo tempo num alvo preferencial em caso de guerra ou conflito nuclear.»

Lisboa

Colectividades recreativas, culturais, desportivas, sociais, bem como organizações políticas — englobadas na Comissão Portuguesa do Ano Internacional da Paz — promovem dia 21, uma Marcha da Paz que ligará — à semelhança do que aconteceu

nas duas anteriores — o Saldanha ao Rossio.

Nesta iniciativa (que culmina um já longo trabalho em prol do desarmamento) «cabem todas as pessoas — como foi salientado em conferência de imprensa — que querem evitar a guerra, independentemente da interpretação de cada um sobre a realidade política do País e do estrangeiro, pois há uma vontade que nos une: a vontade de Paz».

Por isso mesmo, o apelo ficou feito e a obrigação de o divulgar é óbvia: que todos, individual e colectivamente, organizem formas criativas de participação nesta que será uma grande jornada. Que cada vez mais as adesões surjam, porque «nunca como hoje, depois do fim da 2.ª guerra mundial, se tornou tão imperioso, decisivo e urgente afirmar pela acção a vontade firme dos povos em defender a Paz e assegurar um futuro de cooperação pacífica entre todas as nações do mundo».

A concentração para a Marcha da Paz em Lisboa realiza-se a partir das 14 horas no Saldanha. Chegados ao Rossio, os

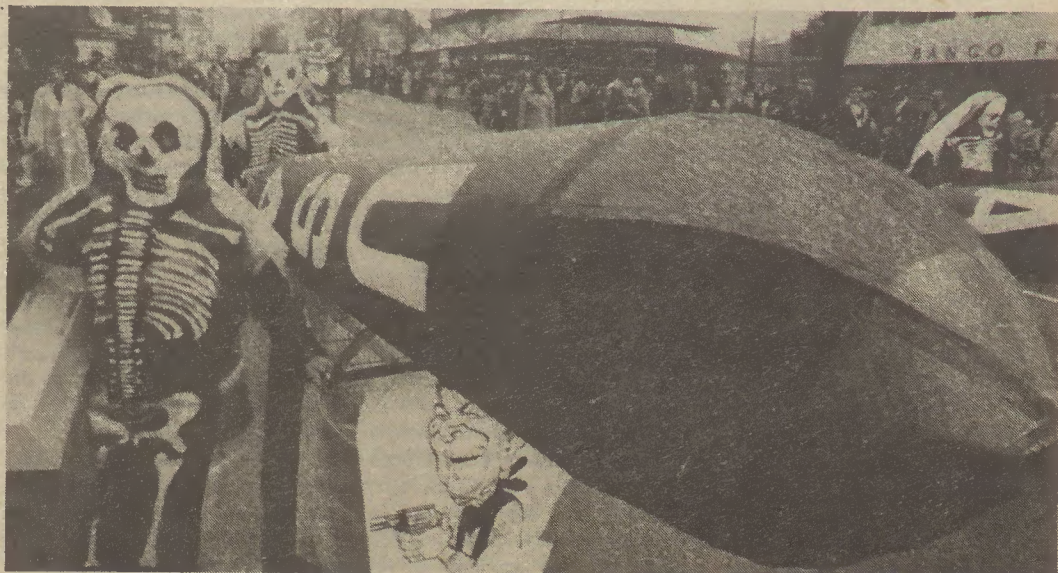
manifestantes — além das intervenções sobre o tema, terão música com Janita Salomé.

Até lá — e por iniciativa das mulheres e dos jovens (que juntamente com as crianças terão o seu espaço «bem definido e concreto na Marcha») realizarão diversas acções de animação e sensibilização na Baixa lisboeta.

Odemira

Entretanto o Concelho de Odemira juntou-se a semana passada aos quase dois terços de território nacional declarados zona desnuclearizada.

A decisão foi tomada pela Câmara e pela Assembleia Municipal.



Sábado na SFUAP

IV Conferência Nacional do MURPI

Depois de amanhã, sábado, a partir das nove horas, representantes de todas as organizações de reformados participam na IV Conferência Nacional do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos, o órgão supremo do MURPI.

Nesta reunião, que se realiza nas instalações da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP) da Cova da Piedade, em Almada, os delegados irão apreciar e votar os documentos que desde há dois meses têm sido analisados um pouco por todo o país pelas suas organizações, com especial destaque para o Caderno Reivindicativo, para o plano de Acção do MURPI e para os relatórios de

Actividade e de Contas.

A IV Conferência Nacional, que elegerá ainda a Coordenadora Nacional do Movimento, é — segundo esta estrutura — da maior oportunidade «pois ocorre pouco depois de os portugueses terem salvo a democracia do grave perigo de destruição que a ameaçava; no ano em que se comemora o centenário do 1.º de Maio e o Ano Internacional da Paz; quando os reformados, inválidos e viúvas continuam mais do que nunca a ser grandes vítimas da segregação económica, social, habitacional, cultural e sanitária da parte dos governantes portugueses; quando forças oportunistas, ao serviço do grande capital, porque temem as lu-



tas de massas, procuram dividir os reformados para melhor enfraquecerem a sua força na luta pela defesa do seu direito a um final de vida em dignidade e tranquilidade».

Significativamente, o lema desta IV Conferência Nacional é «reforçar o MURPI — lutar por uma vida digna». Mais do que uma mera declaração de princípios, uma linha de acção diária.

Lapso em 13 artigos

A opinião pública — e neste caso concreto por intermédio da Federação Nacional dos Professores e da União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes — evitou que mais um crime fosse consumado. João de Deus Pinheiro, o já mal afamado ministro da Educação, parecia ter-se inspirado nas tristes teorias da «raça pura», como aliás, sublinhámos em número anterior. O despacho, aliás, entrava em choque com a Constituição da República Portuguesa. Escondido sob a burocrática designação de 84/MEC/86, mostrava na realidade a intolerância, a discriminação comuns às ideologias totalitárias.

Trata-se, como se devem lembrar, de um despacho que estabelecia quais as condições físicas e psicológicas mínimas exigidas para o exercício da profissão docente.

Segundo João de Deus Pinheiro, apenas quem não tivesse deficiências visíveis poderia ser professor. Todos os outros veriam as portas fecharem-se na sua cara.

Só que, a pronta denúncia do despacho levou o ministro a recuar e, depois de interpelado na Assembleia da República pela deputada do grupo parlamentar do PCP, Zita Seabra, João de Deus Pinheiro esclareceu que tudo não tinha passado de um «lapso» e que, como tal, «já o mandara anular».

Tratou-se de um «lapso» igual a tantos outros cometidos por este Governo minoritário do PSD em sectores como a economia, a saúde e os direitos fundamentais. Tratou-se de um «lapso» que se prolongou por 13 artigos e 31 alíneas...

Um «lapso» que — só graças à pronta intervenção de diversas estruturas — foi prontamente anulado.

Quem assinou um «lapso» destes, é pessoa que já vários «lapsos» cometeu ao longo da sua já demasiada longa carreira ministerial e que não se ensaia nada em produzir — num futuro possivelmente não tão distante quanto isso — «lapsos» idênticos e tão gravosos para os direitos de quantos estão sob a sua tutela. Professores, alunos, pessoal auxiliar.

Juventude

Direcção Nacional da JCP acções comuns, Paz, desemprego

Reunida dia 1 em Lisboa, a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa analisou a actividade do movimento juvenil e da JCP. No comunicado distribuído à imprensa, os jovens comunistas são da opinião que «a resolução dos problemas da

juventude e a sua participação na vida da sociedade passa também pelo aprofundamento dos contactos e das acções comuns entre as várias correntes democráticas juvenis e, como tal, tudo farão para que o diálogo continue e se quebrem as barreiras

artificiais que impedem a convergência entre jovens portugueses de ideais democráticos e progressistas» e assim avaliam «positivamente o diálogo que se estabeleceu entre os vários sectores e organizações democráticas da juventude em torno de várias

questões de interesse comum».

Nesta sua reunião, a Direcção Nacional reafirma «a total incapacidade do Governo Cavaco Silva para resolver o problema que constitui o desemprego juvenil» e, em contrapartida, «saúda calorosamente o V Congresso da CGTP-IN e congratula-se pela prioridade dada nas suas conclusões às questões do desemprego», ao mesmo tempo que manifesta a sua disponibilidade para «mobilizar os jovens a participarem em todas as acções que reivindicam a criação de mais postos de trabalho em Portugal».

Os jovens comunistas congratularam-se ainda pelas iniciativas organizadas pelo movimento juvenil em defesa da Paz e «considera da máxima importância que os jovens e suas organizações continuem a multiplicar as acções em torno da Paz e apela à juventude dos distritos de Lisboa e de Setúbal para que participe activamente na Marcha da Paz que se realiza em Lisboa dia 21 deste mês».



Internacional

Trabalhadores belgas em luta

Há cerca de um mês que um processo ininterrupto de luta se desenvolve na Bélgica. Face ao novo plano de austeridade do governo social-cristão de Wilfried Martens, ferroviários, metalúrgicos, funcionários públicos, com particular realce para os professores, a que se juntaram também trabalhadores de alguns ramos do sector privado — estão em luta. Um processo que surgiu na base e se impôs às direcções sindicais — a FGTB, ligado ao Partido Socialista e à própria CSC, cristã. Um mês de greves e manifestações, incluindo três greves gerais, nacionais.

A batalha que opõe trabalhadores ao governo de Martens revela uma importante capacidade de luta e de resposta das massas trabalhadoras face à grave progressão do capital — na Bélgica como na generalidade dos países capitalistas desenvolvidos — contra os seus mais elementares direitos e conquistas. Mesmo quando se não conta com direcções sindicais à altura de assumir a iniciativa da luta.

Em 6 de Maio centenas de milhares aderiram à greve geral. A mesma forma superior de luta se iria repetir a 16 de Maio.

O tráfego ferroviário e de camionetas foi suspenso em todo o

país, assim como a circulação fluvial e marítima. A maioria das escolas do ensino primário e secundário, fechou. Os correios fecharam as portas e os programas de rádio e televisão foram reduzidos ao mínimo. Jovens estudantes participam nas manifestações, lado a lado com os trabalhadores.

As razões

Trata-se do quinto plano de austeridade promovido pelo governo. O que significa que já não há demagogia que lhe possa en-

cobrir os propósitos e a ineficácia.

No caso concreto o governo apresentou um plano de austeridade que se concretizaria num corte de 195 mil milhões de francos nas despesas públicas em 1987. Em síntese: privatização de sectores ou parcelas de sectores rentáveis, nomeadamente nas comunicações e rádio-televisão e brutais cortes nas despesas sociais, como consequente agravamento do flagelo do desemprego e das condições de vida.

O primeiro alvo seria o ensino, com um corte de 8% no orçamento, que na prática se deveria traduzir no despedimento de 14 a 28 mil professores.

Mas a lista das consequências negativas — e mesmo dramáticas — de tal política para as massas trabalhadoras e para a economia nacional, alonga-se. O corte de 52 mil milhões de francos belgas na segurança social significa, por exemplo, que a idade da reforma deverá saltar de 60 para os 65 anos, os hospitais

deverão reduzir o número de camas em 6000 em dois anos. Os cortes nos subsídios de desemprego empurrariam para fora das estatísticas 84 mil pessoas, na sua maioria mulheres.

Para a juventude o plano traduz-se em degradação da qualidade do ensino e em formas de veras originais de redução do desemprego (nas estatísticas...): alongamento do período de prestação do serviço militar de 10 para 12 meses e do período necessário para ter direito ao subsídio de desemprego de 3 para 6 meses.

A investigação será um dos sectores atingidos, o que não deixará de se repercutir ao nível do próprio desenvolvimento económico nacional.

Dividir e reprimir

Para impor a sua política e o seu plano, o governo belga recorre às armas clássicas da re-

pressão e da divisão nas fileiras dos trabalhadores.

A presença do controlo policial tornou-se uma realidade palpável. De par de uma outra presença: a do aparelho repressivo, nas ruas de Bruxelas e de outras cidades, com intenções claramente intimidatórias. Polícia especial, ostensivamente armada e a cavalo, surge nos locais de luta, chega a invadir estações.

No que se refere aos esforços de divisão dos trabalhadores, tudo vale. Ressurge a velha questão — francófonos, flamengos. O governo dirige apelos aos sindicatos cristãos para pedir apoio.

Mas a linha fundamental de ataque dirige-se contra a imigração (em grande medida árabe). Tenta-se canalizar o profundo descontentamento popular contra os imigrantes. A imprensa belga insere diariamente nas suas páginas os mais diversos artigos com um conteúdo anti árabe. As «acusações» de terrorismo promovidas por Reagan contra a Líbia, foram quotidianamente utili-

zadas. Fala-se da «ameaça» do integralismo muçulmano, assimilação ao terrorismo.

E a pretexto da cortina de fumo do terrorismo, aumenta a repressão, os controlos, as prisões, cobrindo assim uma escalada nos atentados às liberdades.

De salientar que esta escalada se acentuou de forma sensível após a cimeira de Tóquio.

E assim se interligam os factos e as políticas. A corrida armamentista, a aposta no agravamento das tensões internacionais, traduz-se, na realidade nacional dos países capitalistas desenvolvidos, em verdadeiros atentados aos direitos dos trabalhadores, aos próprios princípios democráticos, no agravamento da repressão.

A luta dos trabalhadores belgas, como outros processos de luta que se desenvolvem na Europa, testemunha da determinação dos trabalhadores de lutar contra o recuo histórico que o capital, o imperialismo, nos querem impor.

Pela liberdade contra o Berufsverboten

A prática das interdições profissionais na RFA, que já levou a dez mil processos, foi tema de uma conferência internacional realizada em Mainz, na RFA, a 24 e 25 de Maio. A Conferência teve como lema «Pela manutenção das liberdades políticas na RFA: defender os direitos fundamentais; acabar com as interdições profissionais». Foi promovida pelo Comité Nacional da RFA contra o Berufsverboten e teve o apoio do Partido Comunista Alemão (DKP), e do município de Mainz, onde o Partido Social-Democrata (SPD) é maioritário (um testemunho concreto da alteração de posição — face a este problema — por parte do SPD).

Participaram parlamentares e sindicalistas do país e representantes de 11 países europeus, de organizações internacionais e do Parlamento da CEE, incluindo Portugal.

Berufsverboten — o que é

Berufsverboten — é o termo alemão universalmente conhecido que traduz a prática, legalizada de facto na RFA, das inter-

dições profissionais.

Em 1972, na conferência dos primeiros-ministros dos Estados Federais da RFA — com o chanceler Willy Brandt —, foi institucionalizada, em nome da defesa da «Constituição, uma forma concreta de repressão política (com recurso à arma económica)». Exige-se aos funcionários públicos um «juramento de fidelidade» à Constituição. Uma das faces do processo repressivo que se concretiza na acusação de «actividades contrárias ao espírito da Constituição» — «razão» suficiente para recusar o acesso ou a promoção na função pública e mesmo o despedimento. Despedimento político, o que de par com o crescente desemprego pode levar — e leva — a situações verdadeiramente dramáticas de privação (legal...) do direito ao trabalho.

Catorze anos depois da aprovação desta lei, já houve dez mil processos para aplicação de interdições profissionais e 3,5 milhões de cidadãos da RFA foram controlados pelos serviços secretos — segundo uma declaração divulgada na Conferência.

As vítimas das interdições profissionais são, na prática, os comunistas, os sindicalistas, os mi-

litantes do movimento da paz, os «verdes», e em geral todas as pessoas que se salientem pela sua acção e por uma opção progressista, contra a óptica do capital e do imperialismo.

Trata-se de repressão ao nível ideológico, que aliás tem graves e significativos precedentes na Alemanha. É de lembrar a expulsão, em 1933, pelos nazis, de todos os funcionários democratas.

O objectivo é claro: enfraquecer o movimento sindical e neutralizar os direitos dos trabalhadores, atingir o importante movimento pacifista da RFA. Visa muito particularmente os comunistas, podendo atingir um militante do DKP, partido legal, pelo simples facto de se ter candidatado a eleições pelo seu Partido.

Batalha em curso

A conferência contra a prática das interdições profissionais, realizada em Mainz, insere-se

numa importante batalha que está a dar os seus frutos.

Recentemente a OIT (Organização Internacional do Trabalho) na sequência de uma queixa apresentada pela FSM (Federação Sindical Mundial) nomeou uma comissão de inquérito — facto que deu novo impulso à luta que se trava na RFA e que conta com significativa solidariedade internacional.

Registam-se, entretanto, vitórias a assinalar.

Em Junho de 1985 as interdições profissionais foram abolidas pelo Parlamento do Sarre.

Em Janeiro deste ano, no debate realizado pelo Parlamento federal, o SPD e os «Verdes» exigiram a suspensão imediata das interdições. Luta que conta com o apoio dos principais sindicatos oeste alemães e da central DGB.

Nas conclusões da Conferência exige-se a total abolição desta prática e que todos os atingidos pelo Berufsverboten sejam reintegrados.

PCP presente

Em representação do grupo comunista português no Parlamento Europeu (CEE), esteve presente em Mainz o deputado do PCP, camarada José Barros Moura, que transmitiu aos trabalhadores da RFA toda a solidariedade dos trabalhadores, dos democratas e dos comunistas portugueses na luta pela abolição imediata das interdições profissionais.

«Não pode haver leituras "unidimensionais" da democracia tendentes a excluir, como se fossem "impuros", os sindicalistas, os comunistas, os pacifistas e todos os que, no exercício das liberdades fundamentais, lutam pelo progresso social, contra a exploração capitalista, pela paz e a segurança colectiva», sublinhou José Barros Moura, para salientar ainda:

«Com o agravamento da crise do capitalismo e o crescimento do desemprego assistimos por todo o lado a um perigoso recrudescimento do autoritarismo, das limitações às liberdades democráticas, do ataque aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores. Pretende-se suprimir a resistência à intensificação da exploração capitalista e ao domínio das transnacionais».

É neste contexto que o movimento para pôr fim ao Berufsverboten assume importante dimensão, como «parte integrante do mesmo combate das forças progressistas pela salvaguarda e aprofundamento da democracia».

Chipre

Uma vitória dos comunistas

Dia 25 de Maio realizaram-se em Chipre eleições municipais. As primeiras desde a independência, em 1960.

As eleições saldaram-se numa significativa vitória do Partido Comunista de Chipre — AKEL — que venceu em 9 das 18 câmaras em causa, incluindo Larnaka, a 3.ª cidade do país.

Em Nicósia, a capital, o AKEL obteve 25% dos sufrágios contra uma coligação de todos os outros grandes partidos: o Partido Democrático do presidente Spiros Kiprianu, o Partido Socialista

(EDEK) e a «Aliança Democrática» da direita.

Já em 1984 foi assinalado pelo V Plenário do Comité Central e da Comissão Central de Controlo do Partido, que «por instigação e sob a direcção dos imperialistas são feitas tentativas febris e é tramada uma conspiração com o objectivo de constituir uma frente anticomunista, anti-AKEL».

Tal frente parece ter tido a sua concretização, no plano eleitoral, nestas eleições municipais. Mas a unidade anticomunista falhou, e os comunistas obtiveram

resultados muito significativos.

O que não pode deixar de constituir uma derrota para Kiprianu e para os socialistas — aliados com a direita. Uma derrota para a própria política do imperialismo, empenhado numa política de isolamento dos comunistas. Em Chipre como por toda a parte.

Chipre é um país dividido, com 37% do seu território, militarmente ocupado pela Turquia, um golpe instrumentalizado pela NATO e pelo imperialismo norte-americano, como repetidamente

tem vindo a ser denunciado pelos comunistas cipriotas. A divisão do país e ocupação de uma parcela do seu território está directamente relacionada com a concessão aos Estados Unidos — numa das muitas zonas que a Casa Branca considera «estratégicas» de uma base militar aérea, outra naval e uma terceira de mísseis nucleares.

A vitória dos comunistas cipriotas traduz o apoio popular à sua política de intransigente defesa dos interesses do povo cipriota, na difícil situação imposta ao país.

INTRODUÇÃO
À TEORIA
DO ESTADO

LUÍS SÁ

CAMINHOS



Internacional

CHILE

Reforça-se a luta pela democracia

O confronto aberto entre a ditadura do general Pinochet e a oposição chilena tem nas palavras de ordem de ambas as partes a melhor expressão da impossibilidade real de qualquer acordo entre elas: para o ditador, a questão é «democracia ou comunismo»; para as forças progressistas, o dilema é «democracia ou ditadura».

O dilema não admite meio termo. O conceito de «democracia» de Pinochet, que chegou ao poder através de um golpe de Estado reconhecidamente organizado pela CIA, tem na história do Chile ao longo dos últimos doze anos o exemplo acabado do seu valor — milhares e milhares de mortos, desaparecidos, presos políticos barbaramente torturados, desterrados, exilados sem direito a regressar à pátria, a ausência mais elementar de respeito pelos direitos humanos, a pauperização crescente da população.

Não há papão do «comunismo» que convença seja que povo for a aceitar uma tal «democracia».

O tempo é um factor que joga contra a ditadura, ainda que o preço pago pelas forças populares seja cada vez mais elevado. A radicalização de posições é pratica-

mente inevitável quanto maior for a repressão, e a convergência das diferentes forças políticas de oposição ao regime tornar-se-á uma realidade mais cedo ou mais

tarde, levando ao derrube da ditadura.

O mês de Maio tem sido particularmente significativo nesse sentido. Enquanto os militares e a polícia de Pinochet intensificam as acções repressivas, massacrando hipotéticos guerrilheiros e voltando a encher os estádios para interrogatórios de presos, e o próprio ditador sobe o tom das suas ameaças nos discursos oficiais, incluindo a de reposição do estado de sítio, as diferentes organizações políticas e sociais coordenam as suas actividades de protesto e endurecem posições.

É o caso da chamada «Asamblea de la cívica», (Assembleia cívica) que no princípio deste mês reuniu pela primeira vez cerca de quinhentos dirigentes de 272 organizações sociais, sob o patrocínio da igreja, para aprovar a «Exi-

gência do Chile», um documento que coloca como questão central o imediato retorno à democracia.

O documento, que foi entregue ao ministro do Interior, sublinha a profunda crise política, económica, social e moral em que o Chile está mergulhado, enquanto o governo fecha as portas ao acordo e ao diálogo respondendo com o agravamento da repressão. Apresentada como mais uma tentativa para conseguir uma saída pacífica para a democracia, a iniciativa da nova organização não deixa lugar a dúvidas ingenuas: se a resposta do regime for negativa, o que é mais do que previsível, a Assembleia aprovará um plano de mobilização popular a partir de 31 de Maio.

Como disse o respectivo presidente, após fazer notar que se trava no Chile uma luta contra um poder ditatorial que liquida todos

os direitos e que procura a todo o custo manter a oposição dividida e isolada, a organização **privilegia a paz e não a guerra, mas que ninguém se engane com isso porque a paz, como a pátria, conquistam-se lutando.**

Esta iniciativa conjuga-se com a do Comando Nacional dos Trabalhadores Chilenos, organismo que agrupa os maiores sindicatos do país, de marcar para 20 de Junho uma greve nacional.

Esta decisão, como afirmou um dirigente do Movimento Democrático Popular do Chile, **é em grande parte fruto da consolidação da unidade da oposição chilena.** A greve será precedida por jornadas de mobilização das massas populares para a luta contra a política repressiva e antipopular da ditadura e pela restauração da democracia.

Paralelamente ao crescente

isolamento interno o governo de Pinochet enfrenta cada vez mais a condenação internacional, como acaba de suceder no encontro de «parlamentares pela democracia no Chile», que durante três dias reuniu na capital chilena vinte delegações da América Latina e da Europa ocidental.

O encontro, que o regime de Pinochet não proibiu mas que tentou fazer fracassar (mandando inclusive cercar o hotel onde decorriam os trabalhos por soldados e carabineiros armados, numa atitude de manifesta intimidação), terminou com a condenação do regime e a afirmação da solidariedade para com a luta popular e com um alerta para a importância da unidade das forças antiditatoriais.

Poucos duvidam hoje no Chile que estas duas armas — solidariedade e unidade — serão decisivas para a vitória da democracia.

Derrube da ditadura na ordem do dia

Avante!
ENTREVISTA
EXCLUSIVA

Como representante da Central Única dos Trabalhadores, Carmen Colas, membro do comité exterior da Central sindical chilena, esteve presente na tribuna do V Congresso da CGTP-IN, tendo, num intervalo dos trabalhos, feito um curto depoimento para o «Avante!». A situação no Chile e o seu futuro foram, como não podia deixar de ser, os temas centrais. Mas também de solidariedade se falou. Solidariedade que ficou bem expressa logo na sessão de abertura da reunião magna dos sindicatos portugueses quando milhares de pessoas se ergueram para de uma só voz dizerem que «o Chile vencerá».

Trata-se de um sentimento que, generalizado em todo o mundo, deixa os chilenos com «uma grande dívida» que só será saldada **«derrotando a ditadura para contribuímos para o movimento internacional pela Paz».**

A palavra a Carmen Colas: «Desde 8 de Março, a luta evoluiu ao ponto de passar ao estado de subversão, com o grande objectivo do retorno da democracia, como requisito essencial para a resolução dos grandes problemas do povo. Desde então, o ascenso da luta de massas é significativo».

«No 1.º de Maio — e apesar da prisão a trinta de Abril de muitos dirigentes — os trabalhadores vieram para a rua nas grandes e pequenas cidades. Depois, a 20 de Maio, grandes manifestações realizam-se em todo o Chile e no dia 29, professores e estudantes cumprem uma greve nacional».

«O objectivo central de todo este movimento de massas é derrubar o homem que personifica o regime ditatorial fascista: Pinochet».

«Todo este movimento terá como ponto alto uma grande greve geral por tempo indeterminado a partir de 20 de Julho promovida por organizações sindicais, políticas e sociais e que

deve acabar com a ditadura ou deixá-la ferida de morte, por intermédio de uma rebelião popular com tudo o que o povo aprendeu nestes últimos anos: luta de massas, acções armadas, sabotagem económica, bloqueio de cidades».

«Nestas acções desempenha um papel fundamental a Frente Patriótica Manuel Rodríguez, o braço armado do povo para autodefesa».

«Mas não é só na frente da luta de massas que se apressa a queda de Pinochet. Em Abril realizaram-se as Assembleias da Central Nacional dos Trabalhadores e da Central Nacional Sindical. Também em Abril, no dia 30, realizou-se a Assembleia Cívica, onde participaram as centrais sindicais, os camponeses, as organizações locais, os artistas, os pequenos comerciantes e industriais».

«Tratou-se de uma realização que congregou todas as classes e camadas sociais e da qual saiu um documento intitulado Exigência do Chile que punha como condição fundamental para a resolução dos graves problemas económicos e sociais o derrube da ditadura de Pinochet».

«Chicago boys» e USA

A economia chilena está hoje de rastões. O desemprego grassa, as indústrias escasseiam.

Diz-nos Carmen Colas que «quiseram fazer do Chile o balão de ensaio da política económica dos «Chicago boys» de Milton Freedom. Houve um boom económico muito importante e agora um recuo total. Podemos dizer com toda a certeza que foi por causa da política dos «Chicago boys» que já praticamente não existe a indústria chilena».

«Aliás, o actual distanciamento dos Estados Unidos em relação à ditadura fascista de Pinochet é revelador, uma vez que se querem colar à opinião pública internacional — à semelhança do que aconteceu no Haiti — porque têm muito medo que aconteça no nosso país o mesmo que na Nicarágua»...



Angola acusa Pretória

O Ministério da Defesa da República Popular de Angola divulgou a semana passada um comunicado sobre a situação militar no país, em que acusa o regime racista da África do Sul de continuar a desrespeitar as decisões da ONU e de outras organizações internacionais tanto no que respeita à violação dos direitos do homem cometidos pelo sistema de *apartheid*, como no que se refere à colonização da Namíbia e às constantes agressões contra os Estados da África Austral.

O caso específico de Angola, considerada como alvo principal pelo governo racista de Pretória, é por demais elucidativo, quer quanto ao apoio multilateral dado aos fantoches da Unita quer quanto à actividade das tropas regulares sul-africanas no interior do território angolano.

O resumo das principais acções levadas a cabo contra

Angola durante o mês de Maio quase que dispensa comentários:

● Dia 1 de Maio — três aviões sul-africanos violam o espaço aéreo angolano;

● Dia 5 de Maio — é confirmada a permanência de tropas racistas no Chiade e Nehone;

● Dia 6 de Maio — tropas sul-

-africanas com viaturas tipo Kasper penetram nas áreas de Namacunde, dirigindo-se para a vanguarda das tropas angolanas; no mesmo dia, seis helicópteros do tipo Puma, violam o espaço aéreo, sobrevoando a região de Chicupa que posteriormente metralharam;

● Dia 10 de Maio — uma coluna de forças sul-africanas, com 67 viaturas, incluindo cisternas, violam a fronteira angolana pelo marco vinte e cinco e concentram-se nas áreas de Buabua, a 75 Km de Ngiva;

● Dia 11 de Maio — são localizados dois batalhões sul-africanos a 76 Km a nordeste de Ngiva;

● Dia 13 de Maio — tropas racistas, apoiadas por dois helicóp-

teros, atacam e ocupam a posição de Iona, provocando o desaparecimento de um soldado das FAPLA;

● Dia 14 de Maio — são localizadas forças sul-africanas na área de Evale;

● Dia 16 de Maio — tropas do exército sul-africano, hélio-transportadas, desembarcam ao sul do município de Virei;

● Dia 19 de Maio — tropas racistas desembarcam a seis quilómetros a nordeste de Donguena; no mesmo dia, uma força composta por cerca de seiscentos homens, com trinta viaturas tipo Kasper, apoiadas por dois helicópteros tipo Puma, é localizada nas áreas de Nainane-Calueque;

● Dia 22 de Maio — forças sul-africanas com veículos blindados



dos e artilharia de grande calibre atacam tropas ligeiras angolanas a sudeste do Xangongo, causando a morte de cinquenta e três combatentes das FAPLA e ferindo outros cinco.

Ninguém pode duvidar que não haverá paz na África Austral enquanto persistir o *apartheid*; e o *apartheid* só persiste ainda porque conta com o apoio do imperialismo norte-americano.

«A África do Sul é estrategicamente essencial para o mundo livre» — Ronald Reagan

Internacional

Saudação ao XIX Congresso do Partido Popular Revolucionário Mongol

Por ocasião da realização do XIX Congresso do Partido Popular Revolucionário Mongol, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou à reunião máxima do PPRM a saudação que a seguir transcrevemos:

Queridos Camaradas

Foi sempre com o maior interesse, e guiados por sentimentos de firme solidariedade internacionalista, que os comunistas portugueses acompanharam a actividade do PPRM na luta pela edificação na sua pátria de uma nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem.

Num período historicamente muito curto e vencendo obstáculos internos e internacionais de vária ordem, a sociedade mongol transformou-se profundamente saltando directamente do feudalismo para o socialismo sem passar pelo capitalismo, desenvolvendo extraordinariamente as forças produtivas e melhorando radicalmente as condições de vida do seu povo. Trata-se de realizações e êxitos de grande importância que encerram experiências de valor universal. A história e a realidade actual da RPM evidenciam ante numero-

sos povos a real possibilidade de se libertarem definitivamente do atraso secular e da dominação colonialista e imperialista através da criação do partido revolucionário de vanguarda marxista-leninista, da firme opção socialista, da amizade e cooperação solidá-

que se encontra seriamente ameaçada pela política militarista e agressiva do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano que, rejeitando sucessivas e importantes propostas da URSS e dos países socialistas, intensifica a cor-

A convite do CC do PPRM, esteve presente no Congresso do Partido Popular Revolucionário Mongol uma delegação do PCP representada pelo camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português.

ria com a URSS e o campo socialista. Ao transmitir ao XIX Congresso do PPR Mongol as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses fazemos votos de novos e grandes êxitos na edificação da sociedade socialista na RPM, o que é, não apenas do interesse do povo mongol, mas de todo o movimento comunista e revolucionário mundial.

O fortalecimento das posições do socialismo no mundo constitui factor decisivo da luta geral dos trabalhadores e dos povos pelo progresso social e em defesa da paz mundial. Paz

rida aos armamentos na Terra e programa a sua extensão ao espaço cósmico, ao mesmo tempo que se empenha numa política de autêntico terrorismo de Estado contra a Líbia, assim como as ameaças e preparativos militares contra a Nicarágua, Síria, Angola, Afeganistão e outras revoluções vitoriosas, constituem exemplos flagrantes da estratégia de agravamento da tensão internacional e dos propósitos de hegemonia mundial alimentados

pela Administração Reagan. Para lhe fazer frente com sucesso, para defender a paz e assegurar o prosseguimento do processo revolucionário, o PCP considera de fundamental importância o reforço da unidade do movimento comunista internacional, assim como o fortalecimento da amizade, cooperação e solidariedade recíproca de todas as forças revolucionárias.

Em Portugal, a acção do PCP continua a ter como eixo fundamental a defesa das conquistas da revolução de 25 de Abril de 1974 que, apesar de duramente atingidas pela política contra-revolucionária prosseguida desde há 10 anos por sucessivos governos, continuam bem vivas na realidade e na luta dos comunistas, da classe operária e do povo português. Com as importantes vitórias democráticas alcançadas em finais de 1985 nas eleições para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais e a derrota imposta, já em Fevereiro deste ano, nas eleições Presidenciais ao candidato da direita fascizante e revanchista, criaram-se condições mais favoráveis ao prosseguimento da luta contra a política antipovo e anti-nacional do actual governo reaccionário e por uma alternativa democrática que

salvague o regime consagrado na Constituição e dê solução aos mais graves e urgentes problemas nacionais. É nesta direcção que o PCP orienta os seus esforços principais, promovendo o desenvolvimento da luta da classe operária e das massas populares e procurando a convergência de todas as forças democráticas.

Queridos Camaradas

As tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade entre os dois partidos constituem a mais elevada expressão de amizade entre os nossos dois povos; continuaremos a agir no sentido do seu fortalecimento, no interesse da causa comum do socialismo e da paz.

Uma vez mais desejamos os melhores êxitos aos trabalhos do XIX Congresso do Partido Popular Revolucionário Mongol assim como na ulterior aplicação das suas decisões.

Viva o XIX Congresso do Partido Popular Revolucionário Mongol!
Viva a Amizade e a Solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Popular Revolucionário Mongol!
Viva o Internacionalismo Proletário!

«Por ocasião da posse de Carmona, as Juntas de Freguesia de Lisboa e Porto visitaram Salazar para lhe apresentar saudações.

«Nesta visita Salazar fez algumas afirmações aos visitantes que merecem ser desmascaradas, pois não passam de pura mistificação.

«Referindo-se à crise, diz «Daqui a seis meses ou um ano, porém, as nossas dificuldades serão, possivelmente, maiores (...) torna-se necessário uma grande solidariedade de todos os portugueses que devem possuir o espírito de sofrimento indispensável para vencer todas as agruras. Não é possível fazer o que se quer, mas só o que se pode».

«Quer isto dizer, segundo Salazar prevê, as condições do povo português principalmente as massas trabalhadoras, terão que puxar mais um furo ao cinto e aguentar com as agruras, porque, segundo Salazar afirma, «não se faz o que se quer, mas só o que se pode».

«Mas, perguntamos nós: Porque é que não se pode deixar de enviar para a Alemanha o que nos está a fazer falta? Por que é que não se pode aumentar os salários dos trabalhadores e acabar com a chaga do desemprego, quando os depósitos bancários, que eram em Junho de 1940 de 6 368 405\$00 passaram em Janeiro de 1942 para 11 158 238\$00, ou seja, no curto espaço de 18 meses o aumento de 4 789 833\$00?». (...)»

(«As últimas afirmações de Salazar») — «Avante!», VI Série N.º 11 — Junho/1942)

Avante!

«Depois das greves de Novembro têm sido assinados bastantes contratos colectivos de trabalho. O «Estado Novo» finge preocupar-se com a situação das classes trabalhadoras e alarmado com a Unidade Proletária revelada durante as greves, elaborou um chuveiro de portarias e contratos-colectivos. Mas a verdade é que esses contratos são uma burla, pois os salários continuam sendo salários de fome, estando longe de acompanhar a subida do custo de vida, e os patrões ficam sempre com portas falsas nos contratos que lhes dão o privilégio de poderem despedir livremente artistas que ganhavam o salário de oficiais para depois empregarem outros, já desempregados por outros patrões, mas ganhando como ajudantes, aspirantes, praticantes, etc, embora façam o trabalho de oficiais». (...)»

(«Contra a burla dos contratos colectivos de trabalho») — «Avante!», VI Série n.º 33, 1.ª quinzena de Junho de 1943)

Avante!

«A recusa do governo de Salazar de estabelecer relações comerciais com os países do campo democrático é uma das causas do alastramento do desemprego, da carestia e da crise económica no nosso país. Essa recusa deve-se à submissão do salazarismo aos imperialistas e ao desejo de manter o nosso povo afastado de todo o contacto com os povos dos países democráticos.

«Algumas transacções que se têm efectuado com a URSS e outros países democráticos são realizadas por empresas estrangeiras e por monopolistas nacionais, como a firma Barreiras, de cortiças, a soldo dos imperialistas. Essas empresas fixam o preço no mercado interno e arrecadam grandes lucros enquanto a classe trabalhadora se debate com o desemprego e os pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores estão arruinados ou à beira da ruína.» (...)»

(«Os interesses nacionais exigem liberdade de comércio com todos os países») — «Avante!», VI Série, n.º 188, Junho de 1954)

América Central

Uma Acta de Paz e uma ameaça de invasão

A Nicarágua não procederá ao seu desarmamento unilateral nem permitirá que outros países tenham superioridade militar na região centro-americana, particularmente no que respeita à força aérea, e embora esteja disposta a prosseguir as conversações para a regularização regional sob a égide do Grupo de Contadora, não assinará a «Acta de Paz» antes de ser alcançado um acordo sobre forças armadas e manobras militares estrangeiras na região.

Esta posição, anunciada em conferência de imprensa pelo presidente nicaraguense, Daniel Ortega, após um encontro com congressistas norte-americanos, traduz de certo modo o carácter inconclusivo da importante cimeira que reuniu em Esquipulas, na Guatemala, os cinco chefes de Estado dos países da América Central.

Só aparentemente é contraditório que se classifique de importante uma reunião que, no que toca ao essencial, foi inconclusiva. Na verdade, se a cimeira não permitiu chegar a acordo sobre a data da assinatura da Acta de Paz de Contadora, que o mesmo é dizer não ter conseguido ultrapassar as divergências em torno de questões tão fundamentais como o controlo de armamentos, a realização de manobras militares e a verificação do cumprimento dos acordos, não deixa de ser um facto digno de registo o ter-se conseguido fazer sentar à mesma mesa personalidades defensoras de ideologias tão distintas como, por exemplo, Daniel Ortega e Oscar Arias, presidente da Costa Rica, ou Napoleon Duarte, de El Salvador.

Como escrevia o jornal «El País», o grande mérito da cimeira de Esquipulas consistiu em ter-se realizado. E sobretudo em ter-se realizado com base numa

afirmação de independência em relação aos Estados Unidos e de recusa geral à sua política de ingerência nos assuntos internos da região.

O que seria de resto exemplarmente reconhecido pelo presidente guatemalteco, Vinicio Cerezo, ao fazer ironicamente o ponto da situação uma vez terminados os trabalhos: **Em questões de armamentos estamos três a dois; em política de democratização, quatro a um; e em relação aos Estados Unidos, cinco a zero.**

À espera do milagre

A realização da cimeira em Esquipulas, cidade onde se venera a imagem de um Cristo negro, levou muitos observadores a comentar que seria necessário um milagre para conseguir um acordo entre posições tão distin-

tas como as que perfilham os diversos países da região. A declaração final, que omite qualquer data para a assinatura da Acta de Paz, torna evidente que continuam a ser os homens a ter de procurar pelos seus próprios meios o caminho da paz.

Mas não deixa de ser importante que os presidentes da Nicarágua, Guatemala, Honduras, Costa Rica e El Salvador tenham reconhecido que a proposta de Contadora representa a **melhor tentativa política para conseguir a paz e a estabilidade na região**, sobretudo porque nela se prevê a retirada de bases militares estrangeiras da América Central, sendo que as únicas existentes pertencem aos Estados Unidos.

Como também é importante que os cinco presidentes tenham chegado a acordo quanto à criação de um Parlamento centro-americano, a formalização das reuniões dos chefes de Estados dos cinco países da região e o prosseguimento dos encontros para superar as divergências e chegar ao consenso necessário para a assinatura da Acta de Contadora.

Significativo é o facto dos Estados Unidos não terem apreciado de modo algum os resultados obtidos em Esquipulas. O que quer dizer, como os responsáveis nicaraguenses não se têm cansado de repetir, que nenhum acordo de paz entrará em vigor na América Central enquanto a administração Reagan não abandonar a sua política agressiva e de ingerência.

Preso por ter cão e preso por não ter

Um documento da Casa Branca divulgado recentemente pelo «The New York Times» dava a conhecer sem subterfúgios as intenções norte-americanas: a assinatura de um tratado de paz para a região obrigaria os EUA a intervir militarmente na América Central. A «lógica» da Casa Branca é que sendo o governo da Nicarágua «comunista», violaria os compromissos assumidos com o Grupo de Contadora (composto pelo México, Colômbia, Venezuela e Panamá), o que não deixaria outra «solução» a não ser a invasão!!

O que fica claro, como a propósito afirmou o ministro Miguel d'Escoto, é que aos EUA não interessa uma solução negociada. **Se assinamos a Acta de Contadora — disse — invadem-nos, e se não assinamos, invadem-nos também.**

Mais do que todas as divergências é este perigo real que os responsáveis centro-america-

nos têm de enfrentar, sem pretender escamotear o direito que assiste à Nicarágua, como a todo o país independente, de se defender. O que remete de novo para a posição assumida pelo presidente nicaraguense, Daniel Ortega, a que começamos por aludir.

Impedir que as conversações para a resolução dos graves problemas da região sejam desviadas para discussões inúteis sobre temas como «conceitos de democracia», como sucedeu em Esquipulas em particular através do presidente da Costa Rica, numa manobra de diversão com a marca evidente de Washington, será no mínimo uma manifestação de bom senso. Em vésperas da data preconizada pelo Grupo de Contadora para a assinatura do Tratado de Paz, que alguns, que não a Nicarágua, gostariam de ver protelada indefinidamente, a questão continua a ser a de saber se a vontade de independência em relação aos Estados Unidos referida na Guatemala tem ou não já pernas para andar.

Michel Grimaud

A dama de couro

CAMINHO DE BOLSO
TEXTO INTEGRAL

CAMINHO
ficção científica



Payan apercebeu pelo canto do olho as tabelleiras ruivas, brancas, negras, azuladas, mosqueadas, sentiu os olhares que convergiam para ele, surpreendeu movimentos rápidos, viu espargir-se um círculo de vapor de água opaco.



Vieram do Continente, das Regiões Autónomas, da emigração os 1221 delegados ao V Congresso da CGTP

V Congresso reforça acção em unidade

O inimigo não dorme É preciso batalhar

Ficar ainda mais perto das aspirações concretas da grande massa dos trabalhadores, lutando por alcançá-las, é marca insuspeita de qualquer organização sindical representativa.

Cinco dias depois de terminado o V Congresso da CGTP desnecessário seria sublinhar aqui essa proximidade, se o movimento sindical que progride em unidade não tivesse pela frente uma dura batalha a travar.

Dizemos batalha e empregamos esta palavra com o peso máximo que possa ter. Porque assistimos a todo o Congresso, acompanhámos os seus trabalhos na sala e cá fora, estamos em condições de afirmar que quem aceitou funções dirigen-

tes para os próximos três anos na Central unitária dos trabalhadores portugueses não vai ter facilidades alheias à sua própria capacidade de intervir numa situação exigente, caracterizada por factores sem paralelo nos anos anteriores.

É do futuro imediato que falamos. Foi dele que principalmente o Congresso se ocupou.

Ao intervir no encerramento dos trabalhos, no Pavilhão dos Desportos, sábado passado, em nome do Conselho Nacional, Manuel Carvalho da Silva sublinharia que pertencer à direcção da Inter «não é um prémio, é uma responsabilidade».

Facilmente se infere destas palavras o que vem a seguir, pois «em consciência devemos dizer que o Congresso começa agora — como frisou Carvalho da Silva no sábado

— com as actividades que todo o Movimento Sindical Unitário irá desenvolver para levar à prática as conclusões aqui aprovadas».

É normal, por assim dizer, que um acontecimento como o V Congresso se transforme num caso. Tudo depende da imagem aparente que desse acontecimento se procure extrair. E uma das linhas principais dessa imagem trocou a batalha pelo jogo. Num jogo há um resultado sem consequências de maior. A troca poderia ser tranquilizadora, mas a guerra social que o Governo conduz em forte escalada contra os sindicatos, contra a generalidade dos trabalhadores organizados ou não, dificilmente, deixará tranquilo um dirigente sindical.

Mais do que uma vez foi reafirmado, designadamente nos encon-

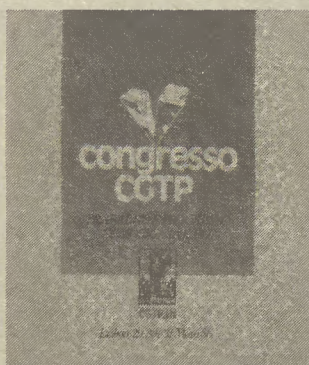
tros com a Imprensa pelos dirigentes da CGTP-IN, que as tarefas atribuídas pelo Congresso a um ou outro membro da sua direcção em vez de cargos são funções. Na realidade assim tem acontecido e os resultados obtidos pelo voto em que todas as correntes sindicais participaram com os meios ao seu dispor, leva a prever que não faltarão meios humanos para tornar mais coesa e eficaz a prática sindical do movimento unitário.

Meios e de toda a ordem não faltarão também na coordenação das lutas e na atenção que, segundo o Congresso, a Central terá que dedicar aos sectores e regiões. Sem secundarizar a empresa — pelo contrário, já que se trata da base do próprio Movimento Sindical — ficou bem claro, nos três dias de traba-

lhos, que a dinâmica deste Congresso foi diferente.

Em nosso entender a grande diferença reside na maior coordenação orgânica que o movimento sindical promete. Tendo que enfrentar atentados e ameaças muito precisas num terreno tão difícil como é hoje a defesa dos postos de trabalho, com as variadíssimas implicações dessa luta, a CGTP não pode deixar em mãos alheias nem os interesses específicos nem os interesses comuns que uma política antinacional põe em cheque e pretende arruinar.

As dificuldades nunca travaram o movimento sindical português. Como se verá novamente pelo simples folhear deste «Em Foco», a CGTP está forte e em condições de crescer. ■



Novo Conselho Nacional

Outras realidades outros métodos

Pela composição do novo Conselho Nacional da CGTP se pode avaliar o alcance da abertura que o V Congresso permitiu. Embora a maioria (51 por cento) continue a caber aos operários entre os 95 membros eleitos, os empregados têm 40 por cento e as mulheres atingem uma percentagem muito rara em qualquer organização de massas (21 por cento). Os quadros representam 9 por cento da direcção nacional da CGTP. Esta composição reflecte bem a própria dinâmica dos trabalhos do V Congresso da CGTP que, segundo o discurso de encerramento, «demonstrou também que as novas realidades no plano social têm que encontrar uma resposta adequada nos nossos métodos de trabalho e no funcionamento da estrutura sindical».

Ao acentuar essas «novas realidades», Manuel Carvalho da Silva, que falava em nome do Conselho Nacional acabado de eleger, acrescentou: «Temos de entender que não há respostas feitas para os novos problemas que defrontamos e que se acentuam no futuro. Temos de fazer a análise concreta da situação concreta, citou. Temos de nos convencer de que os hábitos rotineiros e burocratizados não podem fazer parte dos nossos métodos de trabalho e são contrários aos nossos próprios princípios».

Alterações impostas pela situação real e objectiva

Depois de referir que as intervenções lidas no Congresso «reflectem as enormes dificuldades que os trabalhadores defrontam, nomeadamente o desemprego, os contratos a prazo e as subempregadas, o trabalho domiciliário, o aluguer de mão-de-obra, sem quaisquer direitos nem protecção social», o mesmo dirigente do Conselho Nacional da *Inter* disse:

«temos que trabalhar e adoptar as alterações necessárias em todas as frentes de trabalho e em todas as formas de intervenção. Essas alterações são-nos impostas pela situação real e objectiva», frisou.

Segundo o Conselho Nacional da CGTP, pois foi em seu nome que foi lida a intervenção de encerramento do V Congresso, essas alterações «justificam-se também pela capacidade de que o nosso movimento sindical sempre deu provas nas diferentes situações em que tivemos de actuar, desde que a Intersindical foi criada há dezasseis anos».

Aquelas palavras resumem o sentido mais útil das intervenções sobre quadros e organização. Maria do Carmo Tavares, reeleita para o Conselho Nacional, ao referir-se às condições de vida e de trabalho, diria, por exemplo, que «não é admissível que, a nível sindical, na maioria das estruturas, ainda não estejamos apetrechados para dar todo o apoio aos trabalhadores que ficam desempregados e aos acidentados de trabalho e com doenças profissionais». Ao intervir sobre «coesão orgânica, direcção e política de quadros», Joaquim Dionísio, membro também do Conselho Nacional, afirmou que as dificuldades de organi-

21% do CN é composto por mulheres



O Conselho Nacional recebeu apoio inequívoco na votação

zação a enfrentar «só podem ser superadas com uma grande unidade dos trabalhadores, de todos os trabalhadores — sublinhou — dos que têm emprego fixo, dos desempregados ou com trabalho precário» e bem assim «com uma coesão muito forte nos planos político-sindical e orgânico do movimento sindical».

As principais direcções

O V Congresso da CGTP definiu como linhas principais de trabalho:

- 1.º — A luta contra o desemprego e as formas de trabalho precário;
- 2.º — A luta pela redução da semana de trabalho para o máximo de 40 horas semanais;
- 3.º — A luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pelo alargamento da protecção social das camadas mais desfavorecidas;
- 4.º — O esforço para renovar o conteúdo da negociação a todos os níveis de forma a encontrar soluções para os mais graves proble-

mas que atingem os trabalhadores;

- 5.º — A solidariedade internacional, que tem de ser uma direcção prioritária da nossa luta e, por isso, temos de a intensificar e dar-lhe, mais e mais, uma expressão de massas.

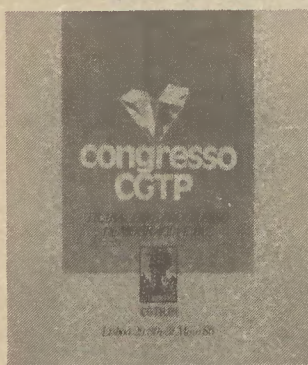
Formulados nestes termos, os cinco pontos em que incidirão as principais acções do movimento sindical unitário nos próximos anos baseiam-se em «factores que se conjugam para nos provocar — disse Carvalho da Silva no encerramento do Congresso — naturais apreensões face ao futuro que nos espera».

Esses factores resultam, segundo o Conselho Nacional da CGTP, da «nova situação política decorrente dos actos eleitorais e da entrada de Portugal na CEE; da nova situação económica, em que se verificam factores mais favoráveis na envolvente internacional; e na nova situação social em que se agravam extremamente os problemas do emprego».

Mas voltando por último aos quadros e à organização do movimento sindical, naturalmente com relevo para a Central unitária, o Conselho Nacional agora eleito e que amanhã deve escolher mais dois órgãos da sua direcção (Comissão Executiva e Secretariado), depois de se referir à força colectiva representada no Congresso e ao relevo que ao mesmo foi dado pela Comunicação Social, lembrou, com grande clareza — «hoje, quando se tem tentado personalizar a discussão do Congresso» — que «não há um só dirigente ou um só grupo de dirigentes que possa equiparar-se ao imenso valor do nosso colectivo. Todos individualmente valemos aquilo que somos — disse Manuel Carvalho da Silva. Mas só todos em conjunto é que fazemos esta CGTP temida e respeitada pelos adversários, amada pelos trabalhadores e indispensável à democracia».



Todas as correntes estão representadas na direcção



EMPREGO

Objectivo central prioritário da política económica global

A CGTP fundamenta as suas preocupações principais (e para as vencer lutará) no combate ao desemprego, na erradicação dos salários em atraso, na melhoria das condições de vida e de trabalho e na defesa do regime democrático. Estes são os quatro capítulos da **plataforma reivindicativa** aprovada no V Congresso da Central. Como tem acontecido desde 1977 e sobretudo em 1983, ano do IV Congresso, a Inter, reforçada na sua orgânica interna e disposta a ultrapassar as dificuldades que ainda subsistem na sua organização, defende, no campo económico, o fim da ofensiva contra a Reforma Agrária e o sector empresarial do Estado, o aproveitamento de todas as potencialidades e recursos nacionais, e a participação activa dos trabalhadores no desenvolvimento económico nacional.

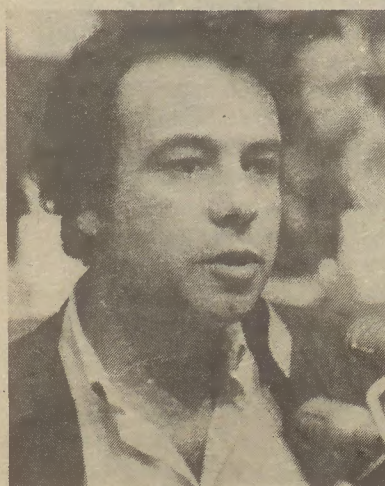
A plataforma, sem prejuízo de outras reivindicações mais pormenorizadas que constam do **programa de acção** aprovado também pelo V Congresso, privilegia o diálogo e a negociação, desde que («condição fundamental», adverte) «o Governo e restantes órgãos de soberania assegurem condições de efectividade e eficácia práticas à participação, sem quaisquer discriminações».

Medidas prioritárias

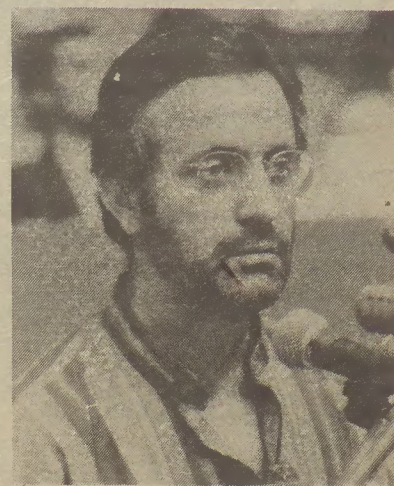
Com coerência e espírito de abertura, a CGTP continua a considerar o Governo como interlocutor. É a ele que se dirige, apresentando as reivindicações gerais. Com o apoio decisivo das massas trabalhadoras, nas quais fundamenta a sua actividade representativa, a CGTP sublinha que «a **solução dos problemas do emprego deve passar desde logo pela consideração do emprego como objectivo central e prioritário da política económica global**, e não como tem sucedido até aqui, como uma resultante residual de outras políticas económicas, quantas vezes ditadas por interesses conjunturais e limitados». O rigor e o **controlo sindical dos apoios financeiros, fiscais e outros** que sejam concedidos às empresas consideradas viáveis é uma exigência do movimento sindical.

Essas empresas devem ser apoiadas «no quadro de uma política orientada para o desenvolvimento». Os sindicatos devem participar — reclama a plataforma da CGTP — nas **iniciativas locais de emprego**. Não bastam, segundo a Inter, as «simples formas de assistência ou de ocupação de desempregados». É necessário que essas formas «contribuam para o aproveitamento dos recursos e potencialidades existentes aos níveis regional e local, tendo em vista a **criação de postos de trabalho**».

Ainda no campo do emprego a CGTP defende, com a participação do movimento sindical, a elaboração de um **Plano Nacional de Formação Profissional**.



Manuel Carvalho da Silva e José Luís Judas



O Plano deve ser articulado com o sistema de ensino, abrangendo os jovens que, «após a escolaridade obrigatória, pretendam ingressar rapidamente no mercado de trabalho».

A plataforma da Inter no que respeita ao emprego defende também a expansão, racionalização e pleno aproveitamento dos **centros estatais de formação profissional**. Aos desempregados deve ser proporcionada «uma **qualificação profissional que mais facilmente os habilite a encontrar novo emprego**».

A Inter que preconiza a redução da semana de trabalho para o máximo de 40 horas semanais, reivindica alterações substanciais na política salarial, na política de preços, Segurança Social e Impostos Profissional e Complementar.

Quanto a este último imposto, a Central acrescenta, «de acordo com dados fornecidos em 1986 à Assembleia da República», que «94 por cento do rendimento sujeito a IC são constituídos por rendimentos do trabalho». Deste modo, o Imposto Complementar «é actualmente um **segundo imposto profissional que contribui para agravar ainda mais a carga e a injustiça fiscal que atingem os trabalhadores**».

A Inter propõe as seguintes medidas imediatas para alterar a situação no que respeita ao Imposto Complementar:

- um controlo eficaz das outras fontes de rendimento, já que actualmente reverte para os trabalhadores menos de metade do Rendimento Nacional;

- aumento anual da dedução por rendimento de trabalho superior à subida verificada nos preços durante o ano anterior;

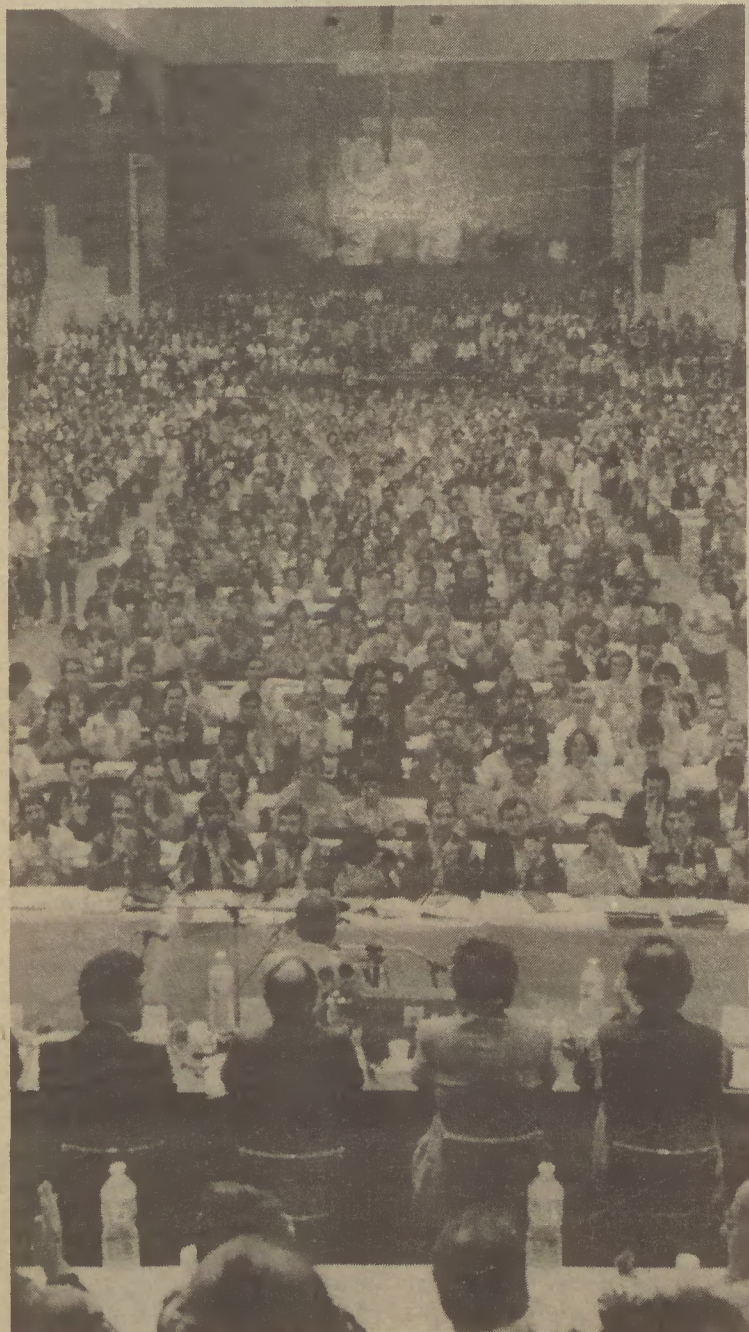
- actualização anual da dedução por filhos, de acordo com as seguintes percentagens: menos de 11 anos: 30 por cento do salário mínimo nacional anual; mais de 11 anos: 50 por cento do salário mínimo nacional anual;

- actualização anual dos escalões do IC, de acordo com o aumento médio verificado nos salários durante o ano anterior;

- aumento anual da dedução por contribuinte ou casal, de acordo com a subida de preços registada no ano anterior.

O **subsídio de desemprego** deve ser alargado a todos os trabalhadores que procuram novo emprego, aos que procuram emprego pela primeira vez, desde que estejam inscritos nos centros de emprego há mais de um ano, e aos que procuram emprego pela primeira vez, desde que tenham encargos familiares.

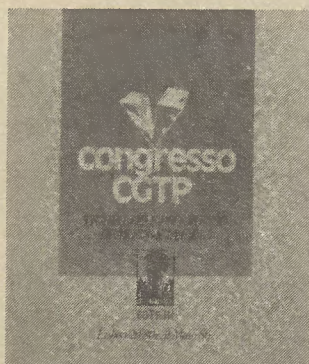
Quando tiver mais de 50 anos, o trabalhador no desemprego deve ter prioridade quanto ao aumento de duração do subsídio aos desempregados. ■



Afirma-se no Programa de Acção aprovado pelo V Congresso:

A situação actual caracterizada por um crescente desemprego, insegurança de emprego, trabalho precário, os contratos a prazo, trabalho clandestino, trabalho à tarefa, trabalho de menores, baixos salários, não pagamento de salários, as constantes tentativas de sucessivos governos para alterar a legislação laboral, com o objectivo de facilitar ainda mais os despedimentos, são realidades que põem seriamente em risco o nosso direito ao trabalho. Os trabalhadores portugueses e o movimento sindical têm de considerar como um dos grandes objectivos da sua luta: a luta pelo emprego, contra os despedimentos; a luta pelo direito aos salários; a luta contra o uso abusivo e generalizado dos contratos a prazo; a luta pela criação de novos postos de trabalho; a luta para minorar a situação dos trabalhadores desempregados; a luta para a formação e reciclagem profissional dos trabalhadores. ■





PROBLEMAS NOVOS

Um congresso diferente

Depois de acentuar o que não estava em discussão no V Congresso da CGTP-IN, designadamente os princípios que orientam a Central e a «plataforma estratégica que nos une a todos», José Luís Judas, reeleito no sábado para o Conselho Nacional e membro da Comissão Executiva cessante, afirmaria ao intervir sobre as teses apresentadas aos delegados que este Congresso não foi apenas uma assembleia «normal e formal» convocada para «cumprir os preceitos democráticos que orientam a nossa organização». É um «Congresso que se realiza numa nova e diferente fase da sociedade portuguesa, na qual a CGTP-IN terá de demonstrar a sua capacidade de resolver os problemas do presente e enfrentar os desafios do futuro», disse o dirigente nacional da CGTP.

Ao caracterizar a situação social e política em que vivemos, José Luís Judas referiu-se à «influência da adesão à CEE na vida nacional» e reafirmou que «a CGTP-IN tem, por força da sua grande e indiscutível representatividade, o direito de participar nos diversos organismos ligados às instituições da CEE em que esteja prevista a representação sindical dos Estados membros».

Problemas abordados pela primeira vez

Além das questões já velhas, «características do sistema capitalista, cuja resolução se vem arrastando», José Luís Judas chamou a atenção para «problemas que abordamos agora pela primeira vez, cujos efeitos e influências serão duradouros e irão prolongar-se para além do final do século».

No essencial, afirmou, «soubemos sempre actuar correctamente, como comprova a enorme confiança que os trabalhadores portugueses nos dedicam», mas, «neste momento de particular complexidade e dificuldades, temos de combater os preconceitos, as soluções pré-fabricadas, as actuações mecanicistas e rotineiras».

Sobre este assunto, aquele dirigente do Conselho Nacional da Inter salientou também que a realidade exige o «combate às tendências oportunistas que reclamam a inovação pela inovação aceitando valores que são estranhos aos trabalhadores, desprezando a cultura, as tradições e os ideais da transformação social que sempre animaram e animam o movimento operário e sindical».

Quanto à integração de Portugal na CEE, a que dedicou parte importante do seu discurso no Congresso, José Luís Judas acentuou que, «sem mudarmos a opinião que temos, acerca dos efeitos negativos desta opera-



Fidelidade aos princípios para enfrentar os desafios do futuro

ção política», tem que se ter em conta esta realidade para «melhor defender os interesses dos trabalhadores e minorar os efeitos negativos da lógica das transnacionais (multinacionais) que dominam a Comunidade Europeia».

Não se trata, referiu, de «nos encaixarmos na CEE e na sua lógica predominante, mas de melhor contribuir para que os trabalhadores, a partir do conhecimento real das suas políticas e medidas, mais se consciencializem sobre a necessidade de lutar pela defesa dos seus interesses e dos interesses nacionais».

É a comunidade de interesses de classe que determina a existência dos sindicatos

Na sua longa e bem estruturada intervenção, José Luís Judas fez considerações oportunas sobre o âmbito geral dos documentos principais que o Congresso veio a aprovar. Ao referir-se à «base objectiva» da «unidade político-sindical», afirmou:

«Na época actual e nos tempos mais próximos, essa base está e estará constantemente sujeita a pressões que a podem afectar. Em primeiro lugar, devido aos efeitos sociais da crise, particularmente relevantes no crescimento do desemprego e da precariedade do direito ao trabalho. Em segundo lugar, pelos efeitos progressivos da introdução de novas tecnologias, que provocam alterações no peso relativo entre as várias camadas de trabalhadores e modificações qualitativas na própria classe operária.

«Estamos perante factos novos que produzem de forma acelerada uma grande diversidade de situações socioeconómicas entre os assalariados e, por consequência, reflexos numa maior variedade de interesses e necessidades dos trabalhadores em cada empresa, em cada sector, em cada região, ao nível nacional.

«Todas estas modificações se reflectem na unidade dos trabalhadores, objectivamente considerada, pela diversidade de problemas e motivações que elas trazem às várias classes e grupos de assalariados.

«É nossa profunda convicção de que os factores de unidade entre todos os trabalhadores continuam a ser extraordinariamente mais poderosos e fortes do que aqueles que os separam.

«Mas temos de reconhecer que há distintas prioridades e motivações nas reivindicações dos trabalhadores, consoante eles têm ou não emprego fixo ou precário, se é quadro técnico, operário ou empregado.

«Neste quadro, certas concepções e práticas sindicais, que não tenham em conta a nossa realidade, por muito justas que tenham sido no passado, podem tornar-se um travão ao desenvolvimento e a uma actividade sindical de massas, na medida em que não facilitam a aproximação dos trabalhadores, a partir da diversidade das suas necessidades específicas e das suas mentalidades.

«O movimento sindical não pode alhear-se nem se alhear desta realidade, sob o risco de ir progressivamente reduzindo a sua base social de apoio, confinando-se à representação dos interesses de apenas parte dos trabalhadores, porventura os mais conscientes e (ou) com trabalho garantido.

«A análise e reflexão sobre as causas que influenciam e condicionam a unidade dos trabalhadores tem consequências sindicais ao nível da definição dos objectivos da organização da acção e luta», disse José Luís Judas ao concluir esta parte da sua intervenção no resto da qual se referiu a objectivos, propostas e disposições de luta que referimos noutras páginas desta edição. ■

Um breve balanço

por José Luís Judas

O V Congresso da CGTP-IN terminou no passado fim-de-semana. Embora propagandeado pela comunicação social em termos que salvo raras e honrosas excepções, deturparam o conteúdo essencial do que estava a ser discutido, o V Congresso constituiu um importante acontecimento sindical com repercussões políticas indiscutíveis.

Analisaram-se as novas condições em que decorrerá a luta pela defesa do regime democrático saído do 25 de Abril, no quadro das alterações verificadas nos órgãos do poder político com as eleições do final de 1985 e início de 1986, de crise económica e social onde o desemprego e trabalho precário têm tendência para se agravar e, ainda, de maior integração da economia nacional (que a desastrosa adesão de Portugal à CEE irá decerto acentuar), no quadro do sistema capitalista em profunda crise.

Como está de acordo com a esfera de acção específica do movimento sindical, a reflexão incidirá sobre as consequências no plano social e sindical e não sobre as implicações de carácter político e ideológico — reflexão das incidências da introdução progressiva mas inexorável de novas tecnologias na produção e das suas consequências nas condições de trabalho, nas alterações que provoca no peso relativo entre os vários estratos de assalariados, no aparecimento de novas profissões e no desaparecimento de outras, e, inclusive, nas alterações dentro da própria classe operária.

Todos estes fenómenos, e ainda com maior profundidade e premência os efeitos do desemprego e do trabalho precário, levantam contradições no plano da priorida-

de dos interesses e reivindicações dos trabalhadores, nas formas de organização, na política reivindicativa e até no estilo e métodos de trabalho.

O direito ao trabalho, a melhoria das condições de vida, a defesa do regime democrático e a paz, constituem os quadros objectivos definidos pelo Congresso como aqueles que mais são susceptíveis de unificar todos os trabalhadores.

Estes objectivos não são incompatíveis. Pelo contrário são indissociáveis, complementares e a estratégia que lhes está subjacente é coerente, lógica e a única que pode corrigir as profundas distorções criadas pela política de recuperação capitalista e ao mesmo tempo resolver eficazmente os problemas económicos e sociais que o País defronta. São objectivos só resolúveis no quadro de uma política democrática de desenvolvimento que urge seja definida e aplicada.

Particular atenção mereceu dos congressistas a luta pelo direito ao trabalho, as formas democráticas de organizar a luta dos trabalhadores desempregados e de elevar as formas concretas de solidariedade de classe entre os desempregados e os trabalhadores com trabalho.

Finalmente, à laia de resumo, o V Congresso da CGTP-IN mostrou a forte unidade e coesão do movimento sindical português, a sua capacidade de compreender os problemas, prever os perigos e definir as soluções necessárias, e, sobretudo, foi uma demonstração de confiança na luta dos trabalhadores como factor essencial para superar obstáculos e dificuldades que ponham em causa a consolidação do 25 de Abril. ■



Análise do papel da UGT

Transcrevemos na íntegra a posição do V Congresso sobre o papel da UGT. O texto é o da proposta-síntese global, aprovada por larga maioria. A análise, que faz parte daquela proposta, constitui parte integrante do Programa de Acção da CGTP.

Não é possível analisar a experiência duríssima de três anos de lutas (os que medeiam entre o IV e o V Congressos) sem reflectir sobre a acção nefasta do divisionismo que a UGT consubstancia.

Essa reflexão é feita sem sectarismos nem preconceitos, mas a partir da apreciação da sua acção concreta num período que ninguém nega ter sido o mais difícil e de efeitos mais graves nos interesses dos trabalhadores desde o 25 de Abril.

Durante este período, a UGT jamais levantou a sua voz para denunciar a ofensiva do governo do «bloco central» e do patronato. Pelo contrário foi um dos arautos e defensores dessa política.

Perante a evidência dos salários em atraso, a UGT não tomou uma só posição concreta no sentido de pôr fim a essa chaga social. Alguns dos seus dirigentes, deputados à Assembleia da República, não só defenderam a tese governamental e patronal de que não havia salários em atraso, mas falências em atraso, como ainda tomaram parte activa no ataque às propostas que se apresentaram, visando solucionar o problema, sem terem apresentado, pelo seu lado, propostas alternativas.

Em face da brutal austeridade imposta aos trabalhadores, a UGT apareceu justificando-a e continuou, ao nível da contratação colectiva, a firmar apressadamente «contratos» com tabelas salariais significativamente abaixo dos valores da inflação e com a cedência de direitos adquiridos.

A concretização do «lay off» deu-se após uma proposta concreta e pública feita pelo seu secretário-geral (da

UGT), num debate televisivo com o então ministro do Trabalho.

Os projectos de lei dos despedimentos, do trabalho temporário, da legalização do «lock-out» e das restrições à lei da greve tiveram o seu assentimento explícito nos respectivos pareceres a esse respeito emitidos pelo Conselho Permanente de Concertação Social (o CPCS de que a UGT faz parte).

Nas batalhas contra as leis da criação da nova Pide e, particularmente, durante a luta contra o hediondo projecto de lei da segurança interna, que mobilizou a convergência da quase totalidade dos sectores democráticos, a UGT não teve qualquer posição de condenação.

Na fase mais aguda da acção repressiva do patronato, do governo e da polícia contra os trabalhadores, a UGT foi uma organização entusiástica na criação do CPCS, cujo objectivo visava dar ao governo do «bloco central» uma falsa imagem dialogante e um instrumento de liquidação da luta reivindicativa.

Em inúmeras tomadas de posição públicas, a UGT foi um dos mais acérrimos defensores da discriminação da CGTP em órgãos e instâncias do Estado a que, pela Constituição e a lei, ela tem direito de participar.

Por tudo o que foi referido e pela sua íntima ligação à acção política do «bloco central», a UGT foi profundamente derrotada com a queda do seu governo.

Nas eleições presidenciais e perante a opção inadiável que se punha de mobilizar os trabalhadores para impedir a vitória eleitoral de Freitas do Amaral, a UGT, enquanto tal, não as-

sumiu qualquer posição. Parte dos seus dirigentes apoiaram mesmo aquele candidato.

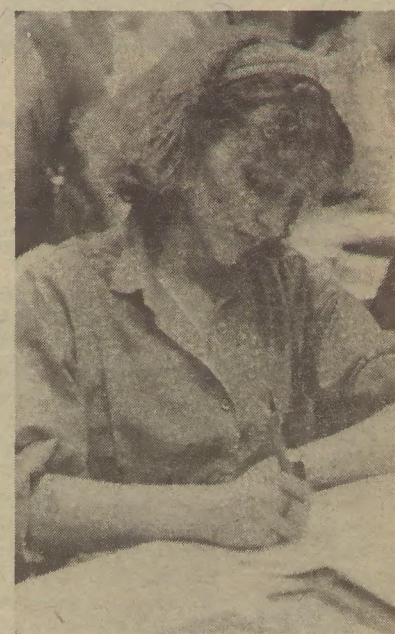
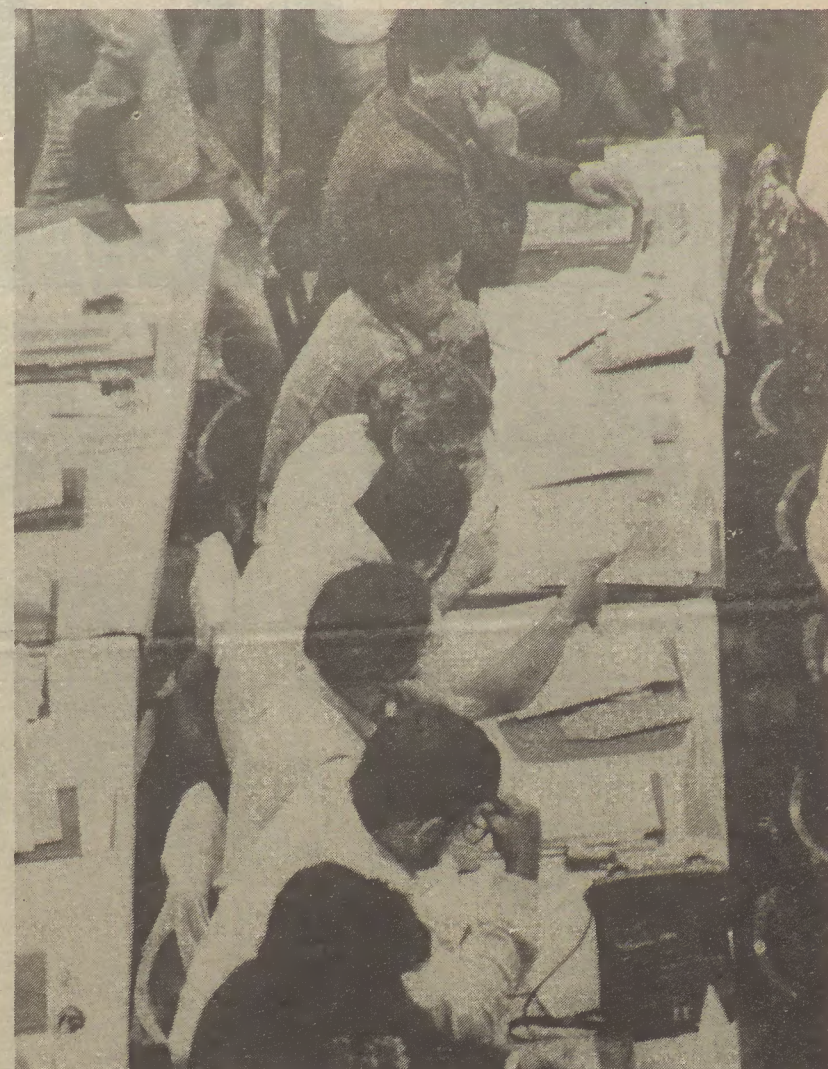
Não se conhece no movimento sindical europeu situação idêntica à da UGT que, dizendo-se organização de trabalhadores, não pôde tomar uma posição inequívoca perante uma opção de tal natureza. Durante os últimos três anos e no momento actual nada mudou na UGT que possa levar a considerar-se que houve alterações no seu carácter e objectivos.

A política de direita do «bloco central» é a principal causa da fome, miséria e sofrimento de centenas de milhares de trabalhadores. Mas, sem a existência e acção do divisionismo, a luta dos trabalhadores teria impedido que esses males sociais tivessem tido tão grande incidência na vida social do País.

A CGTP-IN não tem uma apreciação e atitudes estáticas perante a vida e, por isso, é necessário estarmos atentos ao evoluir da UGT e em particular de todas as organizações ligadas ao seu projecto, ao evoluir da sua estratégia e acção práticas e ao desenvolvimento das suas contradições.

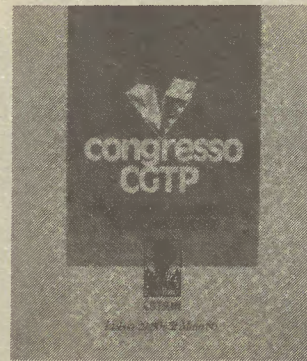
A acção prática da UGT, em todo o espaço da sua intervenção, leva-nos a concluir que só por mero oportunismo poderíamos branquear a sua acção nefasta e não concluir, a partir dela, que a unidade na acção de todos os trabalhadores continua indissociável da denúncia e do desmascaramento do divisionismo sindical.

O terreno privilegiado da luta contra o divisionismo é a acção sindical nos locais de trabalho, pela solução dos problemas dos trabalhadores. Mas há que procurar e diversificar respostas complementares nesta luta, quer ao nível da evolução da organização, quer das formas de acção sindical.

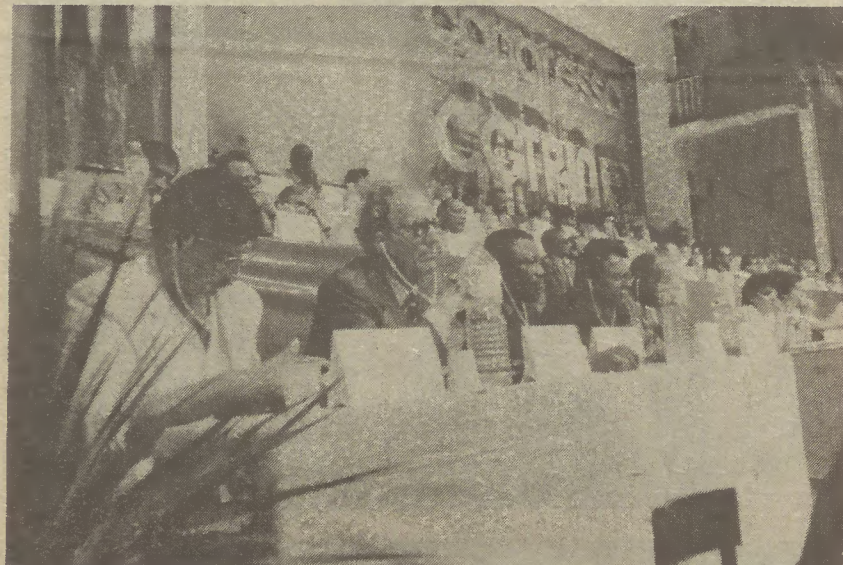


Durante os três dias em que decorreu o Congresso, 600 pessoas trabalharam nos bastidores, no apoio aos delegados, à mesa do Congresso, às delegações internacionais, à imprensa, nos transportes e na produção de documentos, como vemos na imagem um pormenor.





Direito ao trabalho melhores condições de vida e defesa do regime democrático



Delegações estrangeiras

«A internacionalização da economia vai interligando os interesses dos trabalhadores e dando cada vez mais um carácter internacional à solução dos seus problemas. Os progressos da ciência e da técnica tornam o mundo mais pequeno, todos os povos são vizinhos mais próximos e os seus problemas e lutas fazem parte do nosso quotidiano. Estes factores tornam mais urgente e necessária a cooperação, unidade e solidariedade do Movimento Sindical Internacional em torno de objectivos comuns» (Programa de Acção)

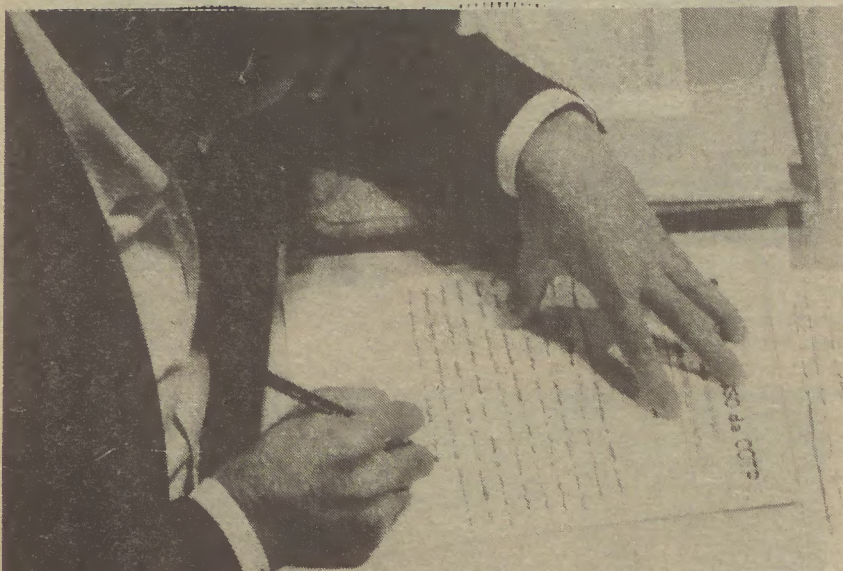


Mulheres particularmente activas



Firmeza nos princípios

«A CGTP-IN pela sua própria natureza unitária reconhece a existência no seu seio de diversas correntes de opinião político-ideológicas cuja organização é, no entanto, exterior ao movimento sindical e da exclusiva responsabilidade dessas mesmas correntes de opinião». As formas de expressão e de participação dessas correntes «subordinam-se, segundo os Estatutos, às normas regulamentares definidas e aprovadas pelos órgãos competentes».



Documentos

«Tendo em conta a existência de problemas comuns nacionais específicos de certas categorias de trabalhadores independentemente dos sectores de actividade onde exerçam a sua profissão, o Conselho Nacional poderá deliberar constituir comissões nacionais para os jovens, as mulheres e os quadros técnicos, representativos destas categorias de trabalhadores, que funcionará junto do Conselho Nacional com o objectivo de aprofundar a análise dos respectivos problemas e dinamizar a sua resolução». (Dos Estatutos da CGTP-IN)



Direito ao trabalho

Sobre a integração de Portugal nas Comunidades, o Programa de Acção para os próximos três anos refere a dada allura que «o facto de o nosso país ser membro da CEE desde 1 de Janeiro de 1986 não elimina a justiça da apreciação da CGTP-IN quanto aos objectivos, à natureza e formas da adesão e as consequências negativas para Portugal». E noutro

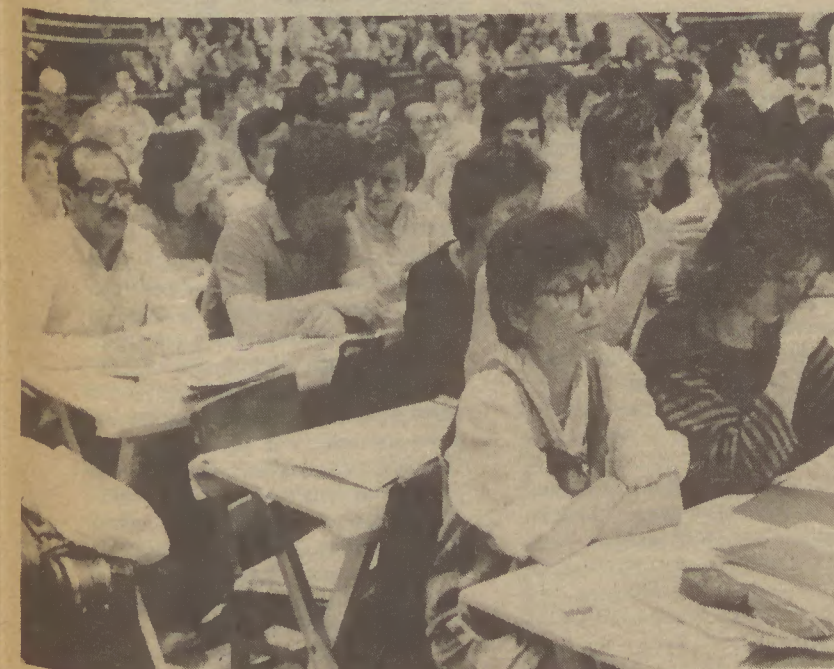
passo: «A CGTP-IN continua a considerar que a resolução dos problemas do Povo português depende e dependerá, fundamentalmente, da sua vontade e da sua luta e não de qualquer organização supranacional, seja de natureza económica ou outra».

«A situação actual das mulheres trabalhadoras reflecte a profunda crise económica que o nosso país vem atravessando e a acentuada degradação das condições de trabalho e de vida em que o desemprego assume o papel mais relevante. No entanto, apesar de todas as dificuldades do desemprego crescente, e do desencorajamento a que vêm sendo sujeitas, a taxa de actividade feminina continuou a aumentar, o que significa que as mulheres, ainda que desempregadas, mantêm uma atitude positiva perante o trabalho», refere-se na proposta-síntese global.



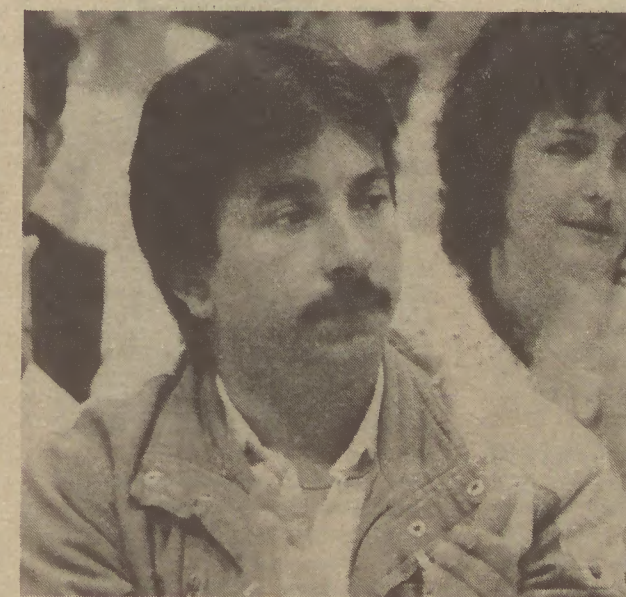
Defesa da Reforma Agrária

«As características específicas da economia portuguesa tais como o estratégico sector nacionalizado e a Reforma Agrária deveriam conduzir a que os efeitos da crise do sistema capitalista fossem em Portugal menos importantes. A prova-lo estão ainda os relatórios da OCDE que reconhecem que, no período de 1974/75, Portugal resistiu melhor que os países da Europa do Sul à crise internacional. É a inversão de situações que daí para cá se verificou (virada para a reestruturação da dominação capitalista seguida pelos diversos governos) que explica a situação actual» — lê-se no Programa de Acção.



Luta nas empresas

«A acção reivindicativa nas empresas é fundamental para melhorar as condições de vida e de trabalho da população trabalhadora. É na empresa que os problemas concretos se põem com maior acuidade: poder de compra dos salários, problemas de emprego, duração do trabalho, condições de trabalho, exercício dos direitos sindicais, etc. A acção nas empresas é decisiva para melhorar e complementar a acção reivindicativa nos restantes níveis. Por outro lado, a conquista de novos direitos ou regalias nas empresas deve impulsionar a sua generalização» — refere a Plataforma Reivindicativa aprovada no V Congresso da CGTP.



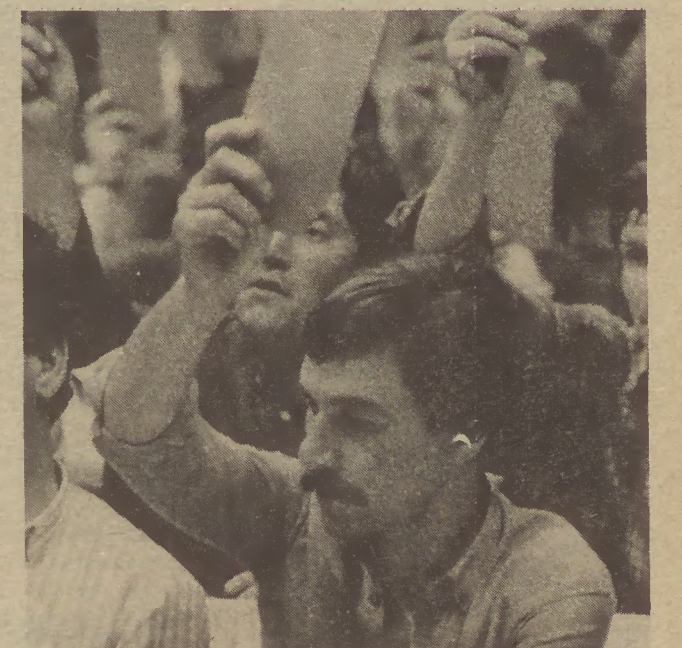
Jovens delegados

«No período decorrido entre o IV Congresso até hoje, a situação da juventude tem vindo a agravar-se progressivamente, caracterizando-se pelo aumento do desemprego (que em relação às raparigas assume uma maior gravidade), do trabalho precário e clandestino, do trabalho infantil, pelo agravamento das discriminações salariais e profissionais, pela degradação acelerada do ensino (nomeadamente no ensino para os trabalhadores-estudantes) e pela cada vez maior selectividade do acesso ao ensino superior, pela inexistência de saídas profissionais e de uma formação profissional adequada». (Sobre os jovens, na Proposta-síntese global.)



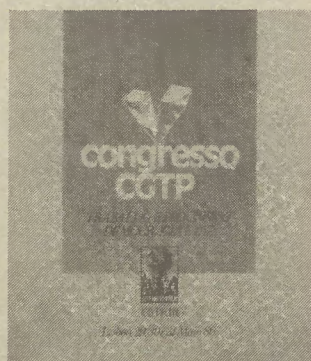
Apoio seguro

«A experiência indica-nos que, quando os trabalhadores vêem os seus direitos ameaçados e quando se adoptam procedimentos concretos, é possível encontrar a unidade. Foi assim no processo de luta contra o aumento do custo de vida e na elaboração do primeiro caderno reivindicativo do movimento sindical dos Açores, nas comemorações do 1.º de Maio ainda recentemente, contra a aprovação de legislação que discrimina o movimento sindical». (Proposta-síntese global)



Voto individual

«A CGTP-IN é a organização de massas mais importante e poderosa no plano social existente em Portugal. Sem uma CGTP-IN forte e unida não é possível aos trabalhadores encontrarem as soluções democráticas que são do seu interesse, e o País não pode progredir económica e socialmente. A actividade sindical não podia deixar de reflectir as consequências da ofensiva anti-social verificada no último triénio», afirma-se a abrir o ponto sobre a situação sindical na Proposta-Síntese Global aprovada no V Congresso da CGTP.



Uma viagem nas palavras de quem sabe

A meio do Congresso, em plenos trabalhos, a nossa reportagem falou com alguns dos delegados presentes no Pavilhão dos Desportos, sindicalistas provenientes de todo o País e representando distintos sectores de actividade.

Da breve apreciação ao decorrer desta reunião magna do movimento sindical unitário — nosso propósito inicial — rapidamente se passou para as dificuldades e problemas de toda a ordem que continuam a assolar duramente os trabalhadores e o País.

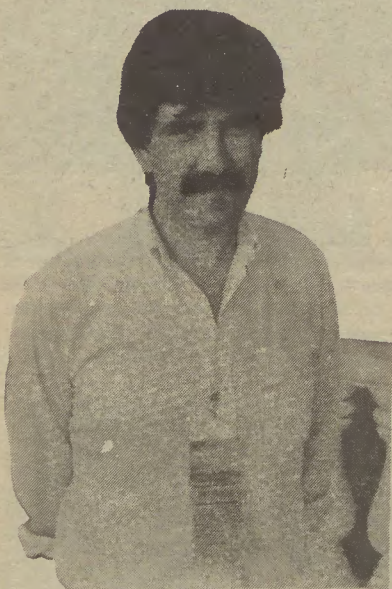
Um traço comum, desde logo, foi possível identificar: o papel e a responsabilidade dos governos de direita e designadamente do PSD/Cavaco, pelo actual estado de coisas.

São esses depoimentos, produzidos de forma viva e calorosa, evidenciando preocupações mas, também, e sobretudo, confiança que aqui reproduzimos.

Com as palavras destes prestigiados dirigentes sindicais, conhecedores profundos de todas as matérias em debate no Congresso e do seu próprio sector, damo-nos conta do que é hoje o sentir e a vida de sectores vitais da nossa economia e dos seus trabalhadores, sem os quais não é possível haver uma política de progresso e desenvolvimento.

QUÍMICA

Armando Farias
Federação das Indústrias Química e Farmacêutica



Penso que a discussão está a comprovar três traços fundamentais: o primeiro, é de que o lema do próprio Congresso corresponde inteiramente aos problemas que os trabalhadores sentem como mais prementes; o segundo, mostra que a discussão havida demonstra que houve intenso debate preparatório quer a nível das estruturas do movimento sindical quer na discussão com os trabalhadores; por último, evidencia-se o carácter internacionalista da nossa luta e da acção da CGTP comprovado quer pelo elevado número de delegações estrangeiras quer pelas intervenções desses mesmos delegados.

Acção sabotadora

No período que mediou entre o 4.º e o 5.º Congresso a situação quer económica quer social no sector agra-

vou-se profundamente. A nível do emprego, por exemplo, houve redução de 8,5 por cento o que representa uma diminuição de cerca de cinco mil trabalhadores; os contratos a prazo representam cerca de dez por cento do total; os salários em atraso atingem 9800 trabalhadores de 101 empresas, números estes a que deveremos juntar o encerramento de 35 empresas que deixaram no desemprego mais de três mil trabalhadores.

Quanto ao sector nacionalizado a ofensiva está a ser mais intensa desde que está em funções o Governo PSD/Cavaco. Dois exemplos: o caso CNP que desde o seu arranque em 1982 inicia agora pela primeira vez uma recuperação (comprovada pelo facto de nos primeiros três meses deste ano ter atingido mais de um milhão de contos de margem bruta de exploração), recuperação essa que é precisamente o momento escolhido pelo Governo para anunciar o encerramento da empresa. Este caso constitui, só por si, um autêntico escândalo nacional e indicia existirem sinais de acção sabotadora e de submissão corruptiva a interesses estrangeiros ligados aos grandes tubarões importadores.

Outro caso é o que se passa com a Quimigal, empresa que está com grande parte das unidades paradas, correndo muitas outras o risco de paragem imediata sem que o Governo tome as medidas necessárias e urgentes para a sua dinamização.

Para nós a luta de massas continua a ser o factor determinante para a resolução dos problemas e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Daí que os trabalhadores da Petroquímica e Gás de Portugal tenham entregue um pré-aviso de greve para a próxima semana em defesa de aumentos salariais justos e contra o tecto salarial do Governo PSD/Cavaco.

PESCA

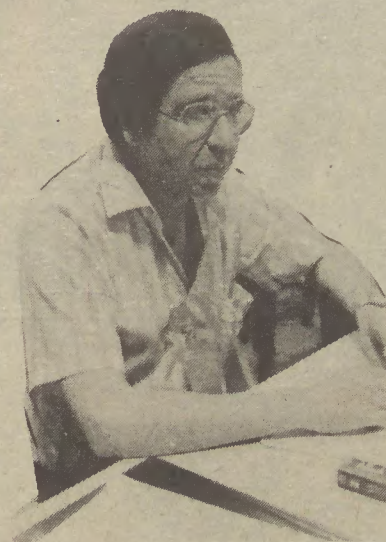
Frederico Pereira
Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca

O Congresso está a decorrer dentro da normalidade. Estamos em crer que pela análise que faz da situação laboral e do País e das soluções que aponta o Congresso assume uma grande e indiscutível importância para os trabalhadores portugueses.

Escandalosa cedência

No nosso sector a situação tem vindo a agravar-se como o atestam as várias intervenções proferidas no decorrer dos trabalhos do Congresso. No momento actual o principal problema situa-se ao nível do emprego em relação ao qual se prevêem dificuldades grandes no futuro imediato.

As consequências negativas da adesão à CEE — adesão que sempre considerámos gravosa para o País e em particular para o sector — já se começaram, aliás, a sentir como o demonstra o propósito governamental de



liquidar a pesca artesanal, decisão que a ir por diante representaria o despedimento de 20 mil trabalhadores.

Refira-se, por outro lado, que em termos de adesão à CEE não só fomos obrigados ainda durante as negociações a abrir os nossos mares à frota espanhola como já depois da adesão, foram passadas licenças para a pesca de atum aos japoneses, preparando-se acordos semelhantes com a França.

Esta semana mesmo fomos também surpreendidos com mais uma escandalosa cedência de 70 licenças para a pesca de atum aos espanhóis, cedência esta que até em Bruxelas provocou admiração dada a facilidade com que o Governo português deixou passar a questão.

Com todo este processo, para além de variadíssimos outros aspectos, torna-se evidente a incompetência do Governo e o seu desprezo pela salvaguarda dos interesses nacionais.

Mas, para nós, o que está em questão não é tanto a maneira como se negociou a adesão ou como na actualidade o Governo defende os interesses portugueses. O mal está em si mesmo na adesão.

CERÂMICA

Manuel Valente
Sindicato das Indústrias de Cerâmica, do Cimento e Vidros de Portugal

Os trabalhos do Congresso estão a decorrer de forma normal, dentro daquilo que era esperado de uma iniciativa deste género. Há questões que poderiam ser aprofundadas mas é difícil com o tempo limitado que temos. Estou a pensar concretamente nas novas tecnologias e na influência que elas terão no emprego em Portugal.

Estão aqui a ser traçadas, todavia, as linhas gerais, linhas essas que iremos depois ter oportunidade de aprofundar no sentido de encontrar as soluções adequadas.

Outro dos aspectos que tem estado em foco é a defesa do regime democrático, abordagem esta que permite que saíamos daqui mais reforçados e encorajados para a luta em sua defesa, contra a ofensiva em curso levada a cabo pelo Governo de Cavaco, nomeadamente contra as medidas que já anunciou e que põem em causa o emprego (pacote laboral) bem como a intenção já anunciada de rever a Constituição durante o próximo ano.

De assinalar ainda a questão do pagamento dos salários em atraso e toda a luta que se tem desenvolvido desde 1983 por este direito que não devia ser posto em causa.

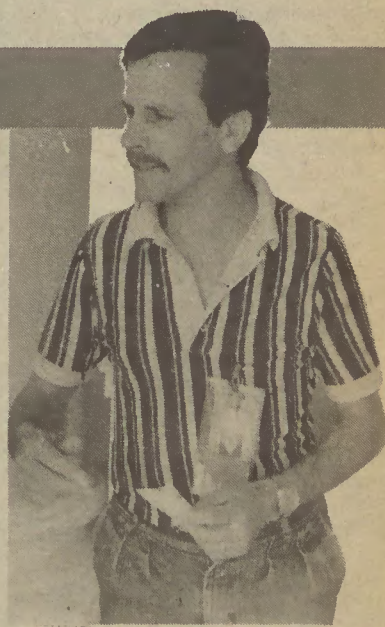
Só no sector que represento temos 9450 trabalhadores nestas condições, ou seja, um quarto dos trabalhadores da Federação, ultrapassando o montante da dívida dos trabalhadores um milhão e quatrocentos mil contos com especial incidência no sector vidreiro.

Salários em atraso

Neste momento o problema mais grave que se coloca ao sector é o dos salários em atraso e a manutenção do emprego. Dos sectores mais afectados um destaque para o subsector da Cristalaria existente na Marinha Grande, o qual por incumprimento do acordo de viabilização para o sector por parte do Governo e das entidades patronais vê em causa a viabilidade das cinco empresas abrangidas e em risco os 2500 postos de trabalho. Recorde-se ainda a este propósito a luta em curso que está a fazer deslocar uma caravana de vidreiros à sede da OIT em Genebra com vista a denunciar a situação dos salários em atraso e a precaridade de emprego.

De salientar ainda que sectores como o «barro branco», o «barro vermelho» e produtores de cimento — tudo sectores dependentes da construção civil — atravessam também uma crise de graves dimensões, situação que tenderá a agravar-se caso não sejam encontradas soluções para a revitalização e o relançamento da construção civil.

Vejam-se os casos da Cerâmica de Valadares, empresa que em 1983 tinha 1543 trabalhadores e que hoje tem pouco mais de 700; ou da Fábrica de Louças de Sacavém que em 1982 tinha 1100 trabalhadores e hoje não passa dos 600, metade dos quais são contratados a prazo; ou ainda a Sado Internacional empresa privada de Setúbal que por uma inqualificável



gestão se endividou de tal forma que acabou por provocar o seu encerramento em Setembro de 1985, situação que será alterada já que por força da luta dos trabalhadores a empresa irá retomar em breve a sua produção, tendo a banca nacionalizada assumido a sua gestão transformando para o efeito a parte da dívida em capital social e assumindo 95 por cento deste. Ou seja, estamos em presença, na prática, de uma nacionalização indirecta o que não deixa de ser curioso já que se trata de uma medida que é contrária às orientações do Governo, um Governo que continua a falar em mais iniciativa privada e menos Estado quando afinal de contas as soluções para muitos problemas vão exactamente no sentido contrário.

Gostaria ainda de sublinhar a situação vivida na Covina na qual após uma dura luta dos trabalhadores por investimentos na modernização da empresa vieram os trabalhadores a conquistar uma primeira grande vitória com a decisão de instalar um sistema de produção de vidro «float».

AGRÍCOLAS

Mário Silva
Federação dos Sindicatos
Agricultores do Sul

O Congresso está a corresponder aos grandes problemas dos trabalhadores e do País. Pensamos também que as questões relacionadas com o desemprego, com a ajuda material aos desempregados e com as medidas que se impõem na criação de postos de trabalho ligados à agricultura constituem um assunto que o Congresso está a tratar e isso corresponde a uma das nossas grandes preocupações.

Pensamos ainda que os problemas relacionados com a ofensiva contra a Reforma Agrária, incluindo o próprio ministro da Agricultura, são também um assunto que está a ser devidamente tratado, tendo nós conhecimento de que vai ser apresentada uma moção que tem em conta as nossas reivindicações, concretamente a paragem da ofensiva contra a Reforma Agrária, a aplicação dos acordos do STA e uma política agrícola democrática para o sector.

Estamos também satisfeitos pela forma como o Congresso está a tratar os problemas relacionados com a adesão do nosso País à CEE e dos perigos que daí advêm, particularmente para a agricultura.

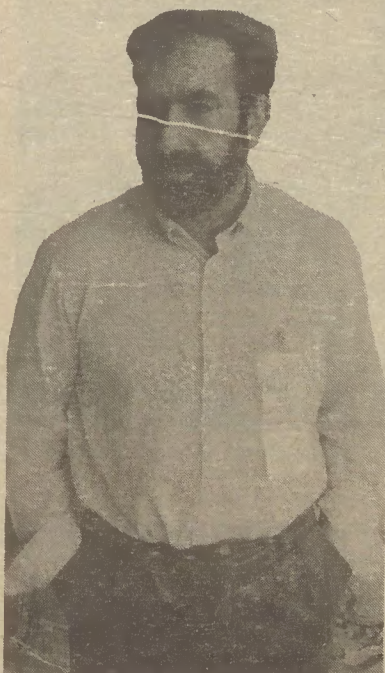
O Congresso está também a tratar de forma muito clara os problemas relacionados com a Segurança Social, questão para nós muito importante dado que é um dos graves problemas do sector agrícola tendo em conta que com a Lei 81/85 milhares de trabalhadores estão a ser afectados nos seus direitos à Segurança Social.

As questões relacionadas com a repressão e com a opressão patronal estão também a ser devidamente tratadas, avançando as teses a redução para 40 horas da jornada de trabalho, proposta esta que nos satisfaz na medida em que o nosso sector exige grandes esforços físicos.

De uma forma clara o Congresso está também a tirar a sobrecarga que vinha sendo destacada nalguns órgãos de informação sobre a divisão do movimento sindical, pondo a claro que isso só existe na cabeça dos inimigos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, como se tem podido observar, existe um grande esforço para podermos contribuir através da luta de massas em torno de questões concretas para uma alternativa democrática de forma a inverter o mais rápido possível a política anti-social do Governo Cavaco Silva por uma política democrática de liberdade, progresso e paz que prossiga o 25 de Abril.

Com a política que está a ser seguida a situação na agricultura está a degradar-se cada dia que passa. O desemprego aumenta (o seu número aproxima-se dos 40 mil trabalhadores), degradam-se as condições laborais e sociais, ao mesmo tempo que prossegue a política de destruição da Reforma Agrária.

É isto que é necessário inverter.



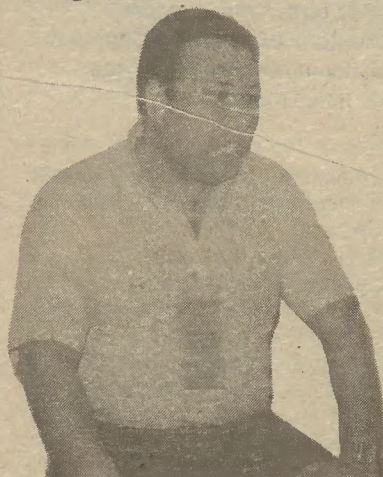
METALURGIA

João Paulo
Federação dos Sindicatos da Metalurgia,
Metalomecânica e Minas

As grandes questões com que hoje se defrontam os trabalhadores, quer do sector quer a nível mais geral, têm constituído o núcleo central do debate aqui realizado, tal como já o tinham sido no vasto conjunto de acções e iniciativas preparatórias deste 5.º Congresso.

Estes problemas são, fundamentalmente, o direito ao trabalho e a precaridade do emprego com todas as consequências sociais daí decorrentes e que são o resultado da grande ofensiva de recuperação capitalista dos últimos anos.

Estas questões estão, a nosso ver, bem caracterizadas nos documentos em apreciação e as intervenções até ao momento efectuadas mostram uma grande disposição de luta para continuar a enfrentar esta ofensiva que



agora é prosseguida pelo Governo Cavaco Silva.

Os trabalhos têm evidenciado, por outro lado, uma grande confiança na organização superior do movimento sindical — a CGTP-IN — e o reconhecimento de uma direcção de luta que importa intensificar.

Por último gostaria de sublinhar que o Congresso tem mostrado que a unidade se constrói na análise e discussão democrática dos problemas concretos dos trabalhadores e na definição das acções para as superar.

Confiança no futuro

O sector da metalurgia, metalomecânica e minas é um dos mais atingidos pela ofensiva contra os trabalhadores e o regime democrático de Abril. Centenas de empresas têm encerrado, milhares de trabalhadores em centenas de empresas têm os salários em atraso, sendo ainda um dos sectores mais atingidos pela precaridade de emprego nomeadamente nos sectores da indústria naval e da metalomecânica pesada.

De salientar as tentativas de despedimento que têm sido ensaiadas pelo patronato e pelos organismos a quem competiria a gestão das empresas públicas bem como o encerramento ou desmantelamento de algumas ou parte significativa dessas empresas, situação que só tem sido sustida pela luta determinada e combativa dos trabalhadores.

Apesar dessa intensa luta o patronato já conseguiu uma parcela dos seus objectivos (casos da Lisnave e da MDF) mas os seus objectivos principais e fundamentais estão longe de ser atingidos e será a capacidade de organização e de luta dos trabalhadores que determinará se tais objectivos serão ou não concretizados.

Pela nossa parte encaramos o futuro com preocupação mas também com confiança.

FUNÇÃO PÚBLICA

Zita Braga
Federação Nacional dos Sindicatos da Função
Pública

O Congresso está a corresponder às expectativas que tínhamos em termos de levantamento das questões e da disponibilidade de luta dos trabalhadores face à política seguida pelo Governo que temos.

A formulação dada à introdução do direito de tendência nos estatutos, a nossa ver, é importante e sobretudo correcta.

No nosso sector é a primeira vez que estão presentes tantos sindicatos, ou seja, os cinco sindicatos que integram a Federação, aspecto este que consideramos muito positivo e importante.

Desarticulação de serviços

Os problemas actualmente existentes no sector derivam fundamentalmente da tremenda ofensiva do Governo a qual visa reduzir as funções económicas e sociais atribuídas ao Estado pela Constituição da República.

Repare-se, por exemplo, na extinção e desarticulação de serviços essenciais para a actividade económica (os chamados organismos de coordenação económica) com a entrega ao capital privado de sectores-chave da economia como os do comércio de cereais, carnes, frutas, vinhos e oleaginosas.

A redução orçamental e a privatização dos serviços de saúde da Segurança Social e da Educação diminuem a intervenção do Estado nas áreas sócio-educativas com os conse-



quentes prejuízos para as populações.

Assiste-se também ao aumento do emprego precário com o incremento dos contratos a prazo e sobretudo à admissão de tafeiteiros que são trabalhadores que já não têm qualquer vínculo à Função Pública.

Não podemos deixar de denunciar ainda a violação dos direitos sindicais e da negociação colectiva como aconteceu nas últimas «negociações» da tabela salarial de 86 a par ainda de uma generalizada degradação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do sector.

PROFESSORES

António Teodoro
Federação Nacional dos Professores

Fiquei bastante agradado com o decorrer dos trabalhos. Muito embora não tenha vivido por dentro esta realização — a própria FENPROF não integra a CGTP-IN — e tenha apenas participado nestes trabalhos não posso deixar de exprimir o meu profundo agrado pelo ritmo e pela qualidade dos debates aqui realizados, com o ambiente saudável, na unidade, na diversidade, dos sectores, das orientações sindicais.

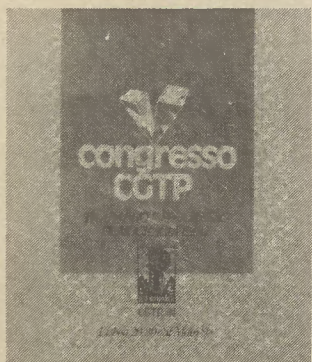
Para nós, professores, apesar de nenhum sindicato dos professores integrar a CGTP, foram importantes os convites que dirigiram a título pessoal a dois dos nossos dirigentes (J. Salvador Sampaio e Margarida Elisa Moreira) para o Conselho Nacional da CGTP, os quais a nosso ver representarão bem o sentir e as opiniões dos professores.

Política educativa

A FENPROF acaba de realizar o seu segundo Congresso. Ele definiu importantes orientações para os próximos três anos, as quais se centram em duas grandes direcções: primeiro, o contribuir decisivamente para uma profunda mudança da política educati-



va implementando a lei de bases que esperamos venha a ser aprovada nesta legislatura; uma segunda direcção é a luta pela valorização social da profissão docente e que inclui a elaboração e negociação dos estatutos da carreira docente, a elevação do poder de compra, a melhoria das condições de trabalho e o alargamento das condições de participação e de intervenção dos professores na definição da política educativa e na gestão das escolas. ■



ÁFRICA DO SUL

O ano da decisão

«1986 não é apenas o Ano Internacional da Paz. Não é só o centenário do 1.º de Maio. É também, segundo a declaração “Unkoto We Sizwe” do Congresso Nacional Africano (ANC), o Ano da Decisão. O ano em que todo o nosso povo exige a liberdade incondicional de Nelson Mandela, a legalização de todas as organizações políticas e o regresso de todos os exilados.» Para tal, e segundo a palavra de ordem do ANC, o objectivo do povo sul-africano é «tornar a África do Sul ingovernável para tomarmos o poder». São palavras de John Nkadiemeng, secretário-geral do SACTU (Central dos Sindicatos Sul-Africanos). São palavras inseridas numa entrevista que este dirigente sul-africano deu ao «Avante!» no último dia do V Congresso da CGTP-Intersindical Nacional.

Uma entrevista em que não se falou apenas da situação presente, mas onde as perspectivas de luta ocuparam um lugar importante. Uma entrevista que foi assim:

«Avante!» — Qual é, neste momento, a situação interna da África do Sul?

John Nkadiemeng — A situação no nosso país é extraordinária devido à existência de três pilares fundamentais da luta do nosso povo.

Por um lado, a existência da UDF (Frente de Unidade Democrática) que

Finalmente, o movimento juvenil. Um movimento militante e muito desenvolvido.

A juventude faz coisas que nunca esperámos e já chega ao ponto de organizar sindicatos. Esta situação cria-nos algumas dificuldades, uma vez que os jovens estão a organizar sindicatos não a partir dos sectores profissionais, mas a partir das diversas comunidades.

Mas, globalmente, a juventude é muito combativa e desempenha um importante papel na luta global do nosso povo.



John Nkadiemeng. Uma entrevista. O povo sul-africano no Congresso dos sindicatos portugueses

so. Espero que percebam o que Mandela significa para nós. Todos aqui falaram em Mandela e não é de certeza por ser um nome bonito, mas por se sacrificar, por pôr a sua própria vida ao serviço do povo.

E a juventude está a seguir o seu exemplo. Hoje, a morte não significa nada para estes jovens. Nada. É este o nível e extensão do que o nosso povo sente, porque Mandela é a expressão de todas as nossas formas de luta.

«Av.!» — Ontem disseram-nos que a melhor forma de pagarem a solidariedade dos povos do mundo é derrotar a ditadura (ver página 10/Semana).

J. N. — Absolutamente. Não tenho nada a acrescentar.

O nosso povo costuma dizer que o *apartheid* não pode ser reformado. Enquanto que os ingleses dizem que um pedaço de pão é melhor do que não ter nenhum, os nossos jovens dizem que não basta termos o pão inteiro. É necessário sermos donos da padaria. É isso que vamos fazer.

«Av.!» — Os governos da generalidade dos países capitalistas dizem que não adoptam sanções económicas contra a África do Sul por-

que isso só iria prejudicar a luta do povo sul-africano...

J. N. — É um disparate. Desde 1652 que estamos a sofrer. 87 por cento da terra sul-africana está nas mãos do regime racista minoritário. Não nos interessa nada o que os outros dizem. Os nossos amigos são aqueles que acreditam e que lutam por aquilo que nós queremos. Segundo a palavra de ordem do ANC, o nosso primeiro objectivo é tornar a África do Sul ingovernável para podermos tomar o poder.

Conflitos étnicos?

«Av.!» — A generalidade da imprensa portuguesa, nomeadamente a televisão, insiste frequentemente na existência de conflitos tribais entre o povo sul-africano. Corresponde isto à verdade?

J. N. — De maneira nenhuma. Butalesi, o «primeiro-ministro» dos zulus é um homem pago pelos racistas. Opõem-se ao ANC e à UDF. Foi chamado pelo regime no 1.º de Maio — quando os trabalhadores lutavam nas ruas — para reunir um encontro paralelo com vista a formar o seu sindicato.

Para transportar os delegados, foram utilizados comboios especiais, viaturas governamentais e viaturas policiais, dos mesmos que andam a matar o povo. Além do mais, os norte-americanos deram-lhe 5 (cinco) milhões de dólares para organizar o seu sindicato. Só que, desde então, já mais treze mil trabalhadores aderiram à COSATU, o que prova que o nosso povo não está interessado em Butalesi. É um divisionista.

«Av.!» — Qual o papel da Igreja na globalidade da luta popular?

J. N. — Dou-lhe um exemplo: no 1.º de Maio, não só os trabalhadores lutaram nas fábricas, como chegou a ser discutido nas igrejas, onde se rezava para que todos participassem nas manifestações.

«Av.!» — E as perspectivas a curto prazo?

J. N. — Estamos em vésperas de três datas importantes para a história do movimento de libertação sul-africano. Já no dia 16, comemora-se o 10.º aniversário dos massacres do Soweto. Depois disso, a 9 de Agosto, comemora-se o 30.º aniversário das lutas de 1956 contra a Lei dos Passes e, finalmente, a 12 de Agosto, comemoram-se os 46 anos da greve dos mineiros.

Trata-se de datas que constituirão novos marcos na luta contra o fascismo e o racismo.

«Av.!» — E o derrube da ditadura, está para quando? Quais são as vossas perspectivas?

J. N. — 1986 não é apenas o Ano Internacional da Paz. É também o Ano da Decisão para o povo sul-africano.

Aliás, já hoje existem sintomas de zonas libertadas, onde existem Comités de Comunidade que impõem as suas próprias leis, contra toda e qualquer coisa imposta pelo regime. Tudo tem de ser feito pelo povo. Este fundamento do poder é já uma realidade em algumas zonas do país.

O nosso objectivo é que todos os sul-africanos possam governar de acordo com a Carta da Liberdade. Que a África do Sul pertença a todos. ■

A voz de um mundo em mudança

Neste ano em que os trabalhadores do mundo inteiro comemoram o Centenário do 1.º de Maio, o V Congresso da CGTP-IN constituiu-se como uma tribuna de solidariedade recíproca e activa para com todos os povos do mundo, como ficou bem patente não só pelo número de delegações estrangeiras presentes, mas também pelo minuto de silêncio que todos quantos estavam no pavilhão fizeram em homenagem a quantos caíram neste combate que é comum.

Logo na Saudação ao Congresso, lida por Manuel Lopes, os delegados da África do Sul, de Angola e do Chile recebem calorosos aplausos, levantando-se o Congresso em peso para dizer que «o Chile Vencerá».

Depois foi o decorrer dos trabalhos e as intervenções que se iam sucedendo. Não só de delegados portugueses. Também a voz dos trabalhadores de um pouco por todo o mundo se fez ouvir na tribuna do movimento sindical português.

Uma voz que nos ia dizendo das lutas que os trabalhadores desenvolvem por todo o lado, das suas dificuldades e dos seus avanços. Da solidariedade para com os outros também em luta e para com os trabalhadores portugueses. Uma voz que nos foi dada pelas 56 organizações sindicais de outros tantos países do mundo e ainda pela Federação Sindical Mundial, pela Central Mundial dos Trabalhadores, pela CISA, pelo Congresso Permanente de Unidade Sindicato dos Trabalhadores da América Latina e pela OUSA.

Uma voz que fica nas páginas do «Avante!» por Intermédio de John Nkadiemeng, secretário-geral da Central dos Sindicatos Sul-Africanos. Como exemplo de uma luta. Como exemplo da solidariedade de todos os trabalhadores do mundo. Como exemplo de um povo que luta sem tréguas pelo seu futuro.

engloba a grande maioria do povo da África do Sul. Organizações políticas, de juventude, mulheres, desportivas, sociais e sindicais.

Por outro lado, o COSATU, que trouxe algo novo à luta do povo sul-africano, conseguiu que as pessoas combatassem e assumissem a responsabilidade sobre as acções a tomar.

Nelson Mandela

«Av.!» — E a solidariedade internacionalista, é importante para o povo sul-africano? Nelson Mandela é um nome nas bocas do mundo...

J. N. — Não sei o que dizer depois do que fizeram hoje de manhã enquanto falava na tribuna do Congres-

Nelson Mandela



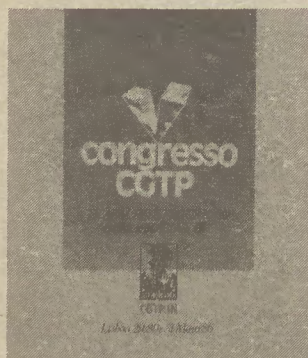
Sábado de manhã. Na tribuna do Congresso, a Paz e a solidariedade internacional presentes na intervenção lida por Maria Emília Reis, do Conselho Nacional da CGTP. Onde se diz que «a luta pelos Direitos do Homem e pelas liberdades sindicais e democráticas é parte integrante da nossa luta diária» e onde, por isso mesmo, se fala de Nelson Mandela. Um homem que «há longos anos está encarcerado na prisão de Polsmur na África do Sul pelo único crime de querer ser livre».

É a este episódio que se refere o camarada John Nkadiemeng na sua entrevista ao «Avante!».

Uma intervenção sentida onde o nome e exemplo de Nelson Mandela constitui «uma bandeira de liberdade e esperança para todos quantos na América Latina, em África, no Médio Oriente, em toda a parte, lutam pela liberdade, pela dignidade e pelo progresso».

Uma intervenção que acabou assim: «em nome do nosso Congresso, dos trabalhadores portugueses e de todo o nosso povo queria fazer-te chegar uma simples flor. Uma flor que simbolizou o fim da ditadura e a conquista da liberdade em Portugal, após quase cinquenta anos de fascismo».

Mais do que uma mensagem; uma certeza.



Dirigentes e votações

Com um total de 95 elementos ficou assim constituído o Conselho Nacional eleito no sábado, último dia de trabalhos do V Congresso da CGTP-Intersindical Nacional: Adão Ribeiro Mendes, Alfredo Cardoso da Conceição, Alfredo Filipe Cataluna Malveiro, Álvaro Fernandes Rana, Álvaro Leitão da Silva Lima, Américo Nunes, Ana Maria Oliveira Mesquita, Antero Martins Pinto Guimarães, António Carlos de Sousa Conde, António Herculano Ferreira Jorge, António Maria Quintas, Armando Artur Teixeira da Silva, Belmiro dos Santos Alves, Carlos Alberto Araújo Pereira Amado, Carlos António de Carvalho, Carlos António Gomes Mamede, Carlos Manuel Alves Trindade, Carlos Sebastião dos Santos Lopes, Diamantino da Silva Elias, Dinis de Jesus Grilo da Silva, Emídio Ferreira Martins, Fernando Garcia Ferreira Amado da Silva, Fernando Tavares Loureiro, Fernando Veríssimo Tenente, Florival Rosa Lança, Francisco António Brás Caixinha, Francisco de Sá Pereira, Gaspar Militão Ângelo, Guida Maria Vieira Martins, Horácio do Nascimento Matos, Isabel Vitória de Almeida Figueiredo, Jerónimo Fernando da Silva Rodrigues, João

António Torrinhos Paulo, João Maria Pacheco Gonçalves, Joaquim Almeida da Silva, Joaquim Filipe Coelhas Dionísio, Joaquim Mendes dos Santos Calhau, Joaquim Pólvora Garcia Labaredas, José Alberto Valério Dinis, José António Sequeira Encarnação, José Carlos Soares Batista, José Ernesto Ribeiro Cartaxo, José Fernando de Almeida Ferreira Mendes, José Ferreira Antunes, José Jorge Ferreira, José Luís Judas, José Manuel de Sousa Tavares Machado, José Salgado Sampayo, Leonel Martinho Gomes Nunes, Luís Maria Kalidás Costa Barreto, Luís Pereira Garra, Luís Teixeira Pinto Vilas-Boas, Manuel António Teixeira de Freitas, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Correia Lopes, Manuel Francisco Guerreiro, Manuel Joaquim da Silva Vieira Mendes, Manuel Silva Ribeiro de Almeida, Maria Augusta da Purificação Rodrigues de Sousa, Maria do Carmo de Carvalho Tavares Ramos, Maria do Céu Ferreira de Jesus Elias Ferreira, Maria Emília Reis Castro, Maria Luísa da Encarnação Salsinha, Maria Manuela Bela Brás Almeida, Maria Manuela de Medeiros, Maria Odete Jesus Filipe, Maria Regina Líbano Santos, Mário An-

tónio Seatra da Silva, Rogério Dias dos Santos Torres, Rosa Maria Simões da Silva Sousa Marques, Ruben Pacheco de Matos Rolo, Rui Manuel Neto Paixão, Ulisses Maria de Matos da Silva Garrido, Valdemar Rodrigues Henriques, Vítor Manuel Rodrigues Ranita. São estes os 75 efectivos; seguem-se os 20 suplentes: Abílio Martins, Agostinha do Nascimento Almeida, António Manuel Pereira da Silva, Carlos Manuel Dias Cidade, Fernando António Gonçalves da Silva, Hélio Bexiga Viegas, João Manuel Jácome dos Santos, João Reganha Torrado, Joaquim do Nascimento Vassal, Jorge Augusto Cristóvão Lopes, Jorge Manuel Silva Pinto, José António Pereira dos Santos Morte, José Manuel Alves Pereira, Manuel Mendes Pereira, Margarida Elisa dos Santos Teixeira Moreira, Maria da Conceição de Lima Faria, Maria de Fátima dos Anjos de Carvalho, Maria Graciete Martins da Cruz, Maria da Luz Ribeiro Nogueira, Rosa Maria Orvalho Oliveira Xisto. O Conselho Nacional eleito, sábado, além dos 12 membros da anterior Comissão Executiva (Álvaro Fernandes Rana, Armando Artur Teixeira da Silva,



Todos os elementos da Comissão Executiva foram reeleitos para o Conselho Nacional

Florival Rosa Lança, Francisco de Sá Pereira, João Maria Pacheco Gonçalves, Joaquim Mendes dos Santos Calhau, José António Sequeira Encarnação, José Ernesto Ribeiro Cartaxo, José Luís Judas, Luís Maria Kalidás Barreto, Manuel Carvalho da Silva e Maria do Carmo de Carvalho Tavares Ramos) inclui, entre efectivos e suplentes, 46 elementos do anterior Conselho Nacional que subscreveu a lista única apresentada à votação do Congresso que, em 942 votos válidos, elegeu os dirigentes da CGTP para o próximo triénio com 91,8 por cento (865 votos) sendo 65 brancos (6,9 por cento) e 12 nulos (1,3 por cento).

Assinale-se que entre os 95 elementos do Conselho Nacional 41 são operários e há 20 mulheres. Do CN deve sair (reunião marcada para amanhã) a Comissão Executiva, o Secretariado e, tudo leva a crer, um coordenador. Registe-se também que, tanto a votação das alterações aos estatutos como a dos restantes documentos do V Congresso, se verificaram ou por unanimidade ou por largas maiorias e sem votos contra. As abstenções nunca ultrapassaram (e só atingiram uma vez) o total de 42 em 1221 delegados — o máximo com direito a voto presente na sala do Pavilhão. ■

Forte presença internacional

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

OIT — Raymond Goosse, em representação do Director-Geral da OIT — CEE — Francisco Chitollina, representante da Divisão de Informação da CEE — AIJD — J. Bourgaux, representante da Associação Internacional dos Juristas Democratas

ORGANIZAÇÕES SINDICAIS INTERNACIONAIS

FSM — Ernesto Araneda, secretário da FSM; Denis Bonvalot, responsável Comissão Europa da FSM; Mário Ramos, Chefe do Departamento Económico — CMT — John Verstraete, Representante da CMT — CISA — Wajih Taha, membro do Secretariado da CISA — CPUSTAL — António Lopez Lamas, Representante do Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina — OUSA — Assane Diop, Representante da OUSA/OATUU

ORGANIZAÇÕES SINDICAIS NACIONAIS

Afganistão
Nafisa Paikargar, Secretário do Conselho Central Sindicatos do Afeganistão; A.R. Nejrabi, Chefe Departamento Relações Internacionais do Conselho Central dos Sindicatos do Afeganistão
África do Sul
John Nkadameng, Secretário-Geral do SACTU; Aaron Pemba, Chefe do Departamento Internacional; COSATU — Congresso dos Sindicatos Sul Africanos
RDA
Harald Buhl, Secretário da Direcção e membro do Presidium da FDGB; Anne Kathrin Pildzus, intérprete
RP Angola
Pascoal Luvualu, Secretário-Geral da UNTA; Rui Vieira Lopez, Secretário dos Assuntos Económicos; Francisco Nsingui Massala, Secretário Relações Internacionais da UNTA; Elisa Lemos, Secretário

Rep. Árabe Sarahoul Democrática
Mohamed Tammy, Responsável Relações Internacionais da UGT.SARIO
Austrália
Garry Young Rober, Representante do Conselho dos Sindicatos Australianos (ACTU)
Benin
UNSTB — União Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Benin
Bélgica
Jules Ernoux — CSC — Secretário Federal da CSC e membro do Bureau Federal (Confederação dos Sindicatos Cristãos); Alfred de Lourme, Secretário-Geral da FGTB (Federação Geral do Trabalho da Bélgica)
Brasil
CUT — Central Única Trabalhadores do Brasil; CGT — Confederação Geral do Trabalho
Chile
Carmen Colas, do Comité Exterior da CUT
Colômbia
Luis Ibarra, Membro do Executivo da Confederação Sindical Trabalhadores da Colômbia (CSTC); Gustavo Mendoza, Membro Comité Executivo da CTC; Tanya Rossiasco, Membro do Comité Executivo da Confederação de Trabalhadores da Colômbia (CTC)
Bulgária
R. Kararussinov, Secretário do Conselho Central dos Sindicatos Búlgaros; D. Geroval, Vice-Redactora Chefe do Jornal «Troud» do Conselho Central dos Sindicatos Búlgaros
Cabo Verde
Afonso Carlos Gomes, Secretário-Geral da União Nacional Trabalhadores de Cabo Verde, Central Sindical
Canadá
Clairmont Bergeron, Responsável da Organização da Confederação dos Sindicatos Nacionais do Canadá
Checoslováquia
Miloslav Stancel, Secretário Confederal do ROH; Jana Ungrádovna, do Departamento Internacional do Conselho Central dos Sindicatos da Checoslováquia (ROH)
China
Guo Mao-An, Sub-director do Depar-

tamento das Relações Internacionais; Liu Nai-Li, Sub-Chefe de Secção da Federação dos Sindicatos da China
EUA
Douglas Perry, Vice-Presidente da UEW — Sindicato dos Electricistas dos Estados Unidos da América
Chipre
Pavlos Dinglis, Secretário-Geral Adjunto da Federação Pan-Cipriota do Trabalho (PEO)
RP Congo
Henriette Diatoulou, da Confederação dos Sindicatos do Congo (CSC)
Cuba
Jesus Escandell, Secretário Relações Internacionais; Angel Garcia, do Departamento Internacional da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC)
Escócia
Hugh Wypr, Vice-Presidente do Congresso dos Sindicatos Escoceses (STUC)
El Salvador
René Flores, Representante da Frente Democrática Revolucionária (FDR)
Espanha
Amor Dios, membro do Comité Confederal das Comissões Obreras (CCOO); Juan Carvalhal, Secretário da Federação Metalúrgica da Galiza (CCOO); José Freire Pinheiro, da União Sindical Obrera (USO)
Etiópia
Tadesse Tamerate, Presidente da Central Sindical da Etiópia (AETU)
Finlândia
Aarno Aitamurto, membro da Presidência da SAK, Central de Sindicatos da Finlândia
França
Thérèse Poupon, Secretária Confederal e Responsável da Saúde e Segurança Social da Confederação Geral do Trabalho (CGT); Alain Benleazar, Secretário Confederal da CFDT, França
Grécia
Kkristos Kiakopoulos, membro do Executivo e Secretário Internacional; Vasiliiki Kratimenou, do Departamento Relações Internacionais da Confederação Geral do Trabalho da Grécia

(GSEE); Nikos Kaimakis, Secretário do AEM da Grécia; Vagelis Xenos, membro do Comité Executivo da ESAK, Grécia
Grã-Bretanha
K. Gill, Presidente do Congresso dos Sindicatos Britânicos (TUC)
Guatemala
Gabriel Guzman, da Federação Autónoma Sindical da Guatemala (FASGUA)
Guiné-Bissau
Fernando Fonseca, Chefe do Departamento Trabalho e Contratação Colectiva da UNTG
Hungria
Tibor Baranyai, Secretário-Geral do SZOT; Agnes Jantsits, Departamento Internacional do SZOT
Jugoslávia
Mihajlo Djureski, membro do Conselho de Presidência do CSY; Goran Ristamovic, Intérprete
Rep. Irlanda
Brian Anderson, Representante do ICTU — Congresso dos Sindicatos Irlandeses
Índia
Gayasingh, membro do Comité Executivo Central do AITUC
Itália
Guido Bolaffi, membro do Comité Directivo da CGIL
Iraque
Soubshi Hassam Abdullah, membro do Bureau Executivo da GFTU
Japão
Yasuchika Suzuki, Director Bureau Europa da SOHYO
Kampuchea
Duong Souang, Secretário da KAFTU; Svay Sith, Intérprete da KAFTU
Nicarágua
Central Sandinista de Trabalhadores, CST
Líbano
Bou Habib Adib, Secretário Relações Internacionais da FENASOL
Marrocos
Abdellali Benabdellam, Secretário Na-

cional da UMT
Moçambique
José Ganâncio, Secretário Geral Adjunto da Organização dos Trabalhadores de Moçambique, OTM
Mali
UNTM — União Nacional dos Trabalhadores do Mali
Namíbia
Catarina Ditula, da NUNW — União Nacional dos Trabalhadores da Namíbia
Nigéria
A.M.O. Anigbo, Secretário Geral Adjunto do Congresso do Trabalho da Nigéria, NLC
Palestina
Salim Mowadiya, da Federação Sindical da Palestina, PTUF
Peru
CGT do Peru
Roménia
Maria Dutescu, membro do Comité Executivo da UGSR; Ion Floriu, Funcionário da UGSR
Tunísia
Derragi Nouredine, membro da Comissão Nacional de Emigração da UGT
Timor Leste
Pedro Correia, Coordenador da Organização Popular dos Trabalhadores Timorenses, OPTT; Hélder Neves, Vice-Secretário da OPTT
Turquia
Keymal Deysal, Secretário da DISK; Mustafa Torun, Intérprete
URSS
Vladimir Lomonosov, Vice-Presidente do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos
Zimbabué
Congresso dos Sindicatos do Zimbabué, ZCTU
Uruguai
Juan Carlos Pereyra Pereira, Membro do Secretariado Executivo e Secretário das Relações Internacionais do PIT-CNT
Comunidades portuguesas
em Paris: Francisco Ribeirinho; Maria-no Paixão
na RFA: José Manuel Gomes Ventura

Efabulações

Um senhor que dá pelo nome de Fernando Braga de Matos assina, no último número do «Diabo», uma crónica que é um primor de disparate. Diz ele no início, «Hoje vamos efabular um cenário político». «Efabulemos» então.

«A Rússia não sofreu a transformação de Novembro de 1917 e manteve o regime capitalista, tendo derrubado, embora, a Monarquia», diz ele. Isto só mesmo em fábula. Teríamos, então, uma Rússia «arrogante, capitalista e democrática», adianta o «de Matos». Agora segurem-se que o rapaz vai teorizar: «o instinto agressivo faz parte do inconsciente colectivo nacional», daí que, nem por ser, «arrogante, capitalista e democrática», a «Rússia» pertenceria à «comunidade das nações aliadas». É claro que a coisa simplificava-se (na «maneira de ver dele está claro»): «o Capitalismo (com letra grande que o respeitinho é muito bonito) condicionou os dirigentes no sentido pragmático e os cidadãos têm uma palavra a dizer». Como foi amplamente divulgado, Reagan consultou e levou bastante em conta a opinião do seu (salvo seja de tal) povo antes de atacar a Líbia e o mesmo para a senhora Thatcher. Não viram isto em lado nenhum? Ele em fábulas tudo é possível.

Mas preparem-se porque o melhor está para vir. Então não é que «o povo soviético vive tão mal como o português (e nós que ainda não tínhamos dado por nada!) Por esta é que vocês não esperavam. Sim porque «só o poder económico e tecnológico

que o Capitalismo faz florescer é substrato seguro do Poder». Vejam vocês bem que a URSS «importa capitais, tecnologia, produtos acabados e alimentares e exporta matérias-primas como **qualquer país do Terceiro Mundo**». Coibimo-nos de comentar. As eloquentes «efabulações» do «de Matos» falam por si.

«Os vampiros»

Salazar foi ouvido com fervor num jantar promovido pela nova Acção Nacional e que reuniu 400 fascista sob a palavra de ordem «justiça, nação, revolução». Um jantar onde se disse que «o sistema-regime que se impôs no 25 de Abril quebrou a unidade, subverteu a ordem, ditou a presença e o domínio sugadores, perversores e arrogantes». Um jantar onde, segundo o semanário de Vera Lagoa, se ouviram «discursos vibrantes e inflamados que forneceram um ambiente de aceso patriotismo». Simplesmente lamentável. Com tantos fantasmas por aí à solta a pedir que os ressuscitem, só um é que teve honras de presença neste jantar de vampiros.

«Mercenários»

Um semanário especializado em sondagens de escada-abaixo fez-se mais uma vez eco dum diz-se-que-diz de certa Comunicação Social, ao concluir que a maioria dos portugueses considerariam a sua representação nacional no México como um bando de «mercenários». Isto porque os «infantes» — profissionais de futebol de uma ponta a outra — «ousaram!» reivindicar umas

Pontos Cardeais

quantas coisas, no uso pleno dos seus direitos, tanto profissionais como civicos. É claro que nem vale a pena esmiuçar os pormenores do acontecimento. O que merece alguma atenção é o facto de **tal facto** — o simples exercício de direitos elementares por parte de um pequeno grupo de profissionais — estar a ser alvo de uma impressionante campanha demagógica e patrioteira por parte de quem, por exemplo, acha naturalíssimo e comenta apaixonadamente a **venda** quotidiana destes mesmos profissionais por somas astronómicas, num «jogo», esse sim, despuadoradamente mercenário de interesses que escapam inteiramente ao controlo dos profissionais envolvidos — vítimas que são, em última análise, de tantas e tais traficâncias.

Falar, aqui, de «patriotismos» é um exagero semelhante ao da anedota que mata uma mosca com um canhão. Tentar colar aos profissionais envolvidos a etiqueta de «mercenários» só porque querem fazer valer os seus direitos, é um jogo deliberadamente difamatório, com objectivos e meios em nada devidores aos que, em geral, procuram esmagar o **próprio direito de reivindicar**. É aí que bate o ponto. O ponto a que chegámos com certos... mercenários.

A mão

Adriano Moreira, numa palestra que reuniu em Lisboa umas quantas pessoas a que o CDS chama a sua «família europeia», rendilhou às tantas: «**Este pequeno Portugal tem uma longa mão, que no Atlântico guarda as posições a partir das quais pode e deve assegurar-se a livre circulação, paz e segurança do Atlântico Sul e a salvaguarda do Atlântico Norte como a entendemos e praticamos**».

A oração é um pouco impenetrável, provavelmente porque sujeita a um código de «família» e, portanto, secreto para a generalidade dos portugueses. No entanto há alguma coisa inteligível, na superfície das palavras do homem de Salazar, como a de que «**Portugal é pequeno mas tem uma longa mão**» — tão longa que anda a metê-la nos Atlânticos todos.

Não sabemos — nem nos interessa — lá onde o homem anda a pôr a mão dele. É também irrelevante que o chefe de uma coisa chamada CDS, eleitoralmente quase rente ao chão, fale em nome de Portugal — há outros que têm a mania de ser Napoleão, cada um com a sua. Agora que descreva o País como um monstinho de mão comprida, francamente!

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

A questão é clara e nua
lição da vida:
o Cavaco só continua
com oposição dividida.
Quem o deixar fazer
o que ele quer
tranquilo
depois, como é vulgar
não se ponha a chorar
à crocodilo...

Política não é maneira
de se porem para aí na cavaqueira!

II

Constâncio uma tese espreira
mais ou menos assim:
Fica o Cavaco Silva com a Direita
fico eu com a Esquerda toda só para mim...

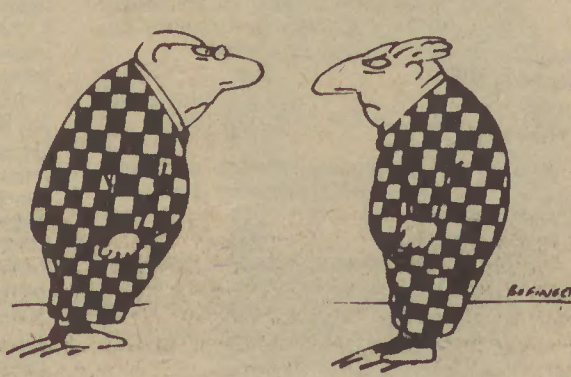
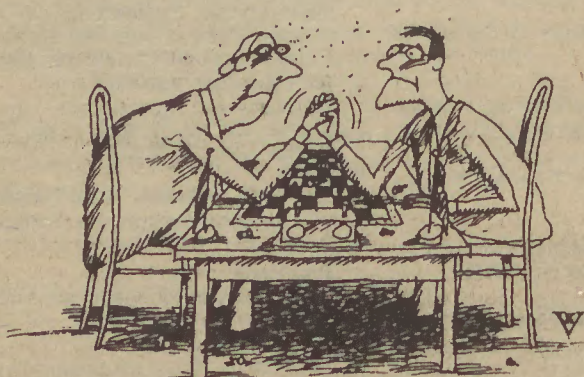
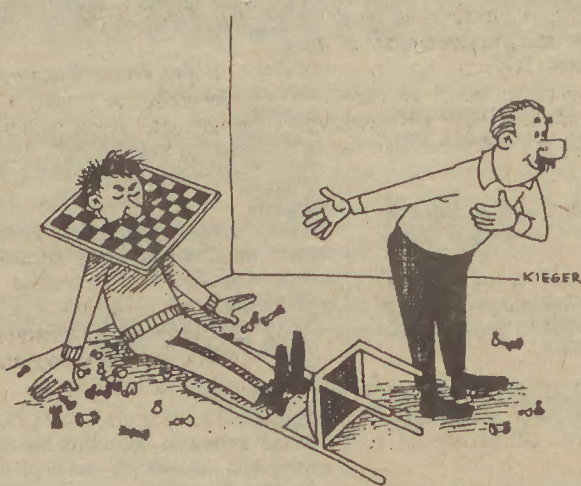
... como quem saca
num imenso consolo
da impressionante faca
e corta para si a metade de um bolo...

Conhecemos a tónica
da tese anglo saxónica:
dois partidos sem nada de novo
que são, de ambas as faces,
forças da burguesia contra o povo
na luta de classes.

Vem um
faz o seu mal
e vai-se embora
pum!
Vem outro
o tal
de fora
o maroto!,
e zás
com a lição de cor
faz
ainda pior...

Constâncio, ó Constâncio, poisa
na realidade do teu olhar febril:
aconteceu em Portugal uma coisa
chamada 25 de Abril...
Cá não pegam as teses saxónicas
ianques ou teutónicas.
Aqui, pra que uma tese vencer possa,
tem de ser nossa
feita por nós, com o nosso entender.

E nem paga divisas, tás a ver?...



Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 649

5 de Junho de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Assembleia de Debate da JCP

*A actividade dos
jovens comunistas
nas localidades e empresas*

Sábado e domingo
Lisboa — JF Alcântara

INFORMAÇÃO-VIDEO



CONTRAPONTO É UM PROGRAMA DE INFORMAÇÃO EM VIDEO

Questões actuais
da vida e da luta do povo português.
Situação internacional e luta pela Paz

N.º 1 — Março/Abril

Sumário — 25 de Abril 12 anos depois. Orçamento do Estado. Situação Social. Agressão americana à Líbia. Desporto

N.º 2 — Maio/Junho (em distribuição)

Sumário — Comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio. Ataque do governo ao sector nacionalizado (Petroquímica). A luta dos trabalhadores dos transportes. Ensino (insucesso escolar; ensino universitário; lei de bases). Página Internacional (acidente de Tchernobyl. A luta pela Paz). Página Desportiva (México; desporto profissional e desporto de massas). Página cultural (panorama do Teatro no Porto)

PARA INFORMAÇÃO E PEDIDOS:

SIP DO PCP

Rua Soeiro Pereira Gomes, 1, 1699 Lisboa Codex
Tel. 77 91 42

Sexta

• ALMADA

Para a campanha distrital «Novo Centro de Trabalho para a DORS», Noite de Fados de Abril. Às 21.30, no Centro de Trabalho de Almada.

• VIANA DO CASTELO

Início, às 19 horas, da Festa da Amizade promovida pela Comissão Distrital de Viana do Castelo no Jardim Público.

• MARINHA GRANDE

Início — prolonga-se por sábado e domingo — da Festa 86, organização da Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP.

No Parque Mártires do Colonialismo.

Espectáculos ao vivo (Manuel Freire, entre outros), vídeo, artesanato, livros e discos, actividades para as crianças.

Sábado

• SANTARÉM

Encontro de quadros do PCP do Sector Metalúrgico. A

Comissão Política e do Secretariado do CC.

• RÓDÃO

1.ª Assembleia da Célula da Portucel. A partir das 14.30, CDRC-Porto Tejo.

Domingo

• LISBOA

Homenagem a Pires Jorge, que há dois anos morreu. Às 10.30 no Cemitério da Ajuda.

• AZEITÃO

Excursão à Cooperativa 1.º de Maio de Avis (Campanha «Novo Centro de Trabalho para a DORS»), iniciativa da organização do Partido da freguesia de S. Lourenço — Azeitão.

• VIANA DO CASTELO

Comício com Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Às 16.00, no Jardim Público, integrado na Festa da Amizade promovida pelo PCP.

Comícios Domingo 8

Octávio Pato
em Viana do Castelo
Carlos Brito
em Aveiro

partir das 10 horas,
no Centro de Trabalho da DORSA.

• VIANA DO CASTELO

Debate sobre a Paz, às 21.30, no Jardim Público, integrado na Festa da Amizade promovida pelo PCP.

• LISBOA

Início (prossegue amanhã, domingo) da Assembleia de Debate da JCP para discussão da actividade dos jovens comunistas nas localidades e empregos.

A partir das 14.30, na Junta de Freguesia de Alcântara.

3.ª Assembleia da Organização do Comércio da Organização Local de Lisboa. No Centro de Trabalho Vitória, a partir das 14.00. Participação do camarada Blanqui Teixeira, da

• AVEIRO

Comício com Carlos Brito, da Comissão Política e do Secretariado do CC. No Recinto das Feiras, no âmbito da «Festa 86» promovida pela Comissão Distrital do Partido.

• LISBOA

Encontro de Quadros da 6.ª Zona do Comité Local de Lisboa. A partir das 14.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Terça

• MONTIJO

Convívio Alentejano no Pinhal do Apeadeiro de Sarilhos Grandes.

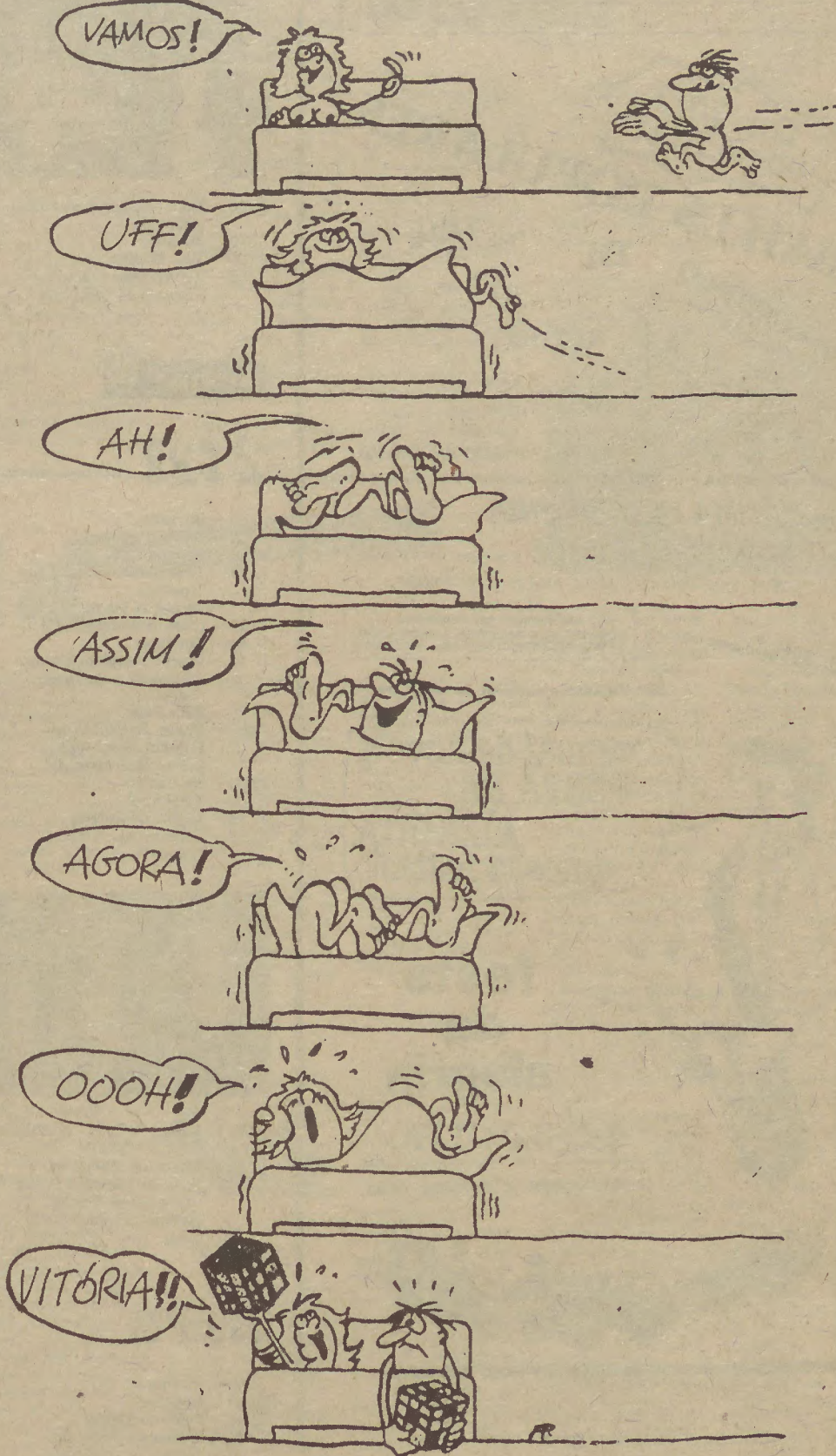
Manhã desportiva e infantil, venda de produtos regionais, baile, actuação de um grupo coral alentejano.

A partir das 9.30. Às 17.30, comício com Manuel Pedro, do CC.



III Assembleia da Organização do Comércio da OLL

CT Vitória
sábado, 14 horas



Achim Purwin, in Karigrafie, 84

Festas do PCP



Em SINES no CASTELO

BAILES POPULARES

DE

S. JOAO
DOMINGO - 22 JUNHO
SEGUNDA - 23 JUNHO
TERÇA - 24 JUNHO

S. PEDRO
SEXTA - 27 JUNHO
SÁBADO - 28 JUNHO

OS BAILES TÊM INÍCIO ÀS 21.30 horas E SERÃO ABRILHANTADOS PELOS ORGANISTAS e ACORDEONISTAS

FÁTIMA FERREIRINHA

LEONEL TRINDADE e seu filho **SÉRGIO LUIS**

COM AS SUAS MODERNAS APARELHAGENS ELECTRÓNICAS

ENTRADAS A PREÇOS POPULARES

não faltarão as tradicionais
FOGUEIRAS, O MASTRO, MANGERICOS,
PIPOCAS, SERVIÇO DE BAR E PETISCOS

COMISSÃO CONCELHIA DE SINES DO PCP



festa da alegria

4-5-6 JULHO

PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES - BRAGA

* GRANDES ESPECTÁCULOS * FOLCLORE * EXPOSIÇÕES * MÚSICA POPULAR
* MERCADO DO LIVRO E DO DISCO * DEBATES * ARTEFANATO * PETISCOS
* REPRESENTAÇÕES DE TODO O PAÍS * DESPORTO * CINEMA * VÍDEO.

INGRESSOS NA FESTA (IF) À VENDA DESDE JÁ NAS SEDES DO PCP

Quinta

RTP1

11.00 — Sumário
11.05 — Videopólis
11.30 — Espaço 11/13
12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical», 41.º Epis.
13.15 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório TV
17.40 — Sumário
17.45 — Tempo dos Mals Novos
18.25 — País, País
18.55 — Campeonato do Mundo de Futebol: Itália-Argentina (transmissão directa)
20.50 — México/86
21.00 — Telejornal
21.30 — Telenovela: «Corpo a Corpo», 67.º Epis.
22.20 — Europa: Grécia
22.55 — Campeonato do Mundo de Futebol: França-URSS (transmissão em diferido);
Notícias: (no intervalo do jogo).

RTP2

16.30 — Europa TV
20.00 — Notícias
20.05 — Conheça Melhor



20.30 — Série: «O Sonho de Marie Aubarede»
21.25 — Notícias
21.30 — Da... Música
22.25 — Telenovela: «Vereda Tropical» (7.º e 8.º Epis.).

Sexta

RTP1

11.00 — Sumário
11.05 — Gente Singular
11.30 — Espaço 11/13
12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»
13.15 — Jornal da Tarde
13.55 — Ciclo Preparatório TV
17.40 — Sumário
17.45 — Tempo dos Mals Novos: «Animação», de Vasco Granja
18.25 — País, País
18.55 — Camp. do Mundo de Futebol: Brasil-Argélia (transmissão directa)
20.50 — México/86
21.00 — Telejornal
21.25 — Direito de Antena
21.35 — Telenovela: «Corpo a Corpo»



22.25 — Série: «Alô, Alô», real. David Croft (1.º Epis.)
22.25 — Camp. do Mundo de Futebol: Marrocos-Inglaterra (transmissão directa);
Notícias: (no intervalo do jogo).

RTP2

16.30 — Europa TV
20.00 — Notícias
20.05 — Respirar Melhor
20.30 — Museu do Cinema
21.00 — Ténis: Torneio Roland Garros — Meias-Finais
23.00 — Notícias
23.05 — Telenovela: «Vereda Tropical» (9.º e 10.º Epis.).

TV

O Programa

Sábado

RTP1

11.30 — Sumário
11.35 — Tempo dos Mals Novos
13.00 — Sumário
13.10 — Tempo dos Mals Novos
14.00 — «Follow Me»: (Curso de Inglês)
14.30 — Sport Billy
15.00 — Revista de Tolros
15.30 — Série: «Os Jovens Heróis» de Shaolin
16.30 — Os Marretinhas
17.00 — Série: «Fama»
17.50 — Top Disco
18.55 — Campeonato do Mundo de Futebol: Espanha-Irlanda do Norte (transmissão directa)
20.50 — México/86
21.00 — Telejornal
21.35 — Série: «Dinastia»
22.55 — Campeonato do Mundo de Futebol: Polónia-Portugal (transmissão directa).

RTP2

13.00 — Ténis: Torneio Roland Garros
19.00 — Desenhos Animados
19.30 — Adágio
20.00 — Animação
20.30 — Folclore
21.00 — Europa TV: Cinema: «As Vidas Privadas de Henrique VIII», Real. Alexander Korda (Inglaterra/1933)
22.30 — Série: «A Rota da Seda».

Domingo

RTP1

10.30 — Sumário
10.35 — 70 Vezes 7
11.00 — Missa dominical
12.00 — Tempo dos Mals Novos
13.00 — Sumário
13.10 — TV Rural
13.45 — Tempo dos Mals Novos



15.15 — Sessão da Tarde: «Dança dos Maridos», real. Edward Zwick (EUA/1982)
17.00 — Clube Amigos Disney
18.30 — Como, Quem, Porquê?
18.55 — Campeonato do Mundo de Futebol: RFA-Escócia (transmissão directa)
20.50 — México/86
21.00 — Telejornal
21.30 — Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades: transmissão directa das comemorações em Évora
22.55 — Campeonato do Mundo de Futebol: Uruguai-Dinamarca (transmissão directa).

RTP2

14.00 — Ténis: Torneio Roland Garros — Final Singulares (Homens)
17.00 — Falar de Macau
17.30 — Videopólis
18.00 — Desenhos Animados

MEXICO 86

Quinta, 5
Itália-Argentina
19 horas
França-URSS
23 horas

Sexta, 6
Brasil-Argélia
19 horas
Marrocos-Inglaterra
23 horas

Sábado, 7
Espanha-Irlanda do Norte
19 horas
Polónia-Portugal
23 horas

Domingo, 8
RFA-Escócia
19 horas
Uruguai-Dinamarca
23 horas

Segunda, 9
França-Hungria
19 horas
Canadá-URSS
23 horas

Terça, 10
Bulgária-Argentina
19 horas
Itália-Coreia do Sul
23 horas

Quarta, 11
Bélgica-Paraguai
19 horas
Marrocos-Portugal
23 horas

Quarta

RTP1

11.00 — Sumário
11.05 — Memória de um Povo
11.30 — Espaço 11/13
12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
13.15 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório TV
17.40 — Tempo dos Mals Novos
18.25 — País, País
18.55 — Campeonato do Mundo de Futebol — Bélgica-Paraguai (transmissão directa)
20.50 — México/86
21.00 — Telejornal
21.30 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
22.20 — Programa da Direcção de Informação
22.55 — Campeonato do Mundo de Futebol — Marrocos-Portugal (transmissão directa)
00.00 — Notícias no intervalo

RTP2

16.30 — Europa TV
20.30 — Notícias
20.35 — A Aventura da Arte Moderna — «Guernica», que Picasso pintou quando soube da destruição da pequena cidade do mesmo nome pela Legião (franquista) Condor, em 26 de Abril de 1937: para muitos, é a obra prima da pintura deste século XX
21.25 — Notícias
21.30 — Foi Exito na TV — Patxi Andion em Lisboa (1983)
22.45 — Últimas Notícias
22.50 — Telenovela — «Vereda Tropical» (15.º e 16.º Epis.).



Guernica, de Picasso — quarta, 11, RTP-2

Cinema

A selecção

Exposições

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Um Adeus Português	★★	★★	★★	★★	★★
B África Minha	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
C O Alvo	★★	★	★★	—	★
D O Ano do Dragão	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★
E Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
F O Fio Suspeito	★★★	★★	★★	—	—
G Nova York Fora de Horas	—	★★★★	★★★★	—	—

A — Real. João Botelho — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Sidney Pollack — Alfa/1 (15.15, 21.15, 00.15), S. Jorge/1 (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa; Foco (14.15, 16.30, 21.30), S. João (14.15, 16.30, 18.45, 21.45) — Porto; Cinestúdio Girassol um (15.00, 18.00, 21.30), — Coimbra.
 C — Real. Arthur Penn — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Michael Cimino — Alfa/Club (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/2 (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), — Lisboa.
 E — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) — Lisboa.
 F — Real. Richard Marquand — Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45), Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Martin Scorsese — Estúdio 444 (15.30, 18.30, 21.30), Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30).

Classificação de
★ a ★★★★★

Teatro

O Cartaz

LISBOA

A Barraca — R. Alexandre Herculano. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. Calamity Jane, adapt. e encen. Helder Costa, intérpr. Maria do Céu Guerra.

Calxa Económica Operária, R. da Voz do Operário, 64. 5.ª, 6.ª e sáb./22.00. O Meu Corpo Não Tem as Mesmas Ideias que Eu, de António Rodrigues. Encen. colectiva — Grupo Amador da CEO.

CAM — Sala Polivalente, Fundação Gulbenkian. A Procura da Tragédia, recolha e selecção de textos anteriores ao séc. XIX por Luís Francisco-Rebello, encen. Orlando Neves. Dia 6 (estrela) e dia 7, às 21.30 (a repetir nos dias 13, 14, 17, 18, 26 e 27 de Junho).

Comuna - Sala Nova, Pq. de Espanha. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Calígula, de Albert Camus, enc. João Mota.

Nac. D. Maria II, Rossio. Mãe Coragem e os seus Filhos, de Bertold Brecht, encen. João Lourenço — Novo Grupo (hoje, ante-estrela).

Rex, R. da Palma. 2.ª, 3.ª e 5.ª/21.30, 6.ª, sáb. e dom./20.30 e 23.00. A Severa, de Júlio Dantas, encen. Herlander Peyroye — Primeiro Acto - Clube de Teatro de Algués.

S. Carlos — Salão Nobre, 5.ª e sáb./21.30. Barnum/«Teatro de Ópera» — Marionetas de S. Lourenço.

Teatro da Cantina Velha, Cidade Universitária. 5.ª, 6.ª e sáb./21.30. Josef K, adapt. de «O Processo» de Kafka — Grupo Cénico de Direito.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 2.ª a 5.ª e sáb., às 21.30; dom., 16.00. Volpone, de Ben Jonson, adapt. e enc. de Norberto Barroca, pelo Novo Grupo.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. 21.30; Dom/16 h. Sonata dos Espectros, enc. de Luís Miguel Cintra pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro do Bairro Alto — Sala Manuela Porto, Rua Raul Cascais, 1. Sáb. 16.00, dom. às 11.30. A Mulher que Matou os Pelos, texto de Clarisse Lispector, adapt. e enc. de José Caldas.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Quinta, sexta e dom. às 18.30, sáb./21.30. Viagem para a Felicidade, de Franz Xaver-Kroetz, enc. de Rogério de Carvalho.

Teatro Vasco Santana, Entre Campos (Feira Popular). De 3.ª a sáb./21.30, dom./16.00. Cesário Quê?, texto e encenação de Luzia Maria Martins — Teatro-Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. Pouco Barulho, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. Um Coronel em Dois Actos, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

Para crianças

LISBOA

Casa dos Tabuenes, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. Sáb. e dom. às 16.30. A Rua dos Fantasmas, de Javier Villafañe, enc. de Adolfo Gutkin, pelo Grupo Malzum.

Comuna-Sala 2, Praça de Espanha. Sáb e dom. às 15, Cir-

co 30, pelo Grupo de Teatro A Máscara.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1. Sáb., dom. e feriados, às 16.00. No Reino da Fantasia, enc. de Agostinho Macedo.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, sáb./11.00 e 16.00, dom./11.00 e 14.00. Fecha os Olhos... Entra na História, de Alexandra Solnado, enc. de Joselita Alvarenga.

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Hoje, às 16.30, concerto na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna promovido pelo Acarte — Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte da Gulbenkian: obras de Smetana e Schubert pelo Quarteto de Cordas Capela.

Bilhetes a 200\$00, com o habitual desconto de 50% para jovens até aos 18 anos e estudantes. Outro concerto em Lisboa, este de música coral. Também hoje, dia 5, às 21.30, com entrada livre, no Convento do Carmo. Intérpretes: Coro de Santo Amaro de Oelras.

O Miso Ensemble (Paula Azguime-flauta e Miguel Azguime-percussão) estará por sua vez amanhã, dia 6, às 21.30, para um concerto, na Galeria EMI — Valentim de Carvalho, R. dos Poiais de S. Bento, 111.

Começam, entretanto, os festivais de Verão: O X Festival de Música de Verão de Espinho, que no dia 9 promove um concerto por Beata Halssda, violinista, acompanhada ao piano por Isabel Rocha. No Casino de Espinho.

Por outro lado, prossegue o X Festival Internacional de Música do Algarve, com vários concertos esta semana.

Hoje, às 21.30, no Teatro Lethes de Faro, recital de piano por Ekaterina Sarrantseva, com obras de Prokofiev e Rachmaninov; sábado, dia 7, 21.30 — Concerto pelo Coro Gulbenkian, direcção do maestro Fernando Eldoro, com obras de Frank Martin, Lott, Braga Santos, Poulenc, Bruckner, Orlan-

do Di Lasso. Na Igreja do Carmo, em Tavira; domingo, 8, 21.30, na Igreja Matriz de Portimão, concerto coral com os mesmos intérpretes e o mesmo programa; ainda na Igreja Matriz de Portimão mas na

terça-feira, 10, concerto sinfónico pela Orquestra Gulbenkian. Maestro Grzegorz Nowak, solista Torleif Thedeen (violoncelo). Obras de Marcos Portugal, Dvorak, Haydn.

Outros espectáculos musicais:

Em Coimbra, o grupo Danças e Cantares Yaroslava, da URSS (amanhã, sexta-feira, às 21.30) e o Choral des Martyrs d'Ouganda (no sábado, dia 7, à mesma hora), ambos no Teatro Gil Vicente; o Festival da Primavera 86 — Tróia, que decorre de sábado a segunda-feira com um programa diversificado onde cabem concertos por bandas filarmónicas, espectáculos de teatro infantil e de ilusionismo, outros em que intervêm a Brigada Vítor Jara, Fernando Pereira, Maria Armada e Nuno da Câmara Pereira, os Go Graal Blues Band, Rão Kiao, Janita Salomé.

Janita Salomé vai estar também com os músicos que habitualmente o acompanham num espectáculo anunciado para Almada — Incrível Almadaense — amanhã, sexta-feira, 21.30.

Américo Silva, «(Des)construções»: a recomposição da fotografia pela ligação/distorção à colagem ou à gravura. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00 (até 9/6).

«António Arrolo» — trabalhos de 56 alunos e professores (de Cargaleiro e Cesariny, a Costa Pinheiro e Poma). Na SNBA, R. Barata Salgueiro, 36, das 14.00 às 20.00 (até 8/6).

António Mira, pintura, Gal. Quadrum — Palácio Coruchéus, R. Alberto Oliveira. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 14/6).

António Palolo, pintura. Gal. de S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 2.ª a sáb./11.30 às 13.00 e 15.00 às 20.30 (até 14/6).

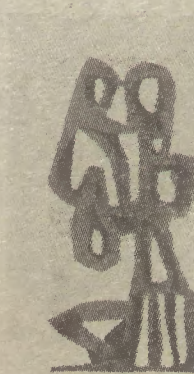
António Sena, pintura, Gal. EMI-Valentim de Carvalho, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 6/6).

A Arte em Lepenski Vir, arqueologia, 9 a 7 mil anos a.C. (peças do Museu Nacional de Belgrado). Fund. Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 12/6).

Arte Moderna Portuguesa — Coleção Petrolal (Hogan, Viana, António Lino, Botelho, Bernardo Marques, Milly Posoz, etc.). Gal. Almada Negreiros, Av. República, 16. De 3.ª a dom./10.00 às 20.00 (até 17/6).

Artur Pastor — «Apontamentos de Lisboa», fotografia. Palácio Galveias (Campo Pequeno). De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.00 e 13.00 às 18.00 (até 13/6).

Catarina Castel-Branco, pintura, e Nuno Filipe, fotogra-



Júlio Resende



Jorge Barradas

dares da Cooperativa: Alice Jorge, Dourado, José Júlio, Pomar, Rogério Ribeiro. Na sede da «Gravura», Trav. do Sequeiro, 4 (a S. Paulo).

Ilda David, pintura. Espaço Poligrupo. R. Ivens. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00; sáb./9.00 às 13.00.

Gente de Palco — II Acto — Desenho Teatral. Museu Nacional do Traje, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.

«Gravura» — gravuras dos pioneiros-fun-



José Júlio

Seca. De 2.ª a 6.ª, 10.00 às 20.00 (até 11/6).

Tapeçarias de Portalegre, segundo cartões de pintores portugueses, Hotel Méridien, R. Castilho (até 31/8).

Vitor Pomar, pintura e gravura. Gal. Ana Isabel, R. Emenda, 111, 1.ª. De 2.ª a sáb./14.30 às 19.30 (até 7/6).

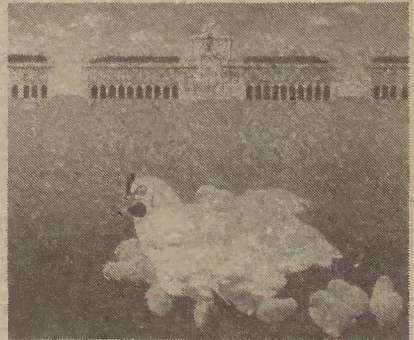
Carlos Mesquita — Pintura-1986. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. PORTO.

Cohen Fusé, Gal. Jornal de Notícias, R. Gonçalo Cristóvão. PORTO.

Henrique Silva, pintura, Isabel Cabral, pintura, José Palma, pintura e serigrafia, João Paulo, pintura e desenho. Na Coop. Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª/09.00 às 23.30, 3.ª a sáb./14.30 às 19.30 (até 17/6).

João Dionísio, pintura. Varandinha de Alfama, Beco do Corvina. Das 15.00 às 24.00 (até 9/6).

Joep Neefjes e Jan Van Der Woud (Holanda) — fotografia/técni-



Isabel Cabral

cas mistas. Gal. Olhar, Calç. do Cardeal, 18. De 2.ª a sáb., 16.00 às 20.00 (até 18/6).

Leslie Martin, «Edifícios e Ideias 1933-86» — elementos da obra deste arquitecto (autor do edifício do CAM e de vários outros museus, auditórios, bibliotecas) e de arquitectos que com ele trabalharam. Fundação Gulbenkian, Av. Berna (até 22/6).

Luís Noronha da Costa, pintura. Gal. R75, R. Castilho, 75-C. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 19.30 (até 30/6).

Margarida Cepeda, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.60, sáb./10.00 às 19.00 (até 20/6).

Miranda Justo — «Os Sentidos Provisórios», pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Néri, 42, 1.ª. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb. e dom./16.00 às 19.00 (até 15/6).

Nikias Skapinakis, pintura e desenho. Gal. 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. até às 13.00 (até 27/6).

Nunes Filipe, fotografia. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.ª. De 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30, sáb./15.00 às 20.00 (até 11/6).

Rui da Rosa, desenho e pintura. Atrium da Imprensa. Casa da Imprensa, R. da Horta

sáb. e dom./15.00 às 19.00 e 21.00 às 23.30 (até 9/6). PORTO.

Instrumentos Musicais Populares. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00 (até Setembro). PORTO.

Jorge Vieira — escultura, cerâmica, desenhos. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. PORTO.

José Alves desenho e gravura. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

Obras de Arte e Documentos do espólio municipal de Aveiro. Galeria-Museu Municipal (até 8/6). AVEIRO.

Sérgio Pombo, pintura. Gal. Alfarrôba, Trav. Visconde da Luz. De 2.ª a sáb./15.00 às 19.30 (até 16/5).

CASCAIS **João Sant'Iago**, pintura Gal. de Arte do Casino Estoril. Das 15.00 às 24.00 (até 16/6). ESTORIL.

Cristina Ataíde, escultura. Até 19/6 das 10.00 às 22.00. Pousada do Castelo. PALMELA.

D. Pedro IV (Pedro do Brasil) — sua época (até 30/9). Palácio Nacional. QUELUZ.

Francisco Relógio — 1957-1986. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 24/6). R. Miguel Bombarda, 15. TORRES VEDRAS.

Tempo

Fim de Semana



Bom tempo: segundo a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, a temperatura situar-se-á, no Continente, entre os 26-27 graus. Vento fraco.

aTV

A força da gravidade e a força da Paz

Há muitas formas de bater recordes. Um alemão, há dias, bebeu não sei quantas cervejas seguidas. Uma brutalidade **record** do mundo. Nos Estados Unidos, toda a gente sabe: um casal esteve a dançar sem repouso durante centenas de horas género «os cavalos também se abatem». **Record** do mundo!

Os soviéticos gostam de bater outros recordes do mundo. **Telejornal** deu a notícia de que um cosmonauta soviético batera o **record** do número de horas a trabalhar no espaço, fora da nave.

O **Telejornal** também disse que o dito cosmonauta trabalhava na estação orbital chamada MIR, só não dizendo (uma vez mais...) que essa palavra quer dizer PAZ...

E disse ainda mais. Disse que os cosmonautas soviéticos estão neste momento empenhados em criar no espaço uma base a partir da qual possam...

...A respiração suspende-se. Possam o quê? Fazer guerra de estrelas? Atingir alvos nos Estados Unidos ou em qualquer parte?...

Nada disso. Dessa base pensam os soviéticos enviar uma nave tripulada a Marte!

Porquê uma base, fora da gravidade terrestre, para atingir Marte? Eu creio que é por uma questão de combustível. Qualquer nave espacial gasta uma porradaria dele só para vencer a dita gravidade.

A mim parece-me que é isto, termos científicos à parte. Mas não seria má ideia que **Telejornal** tivesse convidado Ramiro da Fonseca como costuma fazer noutras circunstâncias. A menos que todos os portugueses já saibam e nesse caso peço desculpa pela minha tentativa de explicação.

Cristianismo: o empenho na Paz

A informação veiculada pelas emissões da «Europa TV» não abdica do característico pendão anti-soviético. De repente, enroupado nas vestes mais severas da objectividade» (género BBC, estão a ver?) surge-nos o veneno do escorpião.

No entanto, com todas as baleias e **cassettes** à mistura, acontece por vezes algo de proveitoso para o conhecimento da realidade universal. Está neste caso o bloco relativo à organização do «Concílio da Paz».

O **concílio da paz** é uma iniciativa unitária das várias profissões de fé de diversos países e em que se espera a Igreja Católica venha a desempenhar um importante papel.

Bruce Kent, da organização do **Concílio da Paz** diz-nos que o **cristianismo não é outra coisa senão o empenho da Paz**. E neste momento, as confissões cristãs encontram, na luta pela Paz, a razão histórica da sua própria sobrevivência.

Adiantam-se argumentos para explicar o declínio das confissões cristãs no Ocidente, onde tem vindo sempre a diminuir «a sua base de apoio».

Assim, o cristianismo não se opôs ao militância bélico que apoiou a guerra 1914-18; não se opôs a Hitler; não se opôs ao rearmamento alemão nem a seguir à primeira guerra, nem a seguir à segunda; não combateu o rearmamento nuclear; finalmente não se opôs à poluição do ambiente.

Resta-lhe a defesa da Paz para reconquistar a sua base de apoio — e daí a organização do concílio, em 1987.

A quem desejo os melhores êxitos. Porque a paz ou é defendida por todos — ou não será ganha por ninguém.

Um País rico... de tantos pobres

Vou fazer uma pergunta aos leitores do «Avante!» e peço-lhes que respondam logo a seguir, sem pensar. Atenção...

— Qual é o país mais rico do mundo?

Quase todos (escusas de negar, pá, eu bem te ouvi!) responderam que são os Estados Unidos. O que sucede é que os Estados Unidos são o país onde há mais ricos, o que não é bem a mesma coisa. Para mim, o país mais rico é aquele onde é mais rica a justiça social.

Telejornal deu-nos conta de uma iniciativa que, com o apoio da televisão mobilizou todo o País de costa a costa. Tratava-se de estabelecer uma cadeia humana: as pessoas davam as mãos umas às outras e, ao darem as mãos, davam também um óbulo para os pobres.

Comovente, não é? A classe média e os milionários, de mãozinhas dadas, a auxiliar os pobres, aqueles que, no Reino da Abundância e do Desperdício, não têm onde cair mortos.

E são muitos, nos Estados Unidos. Para cima (diz o **Telejornal**) de 20 milhões. Mas há quem diga que são mais. O **Telejornal** talvez não saiba, mas eu digo-lhe, que a população negra e as minorias nunca entram nesse género de estatísticas...

A cadeia humana, mãozinha na mãozinha (ai tão poético!) rendeu 100 milhões de dólares. Não se pode dizer que os americanos tenham aberto os cordões à bolsa. Cada pobrezinho receberá qualquer coisa como **cinco dólares** que mal dará (se der...) para comprar um **hamburger**...

Ah, falta dizer que o Reagan, a Nancy e os netinhos participaram da cadeia. E andam vocês para aí a dizer coisas de uma família tão bondosa... ■

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Três congressos

Atenção especial para os congressos do passado fim-de-semana:

- o PSD confirmou Cavaco Silva como rei e senhor e deu luz verde ao prosseguimento da demagogia governamental;
- o PS votou por larga maioria na moção de Vítor Constâncio ao eleger os delegados ao Congresso que se aproxima;
- a CGTP-Intersindical demonstrou a sua maturidade e o seu carácter: ela é a central sindical **dos trabalhadores portugueses**.

PSD, 13.º Congresso: poderes aumentados para Cavaco

• «O XIII Congresso do PSD, a decorrer no Coliseu dos Recreios, conferiu ontem, mediante alterações estatutárias importantes, poderes à direcção de Cavaco Silva que nunca haviam sido concedidos a outros líderes dos sociais democratas.

A votação das 190 propostas de alteração dos estatutos trouxe apenas três respostas negativas ao que era solicitado pela direcção do partido. Num dos casos — em que se debatia o poder dos órgãos de topo de interferirem na organização da JSD e dos TSD —, os delegados deram respostas diferentes à mesma pergunta, formulada de modos diversos. Disseram sim de braço no ar, disseram não em voto secreto. Tratou-se de uma questão que não deixou de causar algum embaraço no eufórico ambiente em torno do primeiro-ministro.

(...)

Cavaco Silva de um lado, contra qualquer aliança. Mota Amaral e João Jardim, do outro, por uma maioria governativa. De permissão, na mira de impedir que as duas moções mais importantes presentes ao XIII Congresso do PSD viessem a encontrar a complementaridade, José Miguel Júdice, «por Lisboa», advogado a causa do líder. Este o desenho breve do que ontem se discutiu para a definição da estratégia social democrata.

Sábado foi, afinal, dia para lançar uma pequena sombra na esteira de sucesso que fora desenhada por Cavaco: a mesma pergunta, com formulações diferentes, obteve resposta diversa dos mesmos delegados, apenas pelo facto de ela ser pronunciada de viva voz, isto é, de braço no ar, ou por escrito ou seja, em voto secreto. Ficou, com isso, um tanto abafado o som das trombetas que vitoriam o líder que ninguém contestou em público no PSD. Para compensar, o partido prendeu o primeiro-ministro com poderes para si e para sua direcção como nunca antes tinha ofertado a outros líderes não menos carismáticos.

Nove moções foram apresentadas mas, de facto, sobraram duas para o debate: outras retiraram-se ou se encaminharam cordatadamente para a sombra da do líder. Em confronto, no essencial, postaram-se frente a frente Cavaco Silva e Mota Amaral, este socorrido, no idos do debate, por João Jardim, em nova demonstração de uma das notas mais salientes deste Con-

gresso, para a história do partido: dificilmente se encontrará, depois dos primeiros balbúcios da democracia constitucional, um tempo em que os líderes das ilhas estivessem politicamente tão próximos, mais ainda do que no momento em que ambos torceram o nariz à AD de Sá Carneiro — *et pour cause?*

Duas frases podem ser a chave de toda a polémica entre Cavaco e Mota Amaral (polémica, note-se, que não os colocou frente a frente, em parada e resposta, mas os fez ouvir em intervenções sucessivas em que um respondia ponto por ponto ao que o outro dissera — sem que se garanta que os tenha rebatido: para Mota Amaral, «aqui não podemos escolher tudo o que queremos», contrariando, como disse, «o poeta brasileiro»; para Cavaco, «preparamo-nos para exercer o poder a todos os níveis».

Mota Amaral chamou a atenção para os números, para justificar a sua opção estratégica: o PSD pode ser maioria absoluta de hoje para amanhã? Ele diz que não. É fazer as contas: «Em dez anos, afinal, crescemos cinco pontos», recordou.

(«Diário de Notícias», 1 Junho)

PS, 6.º Congresso: eleição de delegados dá maioria a Constâncio

• «Vítor Constâncio deverá ser o virtual sucessor de Mário Soares como secretário-geral do PS de acordo com os resultados já conhecidos das eleições para delegados ao congresso nacional do partido, marcado para o fim deste mês.

À hora de encerrarmos esta edição, o antigo governador do Banco de Portugal tinha a seu favor 918 delegados enquanto Jaime Gama não passava dos 220. Fontes partidárias garantiram, entretanto, ao «DL», ser «completamente falso que o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Mário Soares tenha as inerências a seu favor. Pelo contrário: Vítor Constâncio tem uma ligeira vantagem sobre Gama, mais ou menos da ordem dos 51 por cento», revelou a mesma fonte.

Segundo nos afirmaram, esta manhã eram já conhecidos alguns resultados finais por distrito. Em Beja, por exemplo, Vítor Constâncio obteve 25 delegados contra dois e, em Braga, conquistou 46 contra cinco. Em Bragança o antigo ministro das Fi-

nanças viu eleitos 22 delegados a seu favor contra 2 de Gama, em Castelo Branco foram 21 contra um e, em Évora (quando faltam apurar dois delegados em Montemor), Vítor Constâncio já ganha por 19/3. Também na Federação Regional Oeste este economista conta com 18 delegados enquanto Jaime Gama conta apenas com três. No Porto, ainda faltam apurar 24 lugares, mas Constâncio tem já a seu favor 155 contra 27 do outro candidato. Outros resultados: Viana do Castelo, 24/3 (1 da JS), Vila Real, 32/0 e Madeira 17/5 (falta eleger um delegado).

De acordo com alguns elementos ligados à candidatura de Vítor Constâncio, este deverá ganhar estas eleições com uma percentagem variável entre 75 e 78 por cento.

(«Diário de Lisboa», 2 Junho)

CGTP, 5.º Congresso: firmeza e maturidade

• «O Quinto Congresso da CGTP-Intersindical aprovou no sábado à tarde sem votos contra e com 26 abstenções a plataforma reivindicativa da central e com 13 votos contra e 16 abstenções o programa até ao VI Congresso.

Foram também aprovadas todas as propostas de alteração aos dois documentos acolhidas pela Comissão de Redacção e recusou, com um máximo de três dezenas de votos favoráveis, as propostas de alteração apresentadas pela corrente sindical considerada próxima da UDP.

A plataforma reivindicativa aprovada reclama uma política económica que aproveite todas as potencialidades e recursos nacionais — naturais, humanos e materiais — e que tenha como objectivo prioritário a resolução dos problemas de emprego.

O documento reivindica o apoio à recuperação de empresas com dificuldades reais, advoga a participação dos trabalhadores em todos os processos de reestruturação económica e preconiza a redução progressiva do horário semanal de trabalho para 40 horas, aumentos de salários e pensões mínimas superiores à inflação.

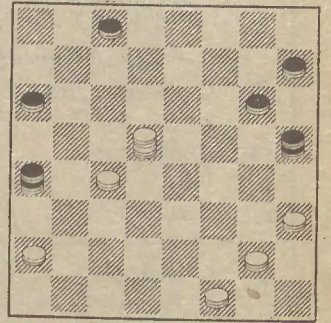
A criação de um subsídio para famílias com rendimentos «per capita» inferiores a um terço do salário mínimo nacional e o alargamento do subsídio de desemprego a todos os trabalhadores que procuram novo emprego ou aos que, esperando primeira colocação, tenham encargos familiares ou estejam inscritos há mais de um ano nos centros de emprego, são duas das principais inovações exigidas pela Intersindical e que resultaram deste congresso.

O documento defende a diminuição do preço dos transportes, água, electricidade, pão e leite, a fixação de preços máximos para bens essenciais, com período de revisão não inferior a um ano, e a revogação da Lei das Rendidas de Casa, devendo as actualizações de renda ter em conta o rendimento do inquilino e o estado de conservação da casa.

(«Diário de Lisboa», 2 Junho)

Damas

LV — 5 de Junho de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 55
Por: Domingos Pais — Lisboa
«Notícias Ilustrado», 23/6/1935
Pr. (16)-(17)-21-24-25-31



Br. 2-5-8-9-15-19)

Jogam as brancas e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 54-A

Por: Francisco Almeida Santos — Almeirim

«Estratégia Damista» N.º 6, Dez/1945

Br. 10-12-21-22-(31)

Pr. (7)-16-17-20-23-29

Jogam as brancas e ganham

Substitui a precedente (N.º 54). Por lamentável troca de fichas repetiu-se. Ver N.º 26.

JOGO N.º 55

Campeonato Nacional — Apuramento

Almada, 29/1/1983

Br. Fernando A. Bernardo

Pr. José A. Pereira (3.º jogo)

1. 10-14, 21-17; 2. 14-18, 22-13; 3. 9-18, 23-19; 4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 28-23; 6. 11-14, 23-20; 7. 7-11, 20-16; 8. 4-7, 27-23; 9. 5-10, 23-20; 10. 18-21, 25-18; 11. 14-21, 29-25; 12. 10-14, 25-18; 13. 14-21, 30-27; 14. 21-30, 31-28; 15. 30-23, 28-12; 16. 6-10, 12-8; 17. 2-5, 8-4; 18. 5-9, 4-8; 19. 7-12, 8-13; 20. 9-18, 16-12 e as Pr. ganham.

GOLPE N.º 55

Por J. T. Denvir, 1905

1. 12-15, 23-20; 2. 8-12, 21-17; 3. 10-14, 25-21; 4. 5-10, 22-18; 5. 1-5, 27-22; 6. 12-16? Perdentel J. Pr. G. (Br.: 2-3-4-5-6-7-9-10-11-14-15-16. Pr.: 17-18-20-21-22-24-26-28-29-30-31-32 jogam as Pretas e ganham).

SOLUÇÕES DO LV

N.º 55 (DP): 2-6 e 8-12 e 9-13 e 15-20 e 19-3 Br.

N.º 54-A (FAS): 31-24 e 24-2 e 10-14, 17-10 (Se: 25-11; 2-27 +); 22-26, 29-22 (Se: 25-11; 2-27 +); 2-24 e 24-3 G. Br.

GOLPE N.º 55 (JTD): 6. ..., 17-13; 7. 16-23 (Se: 10-17, jogada de espera e 28-1=D+); 28-12; 8. 10-17 (ou: 7-16), 31-28; 9. 7-16 (ou: 10-17), 24-20 e 28-1=D+.

A. de M. M.

Xadrez

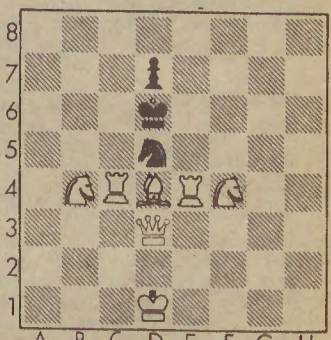
LV — 5 de Junho de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 55

Por A. J. Fink

«Good Companion» Fevereiro/1917

Pr. (3): Pd7-Cd5-Rd6



Br. (7): Cs.b4, f4-Bd4-Ts.c4, e4-Dd3-Rd1

Mate em 2 lances

JOGO N.º 55

Torneio «Jovens Mestres Soviéticos»,

Talinn/1986

(1.º, Ivanchuk, 10 pts. (em 15); 2.º, Dochoian, Dreev, Oll e Pigusov 9,5; 6.º, Azmaiparachvili e Neverov 8,5 ...)

Br.: Bareev (14.º/5,5 pts.)

Pr.: Iakuvitch (12.º/6,5)

1. d4, d5; 2. Cf3, Cf6; 3. c4, d4; 4. Cg3, a6; 5. e4, b5; 6. e5, Cd5; 7. a4, Cg3; 8. bxc3, Dd5; 9. g3, Bb6; 10. Bg2, Db7; 11. 0-0, Bd5; 12. e6, Bb6; 13. Cg5, Bd5; 14. B:d5, D:d5; 15. a:b6, e6; 16. Td1, Cd7; 17. Dh5, g6; 18. C:e6 e as Pretas abandonam.

SOLUÇÕES DO LV

Chave: 1. Dd2!

1. ..., Cg3+; 2. B:g3 mate

1. ..., Cb3+; 2. B:e3 mate

1. ..., C:b4; 2. D:b4 mate

1. ..., C:f4; 2. D:f4 mate

1. ..., Cb6; 2. B:b6 mate

1. ..., Cf6; 2. B:f6 mate

1. ..., Cg7; 2. Bc5 mate

1. ..., Cg7; 2. Be5 mate

A. de M. M.